

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural

Tese



**Espaços livres públicos: um estudo sobre a apropriação e a limitação de acesso
através do caso de Pelotas/RS**

Pelotas, 2025

Fernanda Tomiello

Espaços livres públicos: um estudo sobre a apropriação e a limitação de acesso através do caso de Pelotas/RS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à qualificação para obtenção do título de Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural

Orientador: Sidney Gonçalves Vieira

Pelotas, 2025
Fernanda Tomiello

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

T657e Tomiello, Fernanda

Espaços livres públicos [recurso eletrônico] : um estudo sobre a apropriação e a limitação de acesso através do caso de Pelotas/RS / Fernanda Tomiello ; Sidney Gonçalves Vieira, orientador. — Pelotas, 2025.

139 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. Espaços livres públicos. 2. Limitação de acesso. 3. Apropriação. 4. Pelotas. 5. Patrimônio. I. Vieira, Sidney Gonçalves, orient. II. Título.

CDD 307.76

Elaborada por Fabiano Domingues Malheiro CRB: 10/1955

Espaços livres públicos: um estudo sobre a apropriação e a limitação de acesso através do caso de Pelotas/RS

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 25/04/2025

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira (orientador)
Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus Rio Claro, SP.

.....
Prof. Dr. Cristine Jaques Ribeiro
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

.....
Prof. Dr. Eduardo Rocha
Doutor em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

.....
Prof. Dr. Juliane Conceição Primon Serres
Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

.....
Prof. Dr. Rita Juliana Soares Poloni
Doutora em Arqueologia pela Universidade do Algarve.

“(...) faz parte de nossas utopias uma sociedade mais justa, onde o homem possa se libertar das amarras impostas pela formação econômica e social capitalista, onde seu trabalho possa ser criativo, seu horário e lazer algo mais que o “repouso físico”; sua habitação, algo mais que um teto; e onde os homens tenham assegurado, na prática, o direito à vida à felicidade e à diferença.”
(CARLOS, 1994, p. 18)

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

ao Maurício e à Lara, meus amores, pelo apoio, pela compreensão e pela motivação;
ao meu pai, à minha mãe e aos meus irmãos, por estarem comigo sempre, apesar de qualquer distância;
ao Sidney, meu querido orientador, pela disponibilidade, pelas contribuições e pela amizade;
à Cristine, ao Edu, à Juliane e à Rita Juliana, que se dispuseram a integrar a banca e contribuir para o desenvolvimento da tese;
à Vanessa, à Carol, à Helen, à Gisele e à Cris, as “GrimpAs”, com quem compartilhei o caminho, as inseguranças e a evolução do trabalho;
à Bárbara, pela parceria e amizade de sempre, além da disponibilidade em revisar meu texto;
à Elisa, minha psicóloga, por me ajudar a viver melhor (e não surtar);
à Escola Upiá e à toda comunidade escolar, que constituiu uma rede de apoio essencial;
à Estela, ao Miguel e à Simone, pelo carinho e parceria sempre;
à Caramelo, à Choco e à Mia, pelos lambeijos e por me levarem para passear e espairecer;
aos colegas e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, com os quais compartilhei a trajetória do doutorado, os desafios e as alegrias desse processo;
aos colegas do grupo de pesquisa Paisagens Alimentares, com quem muito pude aprender e um pouco contribuir;
aos colegas e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas, especialmente do Núcleo de Extensão, que contribuíram direta ou indiretamente para a viabilização desse doutorado;
ao pessoal da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, especialmente à turma do Laboratório de Urbanismo, sempre abertos a parcerias e colaborações;

Essa tese foi desenvolvida com o apoio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

RESUMO

Este trabalho aborda o problema da carência, precarização e limitação de acesso aos espaços livres públicos na contemporaneidade, através da dialética tridimensional de Lefèbvre, com ênfase na dimensão social do espaço. O espaço é entendido como um elemento complexo e dinâmico, e o problema se relaciona com o embate entre o direito à cidade e os processos de exclusão social. O objetivo geral consiste em entender como se dá o processo de (re)produção dos espaços livres públicos, com ênfase na identificação e discussão da carência, precarização e limitação de acesso a eles e seus impactos no cotidiano das pessoas. O estudo de caso ocorre na cidade de Pelotas/RS, através de duas escalas: a escala da cidade contempla o conjunto de espaços livres públicos do perímetro urbano, e a escala do lugar se dedica aos espaços livres que caracterizam a interface entre o Loteamento Recanto de Portugal e o Arroio Pelotas. O recorte temporal está vinculado à contemporaneidade, buscando pistas no passado e apontando para o futuro, através dos processos de decomposição horizontal e vertical da realidade. A metodologia empregada no trabalho integra a dialética como instrumento de análise e o estudo de caso como método de investigação. A escala da cidade inclui o mapeamento, o levantamento e a análise dos espaços livres e suas condições, enquanto a escala do lugar incorpora a cartografia e a história oral aos procedimentos. Os resultados destacam a complexa relação entre os espaços livres públicos e a sociedade, evidenciando uma significativa discrepância entre o espaço concebido e o efetivamente apropriado, seja através dos espaços de representação ou da prática espacial. Com base no caso estudado, os resultados demonstram que a carência, precarização e limitação de acesso a esses espaços são problemas recorrentes e expressivos e que os impactos no cotidiano de diferentes grupos sociais são variados. A análise vertical identifica rupturas e continuidades no passado e aponta para a necessidade de reimaginar as cidades como lugares de convivência e criatividade, superando a racionalidade puramente econômica, na direção de um espaço diferencial. Por fim, a tese conclui que o espaço livre público é aquele que pode ser apropriado coletivamente, destacando a importância da apropriação do espaço como um ato político e social, sobrepujando o valor de troca pelo valor de uso.

Palavras-chave: Espaços livres públicos. Apropriação. Patrimônio. Limitação de acesso. Pelotas.

ABSTRACT

This work addresses the problem of scarcity, precariousness, and limited access to public open spaces in contemporary times, through Lefèbvre's three-dimensional dialectic, emphasizing the social dimension of space. Space is understood as a complex and dynamic element, and the problem relates to the clash between the right to the city and processes of social exclusion. The general objective is to understand how the process of (re)production of public open spaces occurs, with emphasis on identifying and discussing the scarcity, precariousness, and limited access to them and their impacts on people's daily lives. The case study takes place in the city of Pelotas/RS, through two scales: the city scale contemplates the set of public open spaces within the urban perimeter, and the place scale is dedicated to the open spaces that characterize the interface between the Recanto de Portugal housing development and the Pelotas Stream. The temporal scope is linked to contemporaneity, see Costa clues in the past and pointing to the future, through processes of horizontal and vertical decomposition of reality. The methodology employed in the work integrates dialectics as an analytical tool and case study as a research method. The city scale includes mapping, surveying, and analysis of open spaces and their conditions, while the place scale incorporates cartography and oral history into the procedures. The results highlight the complex relationship between public open spaces and society, evidencing a significant discrepancy between the conceived space and the effectively appropriated one, either through spaces of representation or spatial practice. Based on the studied case, the results demonstrate that the scarcity, precariousness, and limited access to these spaces are recurrent and expressive problems, and that the impacts on the daily lives of different social groups are varied. The vertical analysis identifies ruptures and continuities in the past and points to the need to reimagine cities as places of coexistence and creativity, overcoming purely economic rationality, towards a differential space. Finally, the thesis concludes that public open space is that which can be collectively appropriated, highlighting the importance of space appropriation as a political and social act, surpassing exchange value with use value.

Keywords: Public open spaces. Appropriation. Heritage. Access limitation. Pelotas.

Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo: Rio Grande do Sul/BR (a); Pelotas/RS (b); Perímetro urbano do município de Pelotas (c).	18
Figura 2 – Diagrama ilustrativo dos três sistemas que constituem a cidade.	34
Figura 3 – Mapa dos canteiros, praças, parques e áreas verdes.....	36
Figura 4 – Mapa do conjunto de espaços livres públicos que integram o estudo.....	38
Figura 5 – Mapa dos locais visitados pela autora.....	41
Figura 6 – Fotografias que ilustram as diferentes condições de acesso aos espaços estudados: a) acesso livre; b) acesso parcial; c) inacessível.	42
Figura 7 – Mapa das condições de acesso aos espaços estudados.....	43
Figura 8 – Fotografias que ilustram as diferentes condições de ocupação dos espaços estudados: a) livre; b) parcialmente ocupado; c) totalmente ocupado.	44
Figura 9 – Mapa das condições de ocupação dos espaços estudados.	45
Figura 10 – Fotografias que ilustram as diferentes tipos de ocupação dos espaços estudados: a) comunitária; b) institucional; c) posseiros; d) religiosa.....	46
Figura 11 – Mapa dos tipos de ocupação dos espaços estudados.	48
Figura 12 – Fotografias que ilustram as diferentes condições de manutenção dos espaços estudados: a) sem; b) com; c) privada.	49
Figura 13 – Mapa das condições de manutenção dos espaços estudados.	50
Figura 14 – Mapa de presença de mobiliário nos espaços livres públicos destinados ao lazer e recreação em Pelotas.	51
Figura 15 – Fotografias que ilustram presença ou ausência de mobiliário nos espaços estudados: a) com; b) sem.	52
Figura 16 – Gráfico comparativo entre IAV mínimo e IAV de Pelotas.	55
Figura 17 – Fotografias que ilustram áreas “verdes” ocupadas (a), com fechamento (b) e sem manutenção (c).	56
Figura 18 – Mapa de Índice de Área Verde por região administrativa de Pelotas, considerando áreas verdes acessíveis.	57
Figura 19 – Mapa da interface do Arroio Pelotas com o perímetro urbano do Município.	61
Figura 20 – Mapa de interfaces do Arroio Pelotas com loteamentos e áreas verdes, destacadas com círculos tracejados.	62
Figura 21 – Fotografias da área verde do Loteamento Arroio Pelotas.	63
Figura 22 – Mapa de localização e relações da Vila da Palha	64
Figura 23 – Fotografias da Vila da Palha: a) interface da Vila da Palha com o Arroio Pelotas. b) crianças tomando banho no Arroio na Vila da Palha, vistas a partir da Charqueada São João.	65
Figura 24 – Fotografias da Vila da Palha: a) demarcação em amarelo da estrutura remanescente da antiga ponte de madeira. b) Rua Augusto Saint Hilaire.	65
Figura 25 – Fotografia da portaria de controle de acesso ao Loteamento Marina Ilha Verde.....	66
Figura 26 – Mapas da área de estudo: a) indicação dos locais de captura das imagens. b) diferenciação dos trechos da área.	67
Figura 27 – Fotografias da área verde do Recanto de Portugal.....	69
Figura 28 – Fotografias panorâmicas da área aberta ao lado da Vila da Palha, às margens do Arroio Pelotas.	70
Figura 29 – Fotografias da Charqueada São João: a) Charqueada São João, às margens do Arroio Pelotas. b) Condomínio Fechado Dom Domingo Marine, visto da Charqueada.....	71

Figura 30 – Mapa de relações entre o Arroio Pelotas, Charqueada São João, Dom Domingo Marine e Vilha da Palha.	72
Figura 31 – Mapa de relações entre o Arroio Pelotas, Clube Caça e Pesca, Marina Ilha Verde e Recanto de Portugal	72
Figura 32 – Fotografias do Clube Caça e Pesca, às margens do Arroio Pelotas.....	73
Figura 33 – Mapa de espaços livres e barreiras na interface do Arroio Pelotas com o Loteamento Recanto de Portugal.....	77
Figura 34 – Sobreposição do Mapa Urbano Base à ortofoto de 2015.....	78
Figura 35 – Fotografias do Arroio Pelotas no Recanto de Portugal.	79
Figura 36 – Fotografia dos trechos 1 e 2 da área de estudo, capturada a partir do trecho 3.	81
Figura 37 – Fotografias dos trechos 3 e 6: a) A Senhora e os rapazes no trapiche. b) Área cercada no trecho 6.	82
Figura 38 – Fotografias capturadas no trecho 5: a) Espaço utilizado pela Academia de Remo Tissot, fechado para o público em geral. b) Registro da primeira aula de remo com os trechos 1, 2 e 3, ao fundo.	85
Figura 39 – Fotografias do trecho 3 a) Ambiência de uma segunda-feira pela manhã. b) Lixo acumulado, após o final de semana.	87
Figura 40 – Fotografias do trecho 3 em uma terça-feira de manhã, frequentado predominantemente por pescadores.	88
Figura 41 – Fotografias do acesso ao trecho 1 durante a enchente de 2024.	91
Figura 42 – Fotografias do trecho 2 durante a enchente de 2024.....	93
Figura 43 – Fotografias do trecho 3 durante a enchente de 2024.....	93
Figura 44 – Fotografias de pessoas pescando no trecho 2 (a) e no 3 (b).	95
Figura 45 – Fotografia do trecho 3 na tarde de domingo, com concentração de veículos, pessoas e usos variados.	96
Figura 46 – Fotografias dos trechos 1 e 6 (a e b, respectivamente), ambos sem acesso e sem uso.....	98
Figura 47 – Imagens dos trechos 1 e 6 (a e b, respectivamente), ambos sem acesso e sem uso.....	98
Figura 48 – Imagens da Praça Coronel Pedro Osório (Pelotas, RS), na década de 1880 (a) e em 2024 (b).....	107
Figura 49 – Fotografias de antes, durante e depois da demolição de construções na orla do Laranjal, Pelotas/RS.....	108
Figura 50 – Imagens aéreas da evolução da ocupação das margens do Arroio Pelotas nas imediações do Recanto de Portugal em 1975 (a), 1995 (b), 2006 (c) e 2013 (d).	113
Figura 51 – Imagens do trecho 2 em 2011 (a) e 2018 (b).	114
Figura 52 – Imagem dos trechos 5 e 6 em 2011.	114
Figura 53 – Imagem aérea de 1975 com demarcação da via com fechamento, em amarelo (a) fotografia onde se vê a viga longitudinal paralela ao Arroio, suposto resquício de fechamento do local (b).	115

Lista de Abreviaturas e Siglas

BR – Brasil

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

COMPAM – Conselho Municipal de Proteção Ambiental

CONPLAD – Conselho do Plano Diretor

CTPD – Comissão Técnica do Plano Diretor

IAV – Índice de Área Verde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PROGRAU-UFPeI – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas

RS – Rio Grande do Sul

SANEP – Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas

SBAU – Sociedade Brasileira de Arborização Urbana

UCPeI – Universidade Católica de Pelotas

UFPeI – Universidade Federal de Pelotas

Sumário

INTRODUÇÃO	11
1. ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: CONCEITOS, DELIMITAÇÕES E INTERFACES.....	20
1.1 Espaço social e interfaces com a memória e identidade	20
1.2 O direito à cidade e os espaços livres públicos	24
2. A COMPLEXIDADE HORIZONTAL DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM PELOTAS/RS.....	33
2.1 Os espaços livres públicos em Pelotas e o recorte do estudo	33
2.2 Condições de acesso, infraestrutura e manutenção dos espaços livres públicos destinados à recreação em Pelotas/RS	39
2.3 Índice de Área Verde como instrumento de quantificação e diferenciação.....	52
3. ARROIO PELOTAS: PATRIMÔNIO CULTURAL DE QUEM?.....	60
3.1 (Re)conhecendo o novo recorte: espaços públicos livres na interface do Arroio Pelotas com áreas urbanizadas	61
3.2 Buscando apreender as dimensões do espaço através da cartografia e da história oral	73
3.3 As contribuições da cartografia e da história oral	99
4. O PASSADO E O FUTURO: A COMPLEXIDADE VERTICAL DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM PELOTAS/RS.....	106
4.1 O passado no presente.....	106
4.2 Possibilidades e virtualidades	117
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
6. Referências	132
7. Fontes Orais (entrevistas realizadas durante a elaboração da tese).....	138

Apresentação e antecedentes

No meio rural, onde nasci e cresci, os espaços livres predominavam sobre os ocupados. Passar a viver na cidade e experimentar um espaço dominado pelas construções foi algo que marcou minha formação, por me levar a refletir sobre a relação e proporção entre espaços livres e ocupados e a influência disso no nosso cotidiano. No curso de Arquitetura e Urbanismo¹, no qual a arquitetura sempre pareceu estar à frente, foi o urbanismo que sempre me encantou. Aos poucos fui aprendendo que para pensar a cidade é preciso um olhar interdisciplinar, que incluía a arte, a fotografia, a memória, a história, a geografia, a sociologia, a filosofia e tantos outros campos do saber.

Durante a graduação, participei do Programa de Educação Tutorial, onde tive a oportunidade de trabalhar com pesquisa, ensino e extensão – experiência que despertou meu interesse pelo universo acadêmico e pela carreira docente. Ainda na graduação, participei do movimento *Cada asfalto uma ciclofaixa*², na luta por mais espaço para os ciclistas em um contexto de asfaltamento das vias urbanas e aumento do tráfego de veículos motorizados. Essas experiências contribuíram para a definição do meu trabalho final de graduação, no qual desenvolvi uma proposta de ciclorede para integrar a cidade e a universidade com ênfase na mobilidade sustentável e nos espaços voltados para as pessoas³, orientada pelo professor Maurício Polidori.

Poucos meses após concluir a graduação e após uma breve experiência profissional em escritórios de arquitetura, urbanismo e paisagismo, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU-UFPel). Sob a orientação do professor Eduardo Rocha, na linha de pesquisa em Urbanismo Contemporâneo, estudei a dinâmica da paisagem urbana através da fotografia sequencial e da fotomontagem⁴. Durante o mestrado integrei o Laboratório de Urbanismo⁵, participando de diversos projetos e ações entre os quais destaco o *Diferenças culturais e desenho urbano: experiência de transferenciabilidade de princípios entre as cidades de Pelotas e Oxford*⁶, que deu origem ao livro *Cross-Cult*:

¹ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, entre 2007 e 2012.

² O blog <http://asfaltociclofaixa.blogspot.com/> reúne registros do movimento, entre 2009 e 2013.

³ A apresentação da proposta encontra-se disponível em <https://pt.slideshare.net/fertomiello/ciclo-ufpel-uma-ciclorede-para-integrar-a-cidade-e-a-universidade> (Tomiello; Polidori, 2012).

⁴ Dissertação disponível no link <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5208> (Tomiello, 2015).

⁵ <https://wp.ufpel.edu.br/laburb/>.

⁶ Projeto aprovado no edital de Internacionalização dos Programas de Pós-Graduação da FAPERGS, mais informações em: <https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/p4232>.

desenho urbano / urban design (Rocha *et al.*, 2017). Também nesse período participei do movimento *Nem 1m a menos de área verde*,⁷ que defendeu a não ocupação da Praça Palestina e a manutenção de sua condição de espaço livre público, integrando o movimento de luta ambiental na cidade.

Ao concluir o mestrado, ingressei como professora substituta no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense e em 2016 passei a integrar o corpo docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), onde sou professora até hoje. Na UCPel, além da atividade de docência na graduação, integro o núcleo de extensão do curso, com participação nos programas Sustentabilidade no Habitat Social e de Apoio às Práticas Patrimoniais e coordenação do programa Maquetaria Digital. A atuação na extensão reforçou meu interesse pelo Doutorado em Memória e Patrimônio, especialmente em função do nosso trabalho desenvolvendo propostas e alternativas para espaços livres públicos de Pelotas junto à comunidade local e pelas ações de educação para o patrimônio. Atualmente, também trabalho como professora substituta na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, atuando em disciplinas de Planejamento Urbano e Teorias do Urbanismo e integro o Fórum em Defesa da Democracia Ambiental em Pelotas.

Em 2018 me tornei mãe e optei por dedicar boa parte do meu tempo nos anos seguintes à Lara, que me inspira cotidianamente a sonhar e lutar por cidades melhores para todos e todas. Conciliar os estudos e atividades do doutorado com o trabalho e a maternidade foi um desafio cotidiano no percurso do doutorado, potencializado pela necessidade de me apropriar de conceitos, conteúdos e metodologias com as quais ainda não havia tido contato em minhas experiências acadêmicas anteriores.

Meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel foi em 2021, sob orientação do professor Sidney Vieira. O trabalho desenvolvido vincula-se com nossas trajetórias acadêmicas e pessoais e reflete nosso inconformismo com relação ao problema da carência, precarização e limitação de acesso aos espaços livres públicos e com os processos de exclusão social e segregação espacial. Acreditamos que o trabalho intelectual, através da discussão e interpretação da realidade, pode explicitar problemas e apontar alternativas, contribuindo com a construção de uma visão crítica e potencialmente transformadora da realidade.

⁷ A página do *Nem 1m a menos de área verde* contém registros de ações do movimento desde 2015: <https://www.facebook.com/nenhummetrodeareaverdeamenos>.

INTRODUÇÃO

Observar cotidianamente a carência, a precarização e a limitação de acesso às praças, parques e outros espaços públicos na cidade de Pelotas foi o ponto de partida para a construção desta pesquisa. Nesse sentido, um dos primeiros desafios apresentados foi sobre como nomear o conjunto dos espaços que passariam a constituir o recorte do estudo. Espaços públicos? Espaços abertos? Espaços livres? Áreas verdes? Diante das variadas possibilidades e suas sobreposições, foi necessário aprofundar o entendimento e a diferenciação entre as alternativas de nomenclatura.

Como veremos a seguir, a ênfase do estudo é a dimensão social destes espaços, de modo que o recorte deveria privilegiar aqueles espaços que são públicos e de uso comum, com potencial para proporcionar o encontro, a socialização, o lazer e a recreação. Outra questão é que essa socialização não acontece exclusivamente em áreas verdes, pois um largo pavimentado, por exemplo, também pode constituir um local de encontro. Assim, ainda que as áreas verdes possam constituir a maioria desses espaços e que apresentam uma importância ecológica frente a outros espaços, optamos por não limitar o estudo a elas.

Lima *et al.* (1994), discutiram a utilização de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos e apontaram que espaço livre seria o mais abrangente, pois integra os demais. Para os autores, tal conceito precisa ser integrado ao uso do espaço, sua escala e função, devendo, esta última, contemplar as dimensões ecológica, estética e de lazer. Indicam, ainda, que o conceito “*open space*” (que costuma ser traduzido literalmente como espaço aberto) é bem definido para os ingleses, mas entre nós é um espaço livre de impedimento e de visão. Este impedimento, que pode se dar em função da vegetação, por exemplo, implicando a exclusão de áreas verdes com vegetação densa.

Assim, optamos por adotar a terminologia “espaços livres públicos”, sendo: “espaço” por incluir o espaço social, em detrimento de área, que refere-se especialmente às dimensões geométricas e físicas dos espaços; “livre”, por se manifestar em contraponto ao espaço construído, não necessariamente associado ao conceito de liberdade, ainda que seja desejável a relação entre o espaço livre e a liberdade de forma mais ampla; e “público” pela possibilidade de apropriação pelas pessoas, não se limitando às funções ecológica e estética, mas possibilitando também a socialização, o lazer, a recreação etc.

Com relação à função social desempenhada pelos espaços livres, Guzzo e Cavalheiro (2000) afirmam que ela se relaciona diretamente à oferta de espaços para o lazer da população. Destes, os espaços livres de uso comum, como praças e parques, merecem especial atenção, uma vez que possibilitam o acesso a qualquer pessoa (ao menos deveriam). Ainda, Costa e Ferreira (2009) apontam que estes mesmos autores destacaram que nem todo espaço livre é composto por vegetação, pois existem praças públicas inteiramente impermeabilizadas, com pouca ou nenhuma composição de plantas. Tais afirmações reforçam nossa escolha pela terminologia “espaços livres públicos”, que será utilizada ao longo da tese.

Outro desafio que se apresentou nesse processo, foi definir entre “espaço” e “lugar” qual seria a terminologia mais adequada, partindo do entendimento de que as ideias de “espaço” e de “lugar” não podem ser compreendidas separadamente. Tuan (1983, p. 7) permite avançar na compreensão e diferenciação, a medida em que aponta que o espaço é algo que permite movimento, enquanto o lugar é pausa, sendo que “cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar”. Castello (2005, p.17), por sua vez, propõe o entendimento de lugar como “um espaço que se torna percebido pela população por motivar experiências humanas a partir da apreensão de estímulos ambientais”.

No decorrer da elaboração da tese, constatamos que nem todos os espaços estudados convidam a pausas ou apresentam possibilidades de experiências cotidianas. Deste modo, optamos por nos referir ao conjunto estudado na escala da cidade como “espaços” livres públicos, por ser mais abrangente. Já a expressão “lugar” foi utilizada ao mudar a escala do estudo para um contexto que apresenta, ainda que parcialmente, características compatíveis com a terminologia.

Assim, os espaços livres públicos constituem o tema central deste trabalho, no qual discutimos mais especificamente o problema da carência, precarização e limitação de acesso a esses espaços na contemporaneidade. Os espaços livres públicos são abordados com ênfase na sua dimensão social, como um elemento complexo e dinâmico (Carlos, 1994), através da dialética tridimensional de Lefèbvre (2013/1974). A abordagem analisa o espaço para além de seu caráter físico, mas como um produto social continuamente moldado pelas práticas e experiências sociais que tanto influenciam a forma como percebemos e interpretamos os espaços quanto são capazes de indicar novas possibilidades de transformação social e espacial. Tal perspectiva de análise é particularmente relevante nos contextos de urbanização e globalização da

contemporaneidade, onde novas configurações espaço-temporais emergem, exigindo uma compreensão cada vez mais profunda das dinâmicas sociais e seus impactos. O espaço, para Lefèbvre, aqui tomado como referência, é historicamente produzido e sua análise necessita relacionar as dinâmicas sociais e as relações de poder específicas de cada contexto, permitindo assim uma visão mais ampla da realidade e suas possibilidades de transformação.

Com relação ao problema, a expressão "carência" diz respeito à falta de espaços livres públicos qualificados e acessíveis, podendo ser definida como a insuficiência ou ausência de tais espaços. A "precarização" refere-se ao processo de deterioração das condições materiais, funcionais e simbólicas desses espaços, tornando-os inadequados ou até mesmo impróprios para o uso e apropriação pelas pessoas. Já a "limitação de acesso" aos espaços livres públicos refere-se a qualquer condição ou obstáculo que impede, dificulta ou restringe o uso pleno desses espaços pela população, seja por fatores físicos ou simbólicos.

O problema, por sua vez, está enraizado no embate entre o direito à cidade (Lefèbvre, 2001/1968) e os processos de exclusão socioespaciais característicos das cidades contemporâneas do sul global. Reconhecemos que o problema é amplo e multifacetado, mas o abordamos aqui a partir do recorte do tema da tese: os espaços livres públicos. Assim, discutimos a vinculação do problema à concepção desses espaços a serviço do capital em detrimento das reais necessidades sociais, questionando e avaliando a sua quantidade, distribuição e condições de uso e apropriação pelas pessoas. Além disso, avançamos para a compreensão dos impactos desse problema no cotidiano de uso das pessoas, ou seja, uma vez confirmado, quantificado e discutido o problema na escala da cidade, seus impactos para diferentes grupos sociais são abordados através da escala do lugar.

Através da percepção cotidiana da carência de espaços livres públicos, sua precarização e limitação de acesso elaboramos a hipótese de que há um distanciamento entre o modo como os espaços livres públicos são concebidos e a maneira como são percebidos e como podem ser vividos pelas pessoas. Acreditamos que essas condições podem implicar o empobrecimento das relações sociais, afetando negativamente o modo como as pessoas se apropriam ou poderiam se apropriar dos espaços. Entendemos, ainda, que o conjunto de espaços livres públicos representa um patrimônio comunitário, constituindo uma peça importante na construção da memória e da identidade das

peessoas. Assim, apontamos que da dualidade entre a norma e a apropriação, emerge uma contradição entre o espaço concebido, o percebido e o vivido.

Partindo dessa hipótese, chegamos à elaboração da tese de que se torna efetivamente livre o espaço que pode ser apropriado coletivamente. Ou seja, espaços (supostamente) livres públicos, áreas abertas ou áreas verdes sem manutenção, apropriadas ou ocupadas de modo privado, que ficam em locais inacessíveis não podem ser apropriadas coletivamente e não constituem espaços efetivamente livres e públicos.

Esse trabalho teve como objetivo geral entender como se dá o processo de (re)produção dos espaços livres públicos, com ênfase no problema da carência, precarização e limitação de acesso a esses espaços na contemporaneidade e seus impactos no cotidiano das pessoas. Assim, através da articulação entre a dimensão teórico-conceitual do problema e da realidade apropriada através do caso da cidade de Pelotas/RS, buscamos explicitar problemas, entender seus impactos e apontar caminhos capazes de contribuir para a mudança social, na direção do direito à cidade e à vida urbana.

O primeiro objetivo específico foi a avaliação dos usos e das condições de acesso e manutenção dos espaços livres públicos, assim como sua distribuição na malha urbana. Essa avaliação se deu na escala da cidade (Capítulo 2) e permitiu confirmar e quantificar a carência, a precarização e a limitação de acesso aos espaços livres públicos e diferenciar também a distribuição entre as sete regiões administrativas da cidade.

A seguir, para entender como ocorrem a precarização e a limitação de acesso a esses espaços e discutir os processos, as causas e os impactos disso, avançamos para o estudo na escala do lugar (Capítulo 3). Assim, abordamos como o comportamento das pessoas pode ser influenciado pelas condições dos espaços livres públicos e avaliar o impacto da limitação de acesso no cotidiano de uso de diferentes grupos sociais.

Por fim, através da decomposição vertical da realidade (Capítulo 4), foram contemplados outros dois objetivos específicos: por meio do retorno ao passado, identificamos a influência de rupturas e continuidades na configuração dos espaços livres públicos de Pelotas/RS; e, ao explorar possibilidades e virtualidades, apontamos caminhos e alternativas para a busca de espaços livres públicos mais qualificados e acessíveis no futuro.

De modo geral, avançamos no que se sabe sobre os espaços livres públicos, com ênfase no caso de Pelotas/RS e com especial atenção às situações de limitação de acesso a tais espaços. Explicitamos problemas e apontamos caminhos para que a

sociedade possa exercer seu direito à cidade de modo mais igualitário, com acesso a espaços livres qualificados, nos quais as pessoas possam socializar, se sentir pertencentes e se expressar livremente.

Paralelamente à tese, foi elaborado um livro sobre os espaços públicos de Pelotas, cujo processo está relatado em Tomiello et al, (2024). O livro, composto por aquarelas que retratam os espaços e textos breves e curtos sobre eles, foi desenvolvido pelo Programa de Apoio às Práticas Patrimoniais da UCPel e publicado tanto em mídia digital (Tomiello e Luckow, 2023) quanto física (Tomiello e Luckow, 2024). Com linguagem simples e acessível, a publicação busca a popularização e valorização dos espaços públicos, democratizando o acesso ao conhecimento sobre eles.

Com relação à justificativa da tese, enquanto a justificativa pessoal foi explicitada na introdução, cabe mencionar também a justificativa social e a acadêmica. No âmbito social, o trabalho se justifica essencialmente pela relevância que os espaços livres públicos têm na vida das pessoas e pelo risco dos impactos negativos de sua carência, precarização e limitação de acesso. A justificativa acadêmica parte da necessidade de expandir o conhecimento sobre os processos de (re)produção dos espaços livres públicos na contemporaneidade. Além disso, também é pertinente mencionar a necessidade de abordagens interdisciplinares, que possam instrumentalizar o enfrentamento dos desafios complexos relacionados à carência, a precarização e a limitação de acesso aos espaços públicos nas cidades contemporâneas.

A metodologia empregada no trabalho integra a dialética como instrumento de análise e o estudo de caso como método de investigação. Através da análise dialética buscamos entender e explicar as diferentes temporalidades dos espaços livres públicos e o processo de (re)produção desses espaços, com ênfase na sua dimensão social. O estudo de caso, por sua vez, instrumentaliza a compreensão do fenômeno estudado em seu contexto.

Seguindo a lógica dialética do método regressivo-progressivo, através de procedimentos de decomposição vertical e horizontal da realidade propostos por Lefèbvre (2013/1974), buscamos o retorno ao passado, a descrição do presente e possibilidades de futuro associadas aos espaços livres públicos. O método regressivo-progressivo constitui uma abordagem que se propõe a superar a linearidade da sucessão dos fatos, compreendendo os fenômenos como processos articulados em diferentes temporalidades e trabalhando as consonâncias e dissonâncias temporais. A aplicação deste método possibilita romper com leituras unidimensionais, desvelando o

desenvolvimento desigual e a superposição de tempos que caracterizam a dinâmica social. Ele conjectura a construção simultânea de tempos históricos, permitindo a identificação de descontinuidades espaço-temporais e tornando mais complexa a dialética entre ruptura e permanência à medida que diferentes épocas se interpretam. Assim, a lógica dialética do método regressivo-progressivo de Lefèbvre oferece uma análise que integra passado, presente e futuro, revelando as contradições e complexidades dos processos sociais e espaciais.

O estudo de caso foi escolhido como método de investigação proporcionar a compreensão de um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de mundo real (Yin, 2015/1984). Esse método se propõe a lidar com situações em que existirem mais variáveis de interesse do que pontos de dados, beneficiando-se do desenvolvimento anterior de proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados em situações em que os limites entre o fenômeno e o contexto não ser obviamente distintos (Yin, 2015/1984).

Além do método regressivo-progressivo e do estudo de caso, cada capítulo utiliza procedimentos metodológicos distintos e complementares, cujas especificidades serão evidenciadas nos capítulos correspondentes. Também é pertinente ressaltar que a pesquisa integra a fundamentação teórica às dimensões horizontal e vertical do método dialético e também extrai dela os parâmetros orientadores para a coleta e análise de dados no estudo de caso.

A fundamentação teórica é apresentada e discutida no capítulo *Espaços livres públicos: conceitos, delimitações e interfaces*, evidenciando a lógica em que o estudo se insere, facilitando sua compreensão. Partimos do entendimento dos espaços livres públicos como um direito e um patrimônio comunitário e avançamos para a discussão do problema da carência, precarização e limitação de acesso a esses espaços na cidade contemporânea na escala global, com ênfase no contexto latino-americano.

A seguir, *A complexidade horizontal dos espaços livres públicos em Pelotas/RS* é explorada em outras duas escalas. Na mais ampla (escala da cidade) são avaliados os usos e as condições de acesso e manutenção dos espaços livres públicos, assim como sua distribuição na malha urbana. Primeiramente, a descrição e a avaliação dos usos e características dos espaços livres públicos da cidade de Pelotas foi feita na escala da cidade, através do cruzamento de informações provenientes de imagens de satélite, mapeamentos disponibilizados pelo poder público e de observação direta. A partir daí, identificamos e discutimos também sua distribuição na malha urbana, diferenciando os

espaços e conhecendo suas proporções e características. Concomitantemente, foram identificadas situações de limitação de acesso, ocupação, manutenção e presença de mobiliário nestes espaços. Esta etapa, desenvolvida e apresentada para a qualificação da tese, foi complementada posteriormente com o estudo do índice de áreas verdes (IAV) em Pelotas e o aprofundamento da discussão do problema da carência, precarização e limitação de acesso aos espaços livres públicos na escala da cidade.

A segunda escala (escala do lugar), menos abrangente e mais aprofundada, é abordada no capítulo *Arroio Pelotas: patrimônio cultural de quem?* e se dedica aos espaços públicos livres na interface do Arroio Pelotas com áreas urbanizadas, especialmente na microrregião do Recanto de Portugal. Nesta escala do estudo de caso, avançamos com relação aos objetivos que ainda não haviam sido alcançados nas outras dimensões, especialmente com relação ao entendimento de como o comportamento das pessoas pode ser influenciado pelas condições dos espaços livres públicos, aprofundando a discussão sobre o problema e seus impactos no cotidiano de uso da comunidade. Esta abordagem incluiu procedimentos metodológicos da cartografia e da história oral, através dos quais acompanhamos processos de (re)produção do espaço e ouvimos pessoas envolvidas.

Assim, a pesquisa articula três níveis escalares, sendo que cada um deles revela diferentes aspectos do processo de (re)produção dos espaços livres públicos: a discussão teórica no contexto mundial, com ênfase nas particularidades latino-americanas, e o estudo de caso, realizado em Pelotas, cidade de porte médio no Rio Grande do Sul, nas escalas da cidade e do lugar. Na discussão, a tríade Lefebvrina do espaço concebido, vivido e percebido se apresenta como uma possibilidade de mensurar as limitações impostas à apropriação do espaço, no sentido de seu uso efetivo. Com relação ao recorte temporal, o trabalho se dedica à contemporaneidade, mas busca pistas no passado e aponta para o futuro, através dos processos de decomposição horizontal e vertical da realidade.

A figura 1c mostra a zona urbana da cidade de Pelotas dentro do contorno da área do município, ao sul do estado do Rio Grande do Sul (1b), no Brasil (1a).

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo: Rio Grande do Sul/BR (a); Pelotas/RS (b); Perímetro urbano do município de Pelotas (c).



Fonte: elaborada pela autora no software QGIS (2022) a partir de base cartográfica do IBGE (2020) e perímetro urbano do GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022).

O entendimento do processo de (re)produção dos espaços livres públicos e a discussão sobre a carência, a precarização e a limitação de acesso a esses espaços tem como ponto de partida a manifestação formal das relações sociais. Assumindo a premissa de Carlos (1994, p. 39), que indica que “o estudo de um fenômeno específico reproduz, em diferentes escalas, as mesmas determinações da totalidade, sem com isso eliminar-se as particularidades históricas”, abordamos o caso de Pelotas como uma forma particular de um fenômeno geral. Assim, a cidade de Pelotas constitui um referencial que não é o objetivo final do trabalho, mas uma realidade que tende a generalizar-se e a contribuir para o entendimento do problema numa perspectiva abrangente e geral, assim como indicar caminhos possíveis para o seu enfrentamento.

Além das três escalas estudadas em sua dimensão horizontal, que exploram a (re)produção do espaço social em um mesmo plano temporal, no capítulo *O passado e o futuro: a complexidade vertical dos espaços livres públicos em Pelotas/RS*, exploramos a complexidade vertical dos espaços livres públicos em Pelotas/RS. No retorno ao passado, identificamos rupturas e continuidades na (re)produção dos espaços livres públicos, com ênfase no tema e problema estudados. A partir daí, discutimos possibilidades e virtualidades, apontando o espaço diferencial como um caminho possível.

Desta forma, o trabalho envolve, de modo articulado, três escalas, três tempos e três dimensões do espaço: com relação às escalas, partimos da discussão teórica do problema em escala global, avançando para o estudo de caso em Pelotas/RS nas escalas da cidade e do lugar. Com relação às temporalidades, buscamos o retorno ao passado, a descrição do presente e as possibilidades de futuro associadas aos espaços

livres públicos, através de procedimentos de decomposição vertical e horizontal da realidade que integram a lógica dialética do método regressivo-progressivo. Por fim, com relação às dimensões do espaço, apoiamo-nos na tríade Lefebvrina do espaço concebido, vivido e percebido, buscando mensurar as limitações impostas à apropriação do espaço, no sentido de seu uso efetivo.

Os resultados destacam a complexa relação entre os espaços livres públicos e a sociedade, evidenciando uma significativa discrepância entre o espaço concebido e o efetivamente apropriado pela população em Pelotas/RS. O estudo demonstra que a carência, precarização e limitação de acesso a esses espaços são problemas recorrentes e expressivos. Os impactos no cotidiano de diferentes grupos sociais são variados e foram apropriados através da investigação na escala do lugar, através da cartografia e da história oral. A análise vertical aponta para a necessidade de reimaginar as cidades como lugares de convivência e criatividade, superando a racionalidade puramente econômica. Por fim, a tese conclui que o espaço livre público é aquele que pode ser apropriado pelas pessoas, destacando a importância da apropriação do espaço como um ato político e social essencial para a construção de um ambiente urbano mais equitativo.

1. ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: CONCEITOS, DELIMITAÇÕES E INTERFACES

“O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (a atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.”
(Lefèbvre, 2001/1968, p. 134)

Neste capítulo introduzimos a fundamentação teórica da tese, a qual será discutida e aprofundada ao longo do trabalho, associada ao conteúdo de cada capítulo. Iniciamos apresentando definições básicas associadas ao tema, partindo da explicitação das relações entre os espaços livres públicos e o campo conceitual da memória social e do patrimônio cultural. A seguir, discutimos a tríade Lefebvriana do espaço concebido, vivido e percebido como uma possibilidade de mensurar as limitações impostas à apropriação do espaço, no sentido de seu uso efetivo. Posteriormente, discutimos o direito à cidade, pautando a perspectiva de diferentes grupos sociais e chegando ao problema da carência, precarização e limitação de acesso aos espaços livres públicos. Assim, pretendemos evidenciar a lógica na qual o estudo se insere, facilitando sua compreensão.

1.1 Espaço social e interfaces com a memória e identidade

Apesar de não ser o foco desta pesquisa, consideramos relevante discutir aproximações e interfaces entre a memória e a identidade com os espaços livres públicos. Esta abordagem se justifica pela relevância da relação entre os temas e pela busca de uma abordagem transdisciplinar, consideramos que o conjunto de espaços livres públicos pode ser entendido como um patrimônio da comunidade, vinculado à sua memória e à sua identidade. Essa perspectiva enriquece a compreensão acerca desses espaços, destacando seu papel na formação e na preservação da cultura local.

Antes de avançar, partimos dos conceitos gerais da paisagem e do espaço para entender a noção de espaço social, os quais, segundo Santos (1996), são um par dialético, sendo a paisagem a materialização de um instante da sociedade enquanto o espaço contém o movimento. Carlos (1994), por sua vez, aponta a superação do entendimento da paisagem como algo estático, propondo sua discussão como uma

manifestação do espaço geográfico. A autora destaca a relevância da paisagem na análise do espaço, o qual só pode ser entendido através de sua manifestação formal. Ainda, aponta que há dois elementos fundamentais na paisagem urbana: o espaço construído e o movimento da vida. O espaço construído se refere ao espaço imobilizado nas construções, não por acaso denominadas *imóveis*. Já o movimento da vida, ainda que se revele em parte através da paisagem construída, se dá predominantemente nos espaços livres, os quais contêm o movimento.

O espaço, para Santos (1996), é um conceito híbrido, que integra materialidade e sociedade, forma e conteúdo, elementos fixos e fluxos. Essa ideia supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações uma vez que um não pode ser entendido sem o outro e sequer existe sem o outro, ou seja, tanto em termos de significação quanto de realidade não há como vê-los separadamente.

O aspecto relacional do espaço, por sua vez, é definindo como sendo “nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas” (Santos, 1988, p. 10), um conjunto de formas que contém frações da sociedade em movimento. Sendo assim, as formas influenciam na realização social ao mesmo tempo que as dinâmicas sociais têm um papel decisivo na configuração espacial.

Carlos (1994, p. 22) também aborda a “relação necessária entre sociedade e espaço”, destacando que o cotidiano dos indivíduos não se limita à produção de bens de consumo, mas implica em produção de humanidade, através da produção de relações. Enquanto nos espaços privados e/ou fechados os encontros são mais previsíveis, nos espaços livres públicos podem ocorrer encontros entre indivíduos de diferentes grupos sociais, com diferentes culturas, crenças e ideologias. Daí, podem emergir conflitos e embates, mas também aproximação e reconhecimento, a medida em que os indivíduos ou grupos sociais se colocam em contato com a diferença e a multiplicidade.

Arendt (2020/1958) distingue as esferas pública e privada associando-as aos domínios da política e da família, respectivamente. Esses domínios eram nitidamente distintos e separados até a eclosão da esfera social, no contexto das transformações sociais e políticas do século XIX e início do século XX, cujas distinções passaram a se desfazer, refletindo mudanças significativas nas relações sociais e nas estruturas do poder. A esfera social deixa de estar estritamente associada ao público ou ao privado, visto que as atividades de cunho privado passam a ter importância pública. Assim, se constitui um espaço híbrido que emerge da intersecção entre esses dois campos,

implicando na dificuldade entre uma divisão decisiva entre as esferas da pólis e do lar. Deste modo, a linha divisória torna-se difusa, permitindo múltiplas abordagens. Complementarmente, Serpa (2020/2007) discute a eclosão da esfera pública burguesa, paulatinamente incorporada ao setor privado. Embasado pela contribuição de Jürgen Habermas, Serpa associa o avanço do capitalismo e do liberalismo à perda do papel político dos espaços públicos, que se voltam para o consumo. Ainda que no Brasil a formação da sociedade burguesa não tenha seguido o modelo proposto por Habermas (Serpa, 2020/2007), aqui também os espaços públicos parecem se moldar cada vez mais segundo a lógica do consumo e do capital em detrimento de um potencial caráter político e social.

Montaner e Muxí (2014) também destacam a estreita relação entre os espaços nos quais as relações interpessoais ocorrem e a dimensão política, remontando às origens da palavra “política”, do grego “*polis*”, referindo-se à cidade como o lugar onde cidadãos livres e diversos se agrupam para interagir. Os autores apontam que a delimitação das esferas pública e privada estão em constante evolução e que se caracterizam por uma relação complementar e dialética. Por um lado, a partir de ideias defendidas por Georges Bataille e Deyan Sudjic, apontam o caráter opressor que a arquitetura pode assumir e como os espaços e formas podem ser instrumentos para a imposição de interesses de uma minoria. Por outro lado, discutem a necessidade de pensar em espaços que permitam relações e nos quais possam ocorrer conflitos.

A associação dos objetos construídos (especialmente a arquitetura monumental) ao fálico e ao político, também aparece em Lefèbvre (1976/1973), que aborda os lugares do poder vinculando a verticalidade ao poder. Ele menciona contribuições de autoras como Kate Millett e Betty Friedan sobre a mitologia e ideologia do poder fálico, pautando a necessidade de se relacionar essa questão com o cotidiano, o simbolismo, a diferença, o urbano e a reprodução de relações sociais essenciais.

Montaner e Muxí (2014, p. 197), avançam discutindo a questão do gênero como uma “construção cultural que outorga espaços e estabelece prioridades”, recuperando a associação histórica da casa com o feminino da cidade com o masculino. Assim, enquanto o lar e a vida privada foram historicamente impostos às mulheres, a vida pública era, frequentemente, um privilégio dos homens. Para os autores, é preciso superar essa organização excludente e avançar para um urbanismo sem gênero, que evidencie diferenças e não desigualdades, sem hierarquias e com caráter horizontal.

Outra relação que nos interessa aqui é aquela que vincula a cultura e a identidade com as experiências espaço-temporais, aquilo que reconhecemos e nos identificamos, tanto na dimensão individual quanto coletiva. Nos espaços públicos, grupos sociais e culturais diversos manifestam suas ideias de cultura, frequentemente implicando em conflitos e disputas pelo controle de tais espaços. Nesse contexto, uma das questões latentes na contemporaneidade, associada à mercantilização dos espaços livres públicos, é a espetacularização dos espaços públicos, frequentemente associada à transformação de festas e manifestações populares em mercadoria para o consumo cultural de massa (Serpa, 2020/2007).

Se reconhecermos que a construção identitária está associada à alteridade, ao convívio e interação com pessoas e grupos diversos, a falta de acessibilidade, seja física ou simbólica, dos espaços livres públicos tem um impacto negativo na construção da cultura e a identidade da sociedade contemporânea.

Com relação à memória, sabemos que a recordação e localização das lembranças depende dos contextos sociais em que atuam para serem entendidos e explicados. Halbwachs (2013/1950) vincula a memória coletiva ao contexto espacial, evidenciando a importância dos espaços que ocupamos e pelos quais circulamos para a conservação e o acesso ao passado, à memória. A ideia de que a materialidade e a imaterialidade da vida humana são indissociáveis, também presente em Lefèbvre (2013/1974), reforça a relação entre a memória social e a importância do entendimento dos espaços livres públicos como um patrimônio comunitário.

Vieira (2020) salienta que é preciso entender o tema da memória da cidade no contexto da globalização da economia e da mundialização da cultura, mas com o cuidado de não atribuir à tendência da globalização questões que tenham relação com outros fundamentos. Partindo do conceito de não lugar, de Augé, e passando pelos lugares da clonagem, de Castelo, Vieira (2020) avança para o entendimento proposto por Ortiz, que propõe o entendimento da mundialização e do espaço através do conceito da transversalidade, apontando a complementariedade entre o mundial, o nacional e o local, em detrimento da oposição. Carlos (1994) também entende que a globalização só se materializa através do local e suas particularidades, apontando que a dimensão social da história emerge do relacionamento do indivíduo com o outro e com o lugar, no cotidiano.

Para Vieira (2020), a cidade é um dos lugares em que as relações sociais entre indivíduos e grupos sociais acontecem, culminando no surgimento de memórias sociais

que podem ter caráter de dominação, cooperação ou conflito. O autor também destaca a importância de buscar o entendimento da memória da cidade através de registros e documentos, já que nem toda memória da cidade é evidente em suas formas materiais e estas podem ser contextualizadas pelas fontes históricas. Nessa pesquisa buscamos contemplar essa questão, combinando percepções daquilo que é visível, através da decomposição horizontal da realidade, com fontes históricas, através do retorno ao passado – previstos no método dialético.

1.2 O direito à cidade e os espaços livres públicos

A sociedade contemporânea é uma sociedade predominantemente urbana, ou seja, a cidade é seu habitat. Lefèbvre reforça esse entendimento, descrevendo o tecido urbano como um ecossistema que integra as dimensões sociais e culturais da vida urbana. Em *O direito à cidade*, publicado originalmente em 1968, Lefèbvre (2001/1968) discute o direito à vida urbana, que implica no direito à apropriação e no direito à obra (entendida como atividade participante), além de se associar ao direito à liberdade, ao habitat, ao habitar e à individualização nas relações sociais.

No Brasil, o Ministério da Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional reconhecem o direito à cidade como o direito de todos “a um ambiente urbano que garanta o usufruto da estrutura, dos serviços, equipamentos e espaços públicos e comunitários da cidade de forma equânime e inclusiva”. A equidade e a inclusão são reforçadas pelo princípio seguinte, que considera que “todos têm direito de utilizar, de forma equilibrada, os bens culturais materiais patrimonializados e os recursos do meio ambiente” (Diário Oficial da União, 2018, p. 7).

Visto que o problema da limitação de acesso aos espaços livres públicos aponta para um espaço incompleto, mediante distintas formas de restrição, cabe apontar quais seriam as condições de uso pleno destes espaços. Assim, recorreremos às três dimensões do espaço social em Lefèbvre, as quais pressupõe a produção material, a produção de conhecimento e a produção de significados. Segundo Alves (2019), as tríades em Lefèbvre presumem a indissociabilidade e articulação das dimensões espaciais, sendo que a caracterização de cada uma das delas permite uma melhor compreensão do processo de (re)produção do espaço. A tríade Lefebvriana do espaço concebido, vivido e percebido se apresenta como uma possibilidade de mensurar as limitações impostas à apropriação do espaço, no sentido de seu uso efetivo.

Inicialmente, Lefèbvre (2013/1974, p. 97, tradução nossa) associa as representações do espaço ou o espaço concebido àqueles que o identificam com o percebido e com o vivido, como os “planejadores, urbanistas, tecnocratas fragmentadores, engenheiros sociais e até um certo tipo de artistas próximos da cientificidade”. Alves (2019) facilita o entendimento dessa dimensão associando-a ao conhecimento, ao planejamento, à ordem instituída e às relações de produção.

Já o espaço percebido (ou a prática social) pode ser entendido como o aspecto perceptível do espaço que pode ser apreendido por meio dos sentidos. O espaço percebido, segundo Lefèbvre (2013/1974), refere-se à prática espacial da sociedade e implica na produção, na dominação e na apropriação do espaço. A prática social relaciona a realidade cotidiana e urbana, entendidas como o uso do tempo e das rotas de conexão, respectivamente. O próprio autor considera essa associação surpreendente, “pois inclui a separação mais extrema entre os lugares que vincula” (Lefèbvre, 2013/1974, p. 97, tradução nossa).

Para Alves (2019), o espaço percebido pode estar associado à articulação entre as representações do espaço e os espaços de representação, já que toda prática é concebida e vivida, podendo ser resultante do embate entre essas duas dimensões. Para a autora, ainda que a dimensão do vivido possa incluir pequenas subversões, ela não chega a ter uma força revolucionária, visto que a prática social acaba incorporando uma parcela significativa da lógica do capital e do consumo. Assim, parece haver uma tendência ao comodismo no espaço percebido, na direção de adequar-se às normas e aos padrões vigentes, sem se deixar afetar pelas leves transgressões contidas nas representações do espaço.

Lefèbvre (2013/1974) destaca também a relevância do corpo no entendimento da indissociabilidade da tríade aqui discutida, apontando que a prática social implica no uso do corpo, nos gestos e ações – seja das mãos, dos membros ou dos órgãos sensoriais. Alves (2019) complementa apontando que a prática social se dá a partir do corpo e esse mesmo corpo é codificado e padronizado na dimensão do concebido, tendo que se adaptar às formas preestabelecidas.

Já os espaços de representação, para (Lefèbvre, 2013, p. 98, tradução nossa), são aqueles vividos através dos símbolos e imagens que o acompanham, “é o espaço dos habitantes, dos usuários, mas também de certos artistas e talvez aqueles novelistas e filósofos que descrevem e só aspiram a descrever”. É o espaço que se apropria

simbolicamente dos objetos do espaço físico e o recobre, constituindo um objeto de desejo da imaginação, que o quer experimentar, modificar, tomar e dominar.

Segundo Alves (2019), o espaço vivido estaria conectado à dimensão subterrânea e clandestina da vida social e à arte subversiva, que se define como um código dos espaços de representação. Para a autora, ainda que a potência da dimensão do vivido não seja suficiente para modificar a lógica de reprodução capitalista, pode ser um ponto de partida para tomar consciência dos processos de dominação social, podendo chegar a constituir estratégias de luta e modificação da realidade social.

Lefèbvre (2001/1968) questiona se as múltiplas necessidades sociais não estariam associadas à demanda por lugares qualificados que propiciassem os encontros e as trocas em detrimento do comércio e do lucro. Ele propõe o entendimento da cidade como uma obra, destacando o contraste dessa noção com o dinheiro, o comércio, as trocas e produtos: a obra implica em valor de uso e o produto em valor de troca. Assim, aponta a necessidade de apropriação da cidade como bem comum, em um viés anticapitalista, resgatando o valor de uso em contraposição à ideia de cidade como mercadoria. E vai além, ao afirmar que “o uso principal da cidade (...) é a Festa”, que pressupõe um consumo improdutivo (que tem como fim o prazer e o prestígio, consumindo a riqueza ao invés de produzi-la) (Lefèbvre, 2001/1968, p. 12).

Autores como Serpa (2020/2007), no entanto, alertam para o fato de que no Brasil os investimentos em espaços públicos estão associados à visibilidade, à centralidade e ao caráter turístico dos espaços. Ainda, a implantação de parques públicos (foco da discussão de Serpa (2020/2007)) é vista como um meio de controle social e um instrumento para a valorização do solo e a multiplicação do consumo, desvirtuando o entendimento da cidade como obra e o seu uso para a *Festa* (Lefèbvre, 2001/1968).

Seguindo a trilha de Carlos (1994), buscamos um entendimento do espaço urbano que transcenda a ideia de uma aglomeração restrita às relações de produção. Desta forma, é preciso entender as pessoas não apenas como força de trabalho, mas também como indivíduos socialmente inseridos, em relação constante e indissociável com outros, cada qual com múltiplas culturas e anseios. Assim, emergem os conflitos e as contradições que, aliados às relações de produção, promovem a (re)produção do espaço urbano. A (re)produção não é entendida aqui como uma repetição, mas como algo que se transforma através do processo de refazer o produto anterior, caracterizando uma metamorfose (Vieira, 2020).

A compreensão do processo de (re)produção do espaço urbano vincula-se com o entendimento do ciclo do capital, já que no capitalismo, as necessidades dos processos produtivos e de reprodução do sistema acabam por orientar o processo de (re)produção do espaço (Carlos, 1994). A questão do capital também implica no embate e na problematização acerca do valor de uso e do valor de troca da terra, conforme apontam Carlos (1994) e Lefèbvre (2001/1968). Carlos (1994) também destaca o papel do Estado e dos movimentos sociais nesse processo: o estado com um duplo papel de propiciar condições para que o capital se reproduza e também de gerenciar as crises sociais; e os movimentos sociais, associados ao cotidiano dos indivíduos e enraizados nas contradições do processo de (re)produção do espaço urbano.

Em uma produção mais recente, intitulada *Espaço-tempo na metrópole*, Carlos (2001), explicita a contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada como base do entendimento da (re)produção do espaço. A autora explica que o espaço é produzido como mercadoria em uma sociedade que tem a troca como fundamento, estando as mudanças e readaptações de usos e funções dos lugares a serviço das necessidades da acumulação.

Lefèbvre (2001/1968) aponta o processo de industrialização como a força motriz das transformações urbanas e o adota como ponto de partida para discutir os problemas da cidade. Choay (1997/1965) vincula também o surgimento do urbanismo ao contexto da industrialização, quando a sociedade começou a questionar suas realizações à medida em que tomava consciência de si. Assim, o urbanismo teria surgido de forma associada à necessidade de resolver o planejamento da cidade maquinista.

A cidade é complexa e contraditória: uma obra voltada inevitavelmente para o capital financeiro, mas que, ao mesmo tempo tem a *Festa* como uso principal dos seus espaços. Assim como a cidade é contraditória, o urbanismo também o é: uma ciência polarizada historicamente entre a arte e a técnica, a teoria e a prática, que busca explorar as relações entre o espaço e a sociedade, mas frequentemente é apropriada pelo mercado, ficando mais à serviço do capital financeiro do que do bem-estar das pessoas.

Lefèbvre (2001/1968) questiona se é oportuno deixar que a cidade cresça de forma espontânea ou se é pertinente capturar e orientar essa força. Carlos (1994) alerta que a produção do espaço é desigual, pois a produção do espaço se vincula à produção social capitalista, a qual se realiza e se reproduz desigualmente. Deste modo, se assumirmos que a capacidade de produção do espaço urbano está associada ao dinheiro e às relações de poder, entendemos que deixar que a cidade cresça de forma espontânea

significa deixar que o mercado financeiro defina os termos dessa suposta espontaneidade, com raras exceções. Assim, acreditamos que um planejamento urbano ético deve incluir a espontaneidade como uma de suas dimensões, equilibrando o jogo de forças na (re)produção do espaço urbano. Além disso, deve ser constituído de forma interdisciplinar e, sobretudo, incluir os interesses dos diferentes grupos sociais mediante processos legítimos de participação popular.

Lefèbvre (2001/1968) aponta a necessidade de integração entre conhecimento e política, mesmo que com concepções diversas, mas configurando uma estratégia articulada na direção do direito à cidade. Ele avança sugerindo a associação entre projetos urbanísticos de qualidade e um programa político efetivo de reforma urbana. Um bom projeto urbano é caracterizado como aquele que investe na apropriação pelas pessoas, que considera os diferentes modos de se viver na cidade, que não se limita àquilo que é realizável ou já existe, mas que se permite avançar na direção do imaginário e da utopia. De modo semelhante, a reforma urbana não deve se limitar ao realismo, mesmo que se baseie na realidade. É preciso que seja flexível para ser modificado, ancorado na ciência e, preferencialmente, vinculado a partidos que representem a classe operária.

No livro *Se a cidade fosse nossa*, a autora Berth (2023) dialoga com diversos autores e autoras, como os brasileiros Milton Santos, Raquel Rolnik e Ermínia Maricato. As contribuições de Henri Lefèbvre também são mencionadas por Berth, mas sua discussão parte de um lugar epistêmico, político e existencial distinto, ancorado em uma crítica antirracista e antipatriarcal que desloca os fundamentos tradicionais do urbanismo crítico. Assim, sua abordagem interseccional não é apenas uma continuação, mas uma ruptura com certos paradigmas herdados, mesmo os mais progressistas. Deste modo, ela avança na discussão sobre racismos, falocentrismos e opressões nas cidades, a partir de realidade brasileira e latino-americana. Berth questiona a pretensa neutralidade do planejamento territorial e da política pública, discutindo a cidade como expressão socioespacial da segregação, do patriarcado, do machismo e do racismo historicamente hegemônicos. A autora é atuante nos debates antirracistas e antipatriarcais no Brasil e seu entendimento da cidade inclui a bagagem de suas formações em arquitetura e urbanismo e na psicanálise.

Berth (2023) também aponta para a necessidade da conscientização coletiva sobre o impacto da cidade, enquanto espaço de convivência coletiva, na qualidade de vida das pessoas. Ao demonstrar que a cidade não é de todos, para todos e por todos, a autora

se propõe a desestabilizar conceitos estáveis, revelando que as mulheres, a negritude, os indígenas e os LGBTQIAPN+ não possuem o mesmo acesso a cidade, aos direitos e poderes sociais. Os exemplos e discussões trazidos pela autora para sustentar tal afirmação são diversos e vão desde o receio que mulheres tem de andar em uma rua escura à noite até o julgamento de que a aparência de uma pessoa negra é suspeita ou ameaçadora.

A distribuição das terras é outro ponto que evidencia que *a cidade não é nossa*, posto que as terras roubadas dos indígenas, assim como a riqueza produzida por negros escravizados, hoje se concentram majoritariamente na posse de homens brancos. Berth, (2023) destaca também que nem mesmo as pessoas que fazem parte dos grupos privilegiados tem uma experiência de vida plena nessa configuração de cidade. A autoexclusão, através da criação de enclaves homogêneos e isolados, compromete o reconhecimento do outro como cidadão e impede que ambos possam usufruir plenamente do cotidiano urbano.

Para seguir avançando na discussão do tema dos espaços livres públicos, suas dimensões e relações, compartilhamos o entendimento de que a dimensão física do espaço urbano pode ser vista como uma composição de cheios e vazios, os quais integram a expressão da dimensão socioespacial da cidade. Assim, a materialidade urbana pode ser abordada de diferentes modos e uma alternativa é pensar nos elementos construídos e nos espaços livres como duas categorias iniciais e possíveis. Queiroga (2014) destaca a importância dos espaços livres para as cidades, tanto como espaços do cotidiano e lugares de convivência quanto como lócus de manifestações políticas entre outras práticas sociais. O autor também ressalta os serviços ambientais prestados, pelos espaços livres, tanto os públicos quanto os privados. Aos espaços livres públicos relacionam-se conceitos como o de sistema de espaços livres e espaços públicos como um todo.

Os espaços públicos podem incluir construções e áreas de uso dominial e especial (como edificações institucionais e suas áreas abertas, hortos, represas, etc.) e o sistema de espaços livres, como um todo, inclui áreas abertas privadas (como pátios e recuos residenciais) (Macedo *et al.*, 2018). Assim, a caracterização do objeto de estudo como espaços livres públicos visa direcionar a discussão para os espaços livres públicos de uso comum, ou seja, aqueles pelos quais podemos (ou deveríamos poder) circular ou permanecer livremente.

Silva e Versiani (2011) apresentam um panorama sobre os espaços públicos no Brasil, com ênfase na sua caracterização enquanto espaços de lazer. Nesse sentido, apontam que a maioria das cidades não apresentam áreas públicas suficientes para o lazer e que as existentes são, frequentemente, mal distribuídas e apresentam problemas de manutenção e conservação. As autoras tecem uma relação entre tais deficiências e a visão do lazer como mercadoria, relacionada à lógica neoliberal frequentemente defendida por empreendimentos privados. Mesmo quando se trata de espaços livres públicos, supostamente de livre acesso à sociedade em geral, sua concentração em determinadas áreas das cidades é um fator que dificulta ou inviabiliza o acesso de uma parcela significativa da população. Por outro lado, espaços descaracterizados ou mal conservados são apontados como áreas potenciais para práticas violentas e apropriação pelo crime organizado. Assim, é essencial buscar instrumentos que auxiliem na democratização e na ampliação dos espaços livres públicos a fim de possibilitar sua ocupação de forma consciente e participativa, com envolvimento do poder municipal e da comunidade (Silva; Versiani, 2011).

Enquanto as áreas privadas das cidades possuem acesso restrito aos seus proprietários e àqueles que são bem-vindos por eles, as áreas públicas deveriam ser acessíveis a toda população, permitindo a socialização e estimulando o pertencimento. No entanto, a lógica do capital financeiro, da propriedade privada e do lucro também avança para os espaços públicos, os quais simplesmente deixam de existir em novas urbanizações fechadas ou sofrem, como apontam Resende, Pinho e Rocha, (2021), privatizações invisíveis que os afastam de práticas efetivamente sociais e da alteridade urbana.

Autores como Serpa (2020/2007), discutem o problema das privatizações dos espaços públicos através do conceito de acessibilidade, tanto física quanto simbólica. Enquanto a dimensão física da acessibilidade está associada à concretude dos espaços públicos urbanos, a dimensão simbólica refere-se à apropriação social de tais espaços. Assim, se um espaço público pressupõe acessibilidade para todos e todas, essa acessibilidade precisa ir além do acesso físico, possibilitando e estimulando a apropriação social desses espaços na cidade contemporânea. Deste modo, apesar da ideia inicial de trabalhar com a questão das privatizações dos espaços públicos nessa pesquisa, optamos por utilizar o conceito de acessibilidade para abordar o problema da limitação de acesso, visto que percebemos que nem todas as situações caracterizam efetivamente privatizações, sendo a limitação de acesso mais abrangente.

Ainda, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa foi possível compreender que o problema da limitação de acesso está associado à precarização dos espaços livres públicos e é agravado pela carência ou ausência de tais espaços em determinadas regiões da cidade. Além das diferenças entre as formas de limitação de acesso também existem variações com relação ao tipo e tamanho dos espaços sobre os quais elas incidem. Os condomínios ou urbanizações fechadas talvez sejam o exemplo mais agressivo de limitação de acesso, pois restringem aos seus moradores o acesso à toda porção aberta do seu território, usualmente constituídos pelo sistema viário, praças, parques ou orlas. Ainda que existam casos de loteamentos concebidos da forma tradicional e fechados posteriormente, em geral as urbanizações fechadas já surgem, desde o projeto, com esse caráter privado, de modo que os espaços que poderiam ser públicos sequer chegam a sê-lo. É como se essas urbanizações decretassem a morte dos espaços públicos antes mesmo do seu nascimento.

Saboya (2007) alerta que a questão é complexa, pois os malefícios acarretados pelos condomínios fechados para a cidade podem ser grandes, ainda que muitas pessoas os defendam por questões de segurança. Os principais problemas urbanos decorrentes desse tipo de urbanização, segundo o autor, são a segregação urbana, a redução da acessibilidade e o empobrecimento dos espaços públicos e das relações sociais. A segregação urbana e o empobrecimento das relações sociais estão associados à homogeneidade socioeconômica dos moradores, os quais se isolam dos demais, convivendo cotidianamente apenas com pessoas de perfis parecidos com os seus. O empobrecimento dos espaços públicos se dá pela falta de relação entre espaços públicos e privados e a redução da acessibilidade pela privatização do sistema viário, obrigando os fluxos a contornarem grandes áreas muradas.

Enquanto o exemplo das urbanizações fechadas caracteriza uma limitação de acesso física, existem também casos em que os espaços são concebidos para um tipo específico de público, constituindo uma limitação de acesso simbólica. Para Serpa (2020), criação de enclaves territoriais homogêneos, mesmo que sem limitação formal de acesso, favorece a autosegregação e a fragmentação do tecido sociopolítico espacial nas cidades contemporâneas. Assim, as barreiras simbólicas que emergem nos espaços públicos o convertem em uma justaposição de espaços privados, onde o compartilhamento dá lugar à divisão.

Há também o caso específico das ruas, para o qual Serpa (2020/2007) alerta para efeitos como a restrição do movimento, a canalização de percursos e a desertificação de

áreas públicas nas periferias. O autor também associa esse tipo de privatização ao agravamento da questão das drogas e da violência urbana, uma vez que as pessoas acabam confinadas em determinados espaços.

Um embate recente sobre o problema das privatizações é o do Parque da Redenção, em Porto Alegre/RS. Desde o final de 2022 temos acompanhado na mídia as discussões sobre a proposta de concessão do parque à iniciativa privada. Enquanto a atual gestão do município argumenta que “conceder não é privatizar” (Melo, 2022), diversos artigos, como em Amigos da Terra (2022) e Stigger (2022), alertam para as implicações da proposição. Dentre os impactos, os autores alertam para a alteração do perfil popular e democrático dos espaços, através da elitização e da mercantilização, constituindo uma ameaça ao direito à cidade, e mais especificamente, ao direito ao lazer.

Além das situações mencionadas, existem também outros tipos de espaços livres que têm sido submetidos a formas diversas de precarização e limitação de acesso: praças, orlas e canteiros de avenidas são alguns dos espaços cujos casos se somam às ruas e às urbanizações fechadas.

No caso da cidade de Pelotas/RS, é possível observar, por exemplo, terrenos concebidos como áreas verdes e canteiros de avenidas ocupados por construções e praças e orlas com fechamentos irregulares que impedem ou limitam o acesso e circulação das pessoas. Por um lado, o tema dos espaços livres, áreas verdes e correlatos tem sido pauta cada vez mais frequente nas discussões sobre a cidade de Pelotas, com destaque para a atuação e as contribuições de organizações civis e não-governamentais. Por outro lado, existem lacunas com relação ao problema específico da carência, precarização e limitação de acesso aos espaços livres, suas proporções, processos e impactos no cotidiano das pessoas.

Deste modo, a partir do embasamento teórico desenvolvido neste capítulo, passaremos ao estudo de caso da pesquisa, através do qual incorporamos outras dimensões espaço-temporais a fim de avançar no entendimento do problema e seus impactos. A discussão teórica é complementada nos capítulos seguintes, de forma articulada aos seus conteúdos.

2. A COMPLEXIDADE HORIZONTAL DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM PELOTAS/RS

“O estudo de um fenômeno específico reproduz, em diferentes escalas, as mesmas determinações da totalidade, sem com isso eliminar-se as particularidades históricas”

(Carlos, 1994, p. 39)

Neste capítulo, descrevemos os espaços livres públicos de Pelotas através do procedimento de decomposição horizontal da realidade do método regressivo progressivo de Lefèbvre. Articulamos aquilo que já se sabe sobre o objeto com informações produzidas através de sua observação, buscando o entendimento das relações socioespaciais através de sua manifestação formal. Tais informações, relacionadas com o embasamento teórico da pesquisa, permitem o avanço na compreensão da realidade e na discussão do problema.

Destacamos que o estudo de caso da cidade de Pelotas não constitui o objetivo final do trabalho. Nossa preocupação fundamental é entender como se dá o processo de (re)produção dos espaços livres públicos, com o olhar atento a situações de carência, precarização e limitação de acesso a eles, buscando uma forma de identificar, quantificar e descrever o fenômeno.

2.1 Os espaços livres públicos em Pelotas e o recorte do estudo

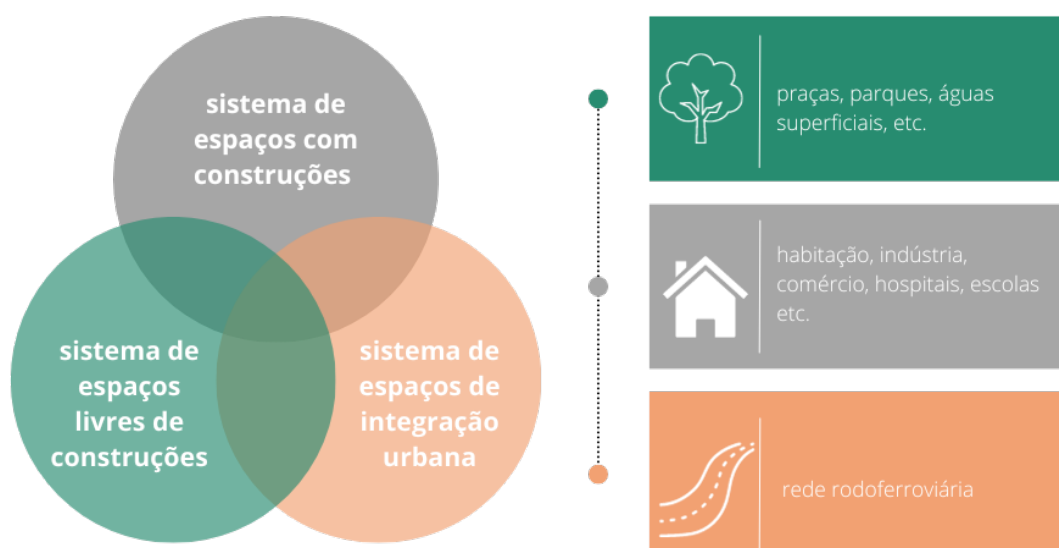
Partimos da premissa de Carlos (1994, p. 39) de que “o estudo de um fenômeno específico reproduz, em diferentes escalas, as mesmas determinações da totalidade, sem com isso eliminar-se as particularidades históricas” de modo que cada cidade constitui uma manifestação particular de determinado fenômeno e não uma abstração teórica. Nesse sentido, o estudo de caso dos espaços livres públicos de Pelotas/RS visa contribuir para a discussão e a compreensão do problema proposto, preenchendo lacunas sobre o tema na cidade e espacializando os conceitos discutidos no capítulo anterior.

Assim, considera-se o lugar como elemento de uma totalidade concreta, reconhecendo que o processo de produção do espaço é desigual. Carlos (1994) atribui esta desigualdade ao acirramento da divisão do trabalho na sociedade, que ocorre também entre as parcelas do espaço e se associa às mais variadas formas de concentração e monopolização decorrentes da ascensão do capitalismo.

Nossa descrição dos espaços livres públicos de Pelotas começa com um esforço para elucidar quais são os espaços que compõem esse conjunto, através da proposição de uma classificação que permita diferenciar os espaços que o integram. Partindo das classificações de espaços urbanos propostas por Cavalheiro et al. (1999) e Macedo et al. (2018) identificamos e agrupamos os espaços livres públicos a serem estudados. Foram consideradas também as particularidades de Pelotas, como a presença significativa destes espaços associados às orlas para, posteriormente, definir o recorte do nosso estudo.

Para Cavalheiro et al. (1999), as cidades constituem-se de três sistemas: sistema de espaços com construções (habitação, indústria, comércio, hospitais, escolas etc.); sistema de espaços livres de construções (praças, parques, águas superficiais, etc.); e sistema de espaços de integração urbana (rede rododiferroviária). A figura 2 apresenta um esquema visual da classificação proposta por Cavalheiro et al. (1999), sendo que dos três sistemas, o que nos interessa é o de espaços livres de construções, com ênfase naqueles que proporcionam a apropriação pelas pessoas. Assim, apoiamo-nos na Fundação Getúlio Vargas (1965), que propõe o uso do termo associando tipologia e uso, delimitando nosso recorte aos espaços livres públicos para recreação.

Figura 2 – Diagrama ilustrativo dos três sistemas que constituem a cidade.



Fonte: elaborada pela autora a partir de Cavalheiro et al. (1999).

No caso de Pelotas/RS, os espaços livres para recreação incluem as praças e os parques mencionados por Cavalheiro *et al.*, (1999), mas também orlas e largos. Além disso, alguns dos canteiros serão incluídos no estudo, conforme veremos mais adiante.

Nosso estudo parte das informações e classificações oficiais do poder público, tomando-as como base, mas sem se limitar a elas. Em Pelotas/RS, não há um mapeamento integrado dos espaços livres públicos e o mapeamento existente não é constituído por categorias compatíveis com a classificação proposta nesse trabalho, além de não ter atualizações recentes ou frequentes. Assim, nosso ponto de partida consiste em compreender como tais espaços estão mapeados pelo poder público, identificando conteúdos que possam contribuir para a identificação e discussão do problema de pesquisa e as lacunas que precisaremos preencher por meio de mapeamentos e leituras complementares.

A cidade de Pelotas possui um Sistema de Informações Geográficas disponível na internet, o GeoPelotas⁸, que reúne inúmeros mapas, de diversos atributos, como infraestrutura urbana, sistema de territórios, patrimônio histórico e espacialização do III Plano Diretor de Pelotas (Prefeitura Municipal de Pelotas, 2008), entre outros. O sistema, implementado entre 2016 e 2019, é fruto de mais de 10 anos de trabalho em digitalização de mapas analógicos, aquisição, sistematização e produção de informações (Xavier; Silva, 2022). O GeoPelotas é um sistema que representa um avanço significativo na direção da acessibilidade da comunidade em geral, permitindo inclusive questionar formas de mapeamento que anteriormente eram de difícil acesso e visualização, não estavam sistematizadas ou sequer haviam sido produzidas. No entanto, também é pertinente destacar que, nos últimos anos, não houveram atualizações frequentes nos mapeamentos disponibilizados, ampliando o distanciamento da realidade e prejudicando análises urbanas.

Com relação aos espaços livres públicos para fins de recreação, as camadas mostradas na figura 3 são as que mais se aproximam do nosso objeto e do recorte pretendidos, sendo uma referente aos canteiros e outra às praças, parques e áreas verdes. O mapa não mostra espaços como largos e orlas, o que pode ocorrer pela aproximação dos critérios com a questão ambiental (visto que as áreas mapeadas são teoricamente áreas verdes enquanto os largos e as praias não) ou pelo fato de que orlas e os calçadões caracterizam espaços morfologicamente mais lineares, podendo ser

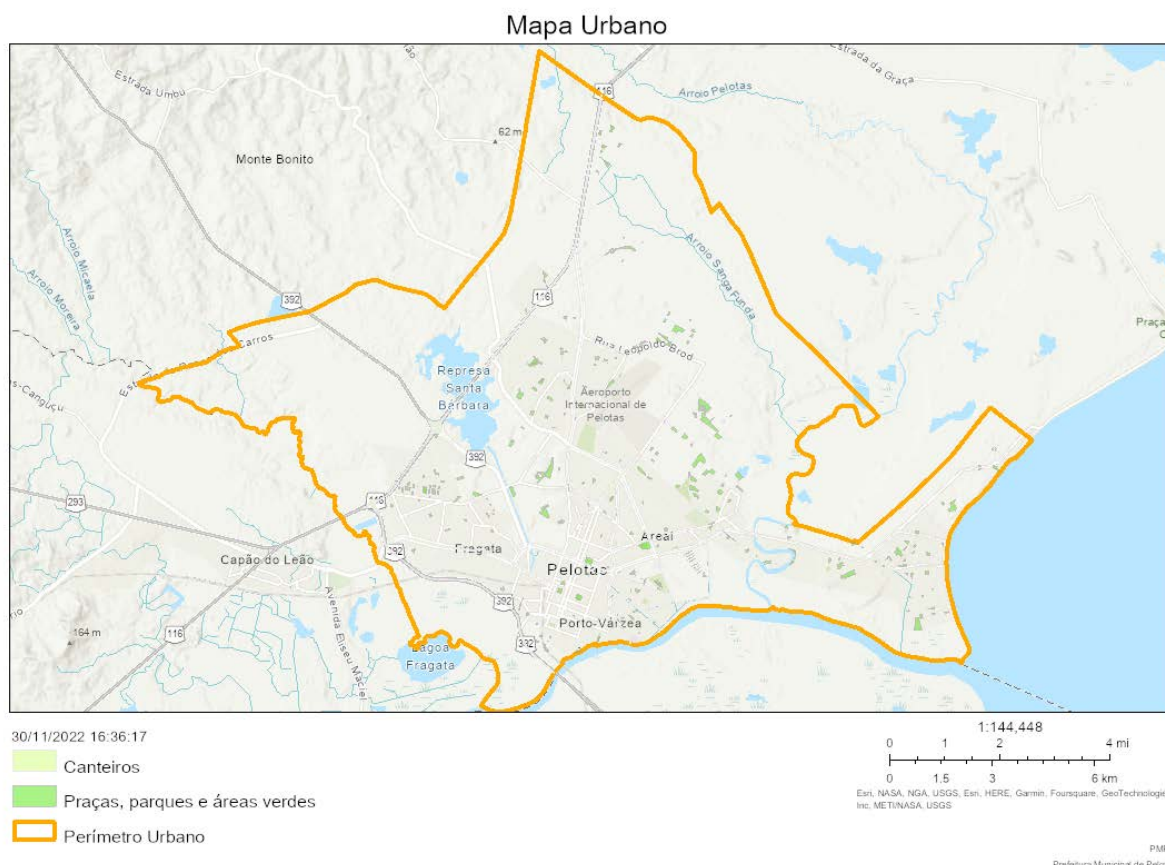
⁸ Disponível em: <https://geopelotas-pmpel.hub.arcgis.com/>. Acessado em 21 jan 2025.

entendidos também como vias de circulação, apesar de seu caráter potencialmente recreativo.

Outra questão que observamos é o fato de que existem canteiros estreitos e largos, sendo os mais estreitos com caráter paisagístico e os mais largos com maior potencial para apropriação enquanto espaços de estar e lazer. Também destacamos a pouca visibilidade de elementos com pequenas dimensões na imagem gerada pela interface do GeoPelotas, aspecto no qual buscamos evoluir através da manipulação dos dados por meio de um *software* que permita a personalização gráfica além das análises pretendidas.

Enquanto nossa discussão teórica inclui todos os espaços livres públicos de uso comum, nosso estudo será aprofundado nos espaços de estar e lazer, sendo eles: áreas verdes (praças, parques e demais áreas verdes), orlas, largos e canteiros. A escolha da ênfase nos espaços que priorizam o convívio em detrimento da circulação se dá pela necessidade de um recorte viável para aprofundar e discutir e também pelo enfoque no problema da carência, precarização e limitação de acesso, que parece ser mais recorrente nos espaços de estar e lazer do que naqueles destinados à circulação.

Figura 3 – Mapa dos canteiros, praças, parques e áreas verdes.



Fonte: GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022).

Para visualizar, quantificar, diferenciar e analisar os espaços livres públicos que integram nosso estudo, suas relações e características, produzimos um conjunto de mapas que serão apresentados e discutidos a seguir. Os mapas foram elaborados através de um Sistema de Informações Geográficas (SIG), integram elementos da área urbana de Pelotas e foram elaborados no programa *QGIS* (QGIS, 2022). A escolha do *software* se deu por ser livre, aberto e gratuito e por viabilizar as análises pretendidas. Foram utilizados como base predominantemente arquivos oficiais da Prefeitura Municipal de Pelotas, que podem ser visualizados no GeoPelotas e nos foram fornecidos por Xavier e Silva (2022), responsáveis pela plataforma. Complementarmente, foram mapeadas áreas de orlas e largos que não constavam no GeoPelotas, que consideramos essenciais incluir no estudo.

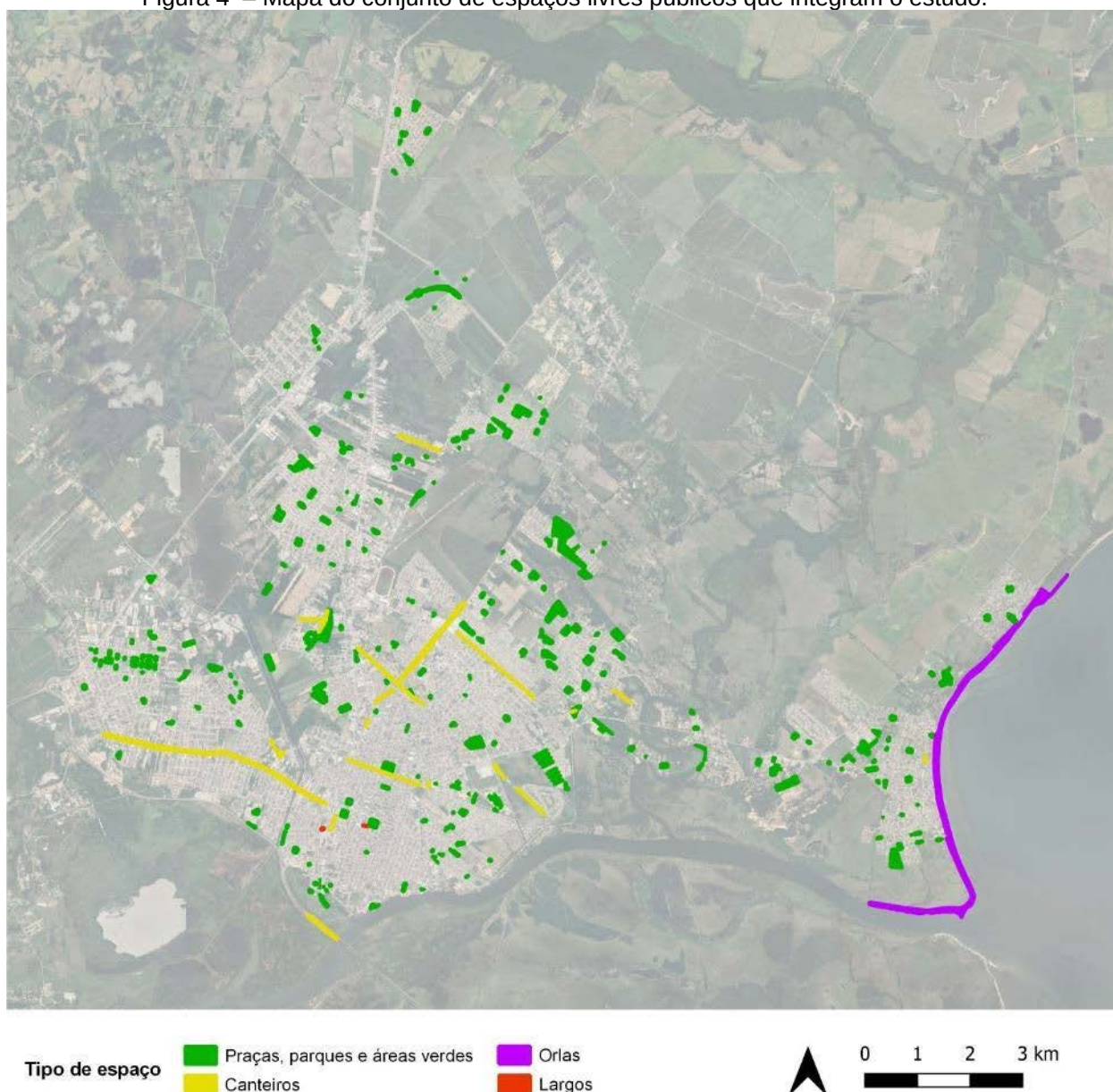
Inicialmente, a camada intitulada *praças, parques e áreas verdes* foi utilizada como base para o mapeamento e, a seguir, incluímos a camada *canteiros* – ambas já mostradas na figura 3 e disponibilizadas por Xavier e Silva, (2022). A primeira camada inclui espaços caracterizados como parques ou praças e, também, áreas livres sem mobiliário ou características condizentes com praças ou parques, sendo algumas com vegetação densa e até mesmo áreas já ocupadas por construções. Já a camada *canteiros* inclui todos os canteiros da área urbana, com as mais variadas dimensões e características.

A figura 4 mostra o conjunto de espaços livres públicos que compõem o recorte desta pesquisa, cujos critérios serão detalhados a seguir. O conjunto de espaços é apresentado em quatro categorias diferentes, sendo que a primeira representa o conjunto de praças, parques e áreas verdes e as três seguintes referem-se aos canteiros, largos e orlas. São 440 poligonais que integram o recorte do estudo, sendo: 2 largos, 7 trechos de orla, junto à Laguna dos Patos, 100 trechos de canteiros e 330 poligonais de praças, parques ou áreas verdes.

A inclusão ou não dos canteiros no estudo levou em consideração a contribuição de (Nucci, 1996), para quem os canteiros que cumprem apenas função estética e ecológica não podem ser considerados áreas verdes, uma vez que, não cumprem função de lazer. Assim, diante da ênfase pretendida nos espaços destinados à recreação, optamos por fazer um recorte com relação aos canteiros, mantendo apenas aqueles com maior potencial de apropriação. Nesse sentido, o primeiro critério foi a largura do canteiro: mantivemos apenas os canteiros com mais de 17 metros de largura. Essa dimensão foi definida a partir da observação de que alguns canteiros com essa dimensão

ou superior são considerados áreas verdes, como ocorre nos loteamentos Umuarama e Danúbio. No entanto, outros canteiros, inclusive com dimensões superiores (como é o caso daqueles nas Avenidas Duque de Caxias e República do Líbano, por exemplo), não são considerados áreas verdes, apenas canteiros. Além dos canteiros com menos de 17m de largura, também foram excluídas as rótulas, os canteiros das RSC 473 e BR 101e canteiros com curso d'água, em função do fraco potencial de apropriação.

Figura 4 – Mapa do conjunto de espaços livres públicos que integram o estudo.



Fonte: elaborada pela autora no *software* QGIS (2022) a partir de bases vetoriais do GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022) e base *raster* do *Google Satellite* (Google, 2022).

Ainda com relação ao recorte dos canteiros, cabe mencionar algumas exceções aos critérios já mencionados que foram incluídas no estudo. A primeira delas foi a

inclusão de canteiros com menos de 17m que já são conhecidos como praças, como é o caso das praças Santa Cecília e Cacimba da Nação. Em conjuntos nos quais predominavam canteiros com 17m ou mais foram incluídos no recorte alguns trechos ligeiramente menores para manter a continuidade, como é o caso da Avenida Bento Gonçalves e da Rua Giovani Guimarães. Por fim, uma última exceção foi o canteiro da RSC 473 que fica junto ao Canal São Gonçalo, incluído pela proximidade com o canal e pelo desnível com relação à pista, em função da Ponte Léo Guedes.

Após a definição dos canteiros que seriam incluídos no estudo, avançamos para a inclusão dos largos e das orlas. Quanto aos largos, foram incluídos o Largo de Portugal, que fica junto à Estação Férrea e o Largo Edmar Fetter, localizado junto ao Mercado Central. Quanto às orlas, foram incluídos trechos junto à Laguna dos Patos e ao Canal São Gonçalo (entre o Arroio Pelotas e a Laguna dos Patos), nos quais há uma faixa que não é propriedade particular, entre a margem e o início do parcelamento do solo. Nesses casos, apesar da continuidade da faixa de orla, foram desenhados sete trechos individualmente, de modo a permitir posterior diferenciação de atributos.

Destacamos que o recorte apresentado na figura 4 refere-se à primeira escala do estudo (escala da cidade), que inclui todo o perímetro urbano de Pelotas. A análise, apresentada nos subcapítulos a seguir, permitirá avaliar os usos e as características do conjunto de espaços livres públicos de Pelotas, sua distribuição na malha urbana e condições de acesso, incluindo a observação de precarização e ocorrências de limitação de acesso aos espaços. Também são discutidos processos, causas e impactos dos problemas estudados, além de uma análise comparativa do Índice de Área Verde de Pelotas/RS com o mínimo recomendado e entre diferentes Regiões administrativas da cidade.

2.2 Condições de acesso, infraestrutura e manutenção dos espaços livres públicos destinados à recreação em Pelotas/RS

Os mapas a seguir foram elaborados a partir da observação das características de cada espaço delimitado anteriormente. A partir da intenção inicial, de identificar situações de limitação de acesso nos espaços livres públicos, avançamos para a observação e o registro de outros aspectos que parecem ter relação com a problemática, aproveitando o tempo dedicado ao mapeamento para produzir também outros conteúdos relevantes e aprofundar a discussão sobre o problema. Assim, partindo da elaboração de mapas que apresentam as condições de acesso a cada espaço, avançamos para outros que

mostram se estão ou não ocupados por construções, diferenciam os tipos de ocupação e mostram se os espaços possuem manutenção e mobiliários. A identificação dessas características contribui para dimensionar a precarização dos espaços, que se manifesta, especialmente, através da ausência de mobiliário e de manutenção.

A observação ocorreu de forma híbrida, considerando as particularidades de cada espaço, visto que alguns são bastante acessíveis e fazem parte dos nossos trajetos cotidianos, enquanto outros ficam em locais com os quais não costumamos ter contato. Assim, inicialmente utilizamos a imagem *Google Satellite* de 2022 (Google, 2022), fazendo consultas eventuais na ortofoto de 2015 – que possui melhor resolução, mas não é tão atual (Xavier; Silva, 2022). Complementarmente, verificamos imagens captadas pelo *street view* entre 2011 e 2023 (Google, 2022) e, por fim, visitamos presencialmente 24 lugares pois, através dos itens anteriores, não foi possível ter certeza das condições que pretendíamos identificar ou havia dúvidas sobre o estado atual (no ano de 2023).

A figura 5 apresenta os lugares visitados com esse fim, nos quais também capturamos imagens fotográficas que servem para ilustrar as condições apresentadas nos mapas e a discussão.

Em diversas situações, ao visitarmos os lugares, nos deparamos com áreas que constam como praças, parques e áreas verdes no GeoPelotas (XAVIER; SILVA, 2022), mas que possuem uma ocupação já consolidada, seja por posseiros ou por outros usos e detalharemos nos mapeamentos a seguir. Sabemos que há um processo de regularização fundiária sendo realizado em Pelotas, de modo que diversas áreas que já não cumprem tal papel efetivamente poderão deixar de ser áreas verdes nos registros oficiais em breve. Assim, acreditamos que este trabalho se tornará também um registro das diversas áreas verdes que deixaram de existir.

Outra situação recorrente com a qual nos deparamos, foi de equipamentos institucionais construídos em áreas verdes e, eventualmente, praças implementadas em áreas institucionais, o que indica que pode ter havido algum tipo de permuta entre espaços destinados aos usos mencionados. Identificamos, ainda, ao menos uma área mapeada como pública que se encontra fechada e possui indicação de ter sido privatizada através de uma placa informativa. Como não é viável aprofundar este entendimento em 440 áreas diferentes, essas são algumas questões que esperamos aprofundar na segunda etapa do trabalho, ao estudar uma das situações na escala do lugar.

Figura 5 – Mapa dos locais visitados pela autora.



Fonte: elaborada pela autora no *software* QGIS (2022) a partir de bases vetoriais do GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022) e base *raster* do *Google Satellite* (Google, 2022).

A figura 6 ilustra diferentes condições de acesso aos espaços livres públicos, mapeadas na figura 7. A figura 6a mostra uma área verde com acesso livre, ou seja, com possibilidade de acesso em toda a sua extensão, sem a presença de barreiras físicas. A figura 6b ilustra uma área verde com acesso parcial, ou seja, com limitação física de acesso a uma porção de seu território, mantendo o restante com acesso livre. Já a figura 6c mostra uma situação de área verde totalmente inacessível, com fechamento em toda a sua extensão.

Figura 6 – Fotografias que ilustram as diferentes condições de acesso aos espaços estudados: a) acesso livre; b) acesso parcial; c) inacessível.



Fonte: acervo da autora, 2023.

A figura 7 apresenta a identificação e o mapeamento das situações ilustradas na figura 6 nas 440 áreas. Destas, 326 (74%) possuem acesso livre, 57 (13%) são apenas parcialmente acessíveis e 57 (13%) são totalmente inacessíveis.

É possível observar, na figura 7, uma concentração de áreas totalmente inacessíveis em regiões menos centrais e uma distribuição relativamente regular de áreas acessíveis e parcialmente acessíveis em toda a área urbanizada. Outra questão pertinente é o entendimento de quais áreas com limitação de acesso permanecem livres ou não, que será mostrado a seguir. O tipo de fechamento das áreas também parece ter relação com sua ocupação, sendo que em áreas livres os fechamentos costumam ser grades, cercas ou muros contínuos. Em áreas com ocupações mais densas e consolidadas, os fechamentos comumente são constituídos pelas próprias edificações ou elementos associados a elas, definindo pequenos pátios ou recuos.

Figura 7 – Mapa das condições de acesso aos espaços estudados.



Fonte: elaborada pela autora no *software* QGIS (2022) a partir de bases vetoriais do GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022) e base *raster* do *Google Satellite* (Google, 2022).

Toda construção que ocupa parcial ou totalmente um espaço livre público caracteriza uma limitação física de acesso, pois o acesso à edificação, mesmo que pública, não é livre. Assim, a presença das construções compromete o caráter livre dos espaços e também sua destinação inicial de ser um espaço de uso comum. No entanto, observamos que nem todo espaço com limitação física de acesso é um espaço ocupado ou construído, pois em algumas situações, os espaços permanecem livres, sendo apenas murados ou cercados. Essa condição os diferencia dos casos de espaços com edificações consolidadas, especialmente pela maior viabilidade de reversão da limitação de acesso e pelo menor comprometimento das funções ecológicas do espaço. A figura

8 ilustra diferentes condições de ocupação dos espaços livres públicos, sendo que a 8a mostra um espaço livre, enquanto a 8b mostra uma situação de ocupação parcial e a 8c, um espaço totalmente ocupado.

Figura 8 – Fotografias que ilustram as diferentes condições de ocupação dos espaços estudados: a) livre; b) parcialmente ocupado; c) totalmente ocupado.

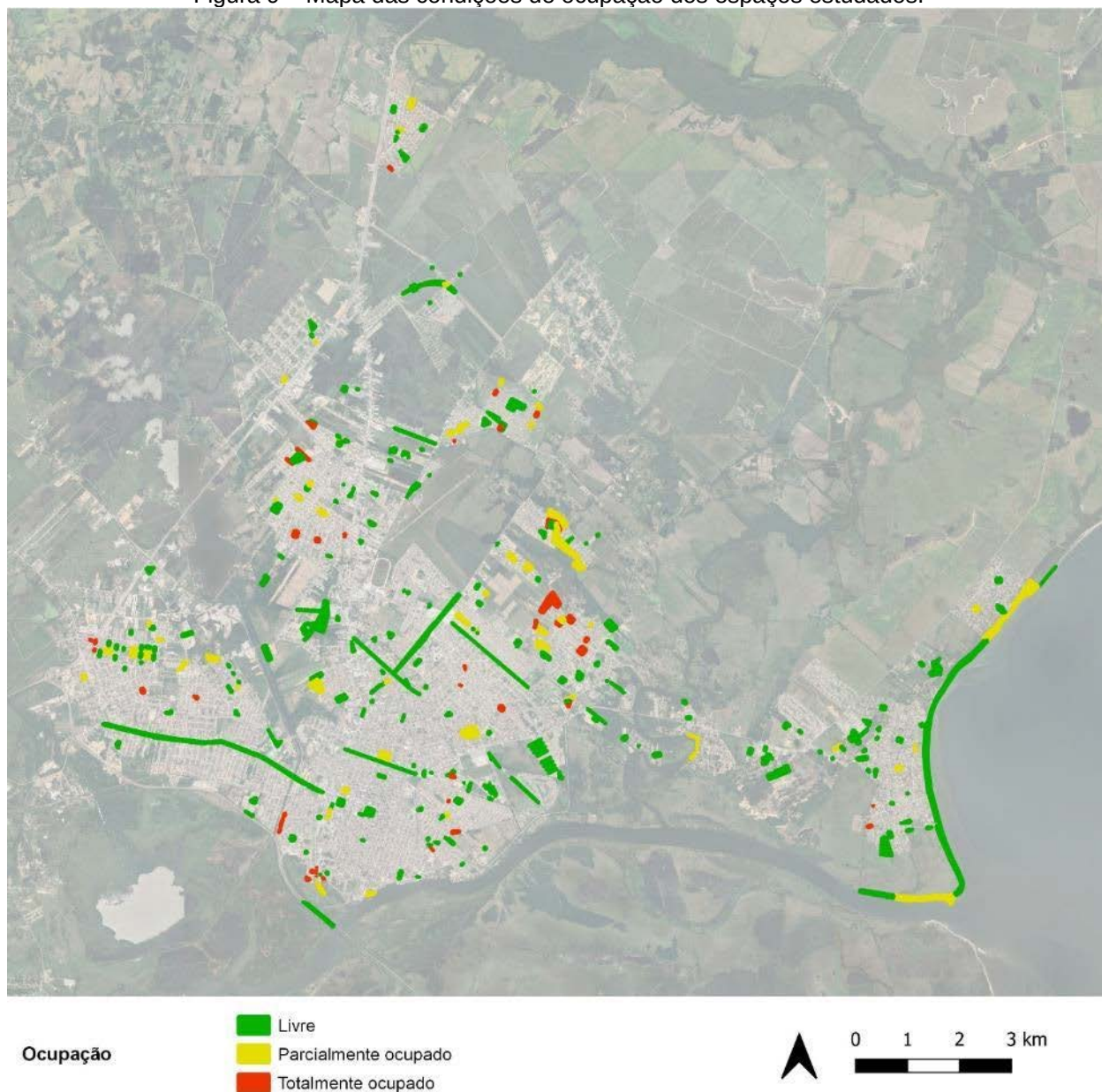


Fonte: acervo da autora, 2023.

A figura 9 mostra que dos 440 espaços estudados, 335 (76%) permanecem livres, enquanto 57 (13%) estão parcialmente ocupados e 48 (11%) estão totalmente ocupados. Através dos levantamentos mostrados nas figuras 7 e 9, percebemos que existem espaços com limitação de acesso que estão ocupados e outros que permanecem livres de construções.

Os espaços com ocupações consolidadas caracterizam uma condição cuja reversibilidade teria um alto impacto, tornando-a inviável ou inapropriada, seja em função do alto custo ou por cumprirem uma função social de moradia e/ou algum serviço de infraestrutura. Já os espaços com limitação de acesso que permanecem livres de ocupações caracterizam uma situação bastante diferente, pois a limitação se dá apenas pelo fechamento.

Figura 9 – Mapa das condições de ocupação dos espaços estudados.



Fonte: elaborada pela autora no *software* QGIS (2022) a partir de bases vetoriais do GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022) e base *raster* do *Google Satellite* (Google, 2022).

Tanto com relação à ocupação quanto à limitação de acesso aos espaços livres públicos percebemos que o papel do poder público nos processos não é algo plenamente explícito nas formas físicas, ou seja, não é algo apreensível apenas através da observação. Não foi possível identificar, por exemplo, se as praças cercadas identificadas tiveram seu acesso limitado com conhecimento e aval do poder público ou se caracterizam situações totalmente irregulares. Também há dúvidas se as diversas instalações do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas (SANEP) que identificamos em áreas destinadas a praças, parques e áreas verdes foram realizadas mediante algum

tipo de permuta, acordo ou de modo informal. No capítulo seguinte, algumas dessas situações são comentadas por informantes qualificados, contribuindo para a identificação de padrões em casos específicos e que, possivelmente, se repitam no conjunto.

Também observamos que as ocupações apresentadas anteriormente possuem características bastante diferentes entre si, sendo as mais recorrentes ilustradas na figura 10. A figura 10a mostra um exemplo de ocupação comunitária, caracterizada pelo uso por associações, vinculadas ou não a aspectos religiosos. A figura 10b exemplifica a ocupação institucional, caracterizada por escolas, postos de saúde, reservatórios e instalações de abastecimento de água, por exemplo. Aqui, cabe mencionar que as áreas institucionais deveriam abrigar tais usos, ao invés das áreas verdes – que passam a ter sua função desviada, total ou parcialmente. A figura 10c mostra um exemplo de ocupação por posseiros, que observamos ser bastante recorrente e, na maioria dos casos, já bem consolidadas. Por fim, a figura 10d demonstra um exemplo de ocupação religiosa. Além dessas, o mapa da figura 11 também inclui situações de ocupação mista, com dois ou mais tipos de ocupação já exemplificados.

Figura 10 – Fotografias que ilustram as diferentes tipos de ocupação dos espaços estudados: a) comunitária; b) institucional; c) posseiros; d) religiosa.



Fonte: acervo da autora, 2023.

Das 105 áreas ocupadas, que representam 24% do total, 67 são ocupadas por posseiros (60%), 11 tem ocupação mista (12%), 16 com ocupação de caráter institucional (17%), 6 com ocupações comunitárias (6%) e 5 com ocupação de caráter religioso (5%).

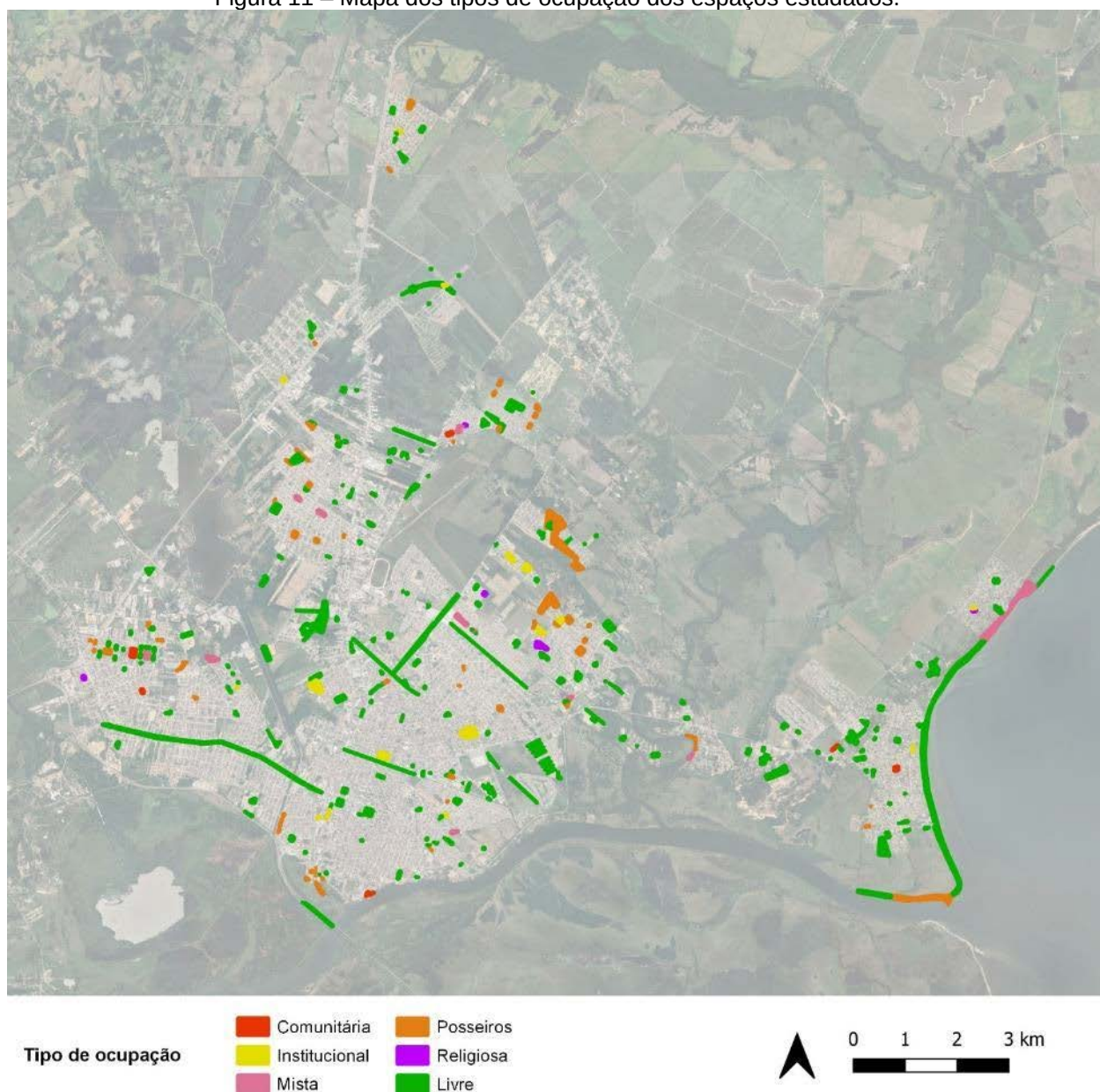
A predominância de ocupações por posseiros indica uma relação do problema da limitação de acesso aos espaços livres públicos com a questão habitacional, visto que uma parcela significativa da população não tem condições de adquirir uma propriedade no mercado formal. No entanto, a prática da ocupação, que muitas vezes ocorre por necessidade e falta de opção, também dá lugar a um mercado informal de venda e aluguel de imóveis e terrenos ocupados, que pôde ser observado pela presença de cartazes e anúncios nas áreas visitadas. Além disso, também observamos empresas consolidadas em áreas mapeadas pela prefeitura como *Praças, parques e áreas verdes*, como é o caso de uma empresa de distribuição de gás localizada no Loteamento Vasco Pires, mostrada na figura 10c.

As ocupações institucionais também representam um percentual significativo do problema, o que indica que nem mesmo a própria prefeitura respeita o caráter livre e aberto que deveriam ter as áreas destinadas às praças, parques e demais áreas verdes. As ocupações comunitárias e religiosas também são relativamente recorrentes e implicam na possibilidade de uso e acesso a um grupo restrito de pessoas.

Aqui, um primeiro ponto cuja discussão parece pertinente é a questão de que algumas ocupações parecem representar os anseios e as prioridades de um pequeno grupo social. Esse grupo, que escolhe ocupar um espaço público, seja para uso residencial, comunitário ou religioso, toma para si um espaço da cidade que é, por direito, de uso e acesso público e coletivo. Outro aspecto é o fato de que as ocupações, mesmo quando coletivas, reduzem o acesso ao espaço a um determinado grupo de pessoas, privando a maioria de uma comunidade do acesso a espaços que deveriam permanecer públicos, abertos e de uso comum.

Após a identificação e a diferenciação das condições de acesso e ocupação dos espaços livres públicos, avançamos para o mapeamento das condições de manutenção e presença de mobiliário nos espaços. A manutenção e a presença de mobiliário são entendidas aqui como indicadores de cuidado desses espaços pelo poder público, em contraponto à precarização, que se manifesta pelo abandono e pelo acúmulo de lixo, por exemplo.

Figura 11 – Mapa dos tipos de ocupação dos espaços estudados.



Fonte: elaborada pela autora no *software* QGIS (2022) a partir de bases vetoriais do GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022) e base *raster* do *Google Satellite* (Google, 2022).

A figura 12 mostra diferentes condições de manutenção dos espaços livres públicos mapeados. A figura 12a ilustra um espaço sem manutenção, com vegetação mista, presença de entulho e acúmulo de lixo. Na imagem 12b vemos um espaço com manutenção e na 12c um espaço onde a manutenção é feita de forma privada, seja em função do fechamento ou da ocupação do espaço. Observamos que existem diferentes níveis de manutenção nos espaços livres públicos, sendo que alguns possuem manutenção frequente enquanto outros possuem manutenção eventual, apenas em parte ou não possuem manutenção alguma.

Figura 12 – Fotografias que ilustram as diferentes condições de manutenção dos espaços estudados: a) sem; b) com; c) privada.



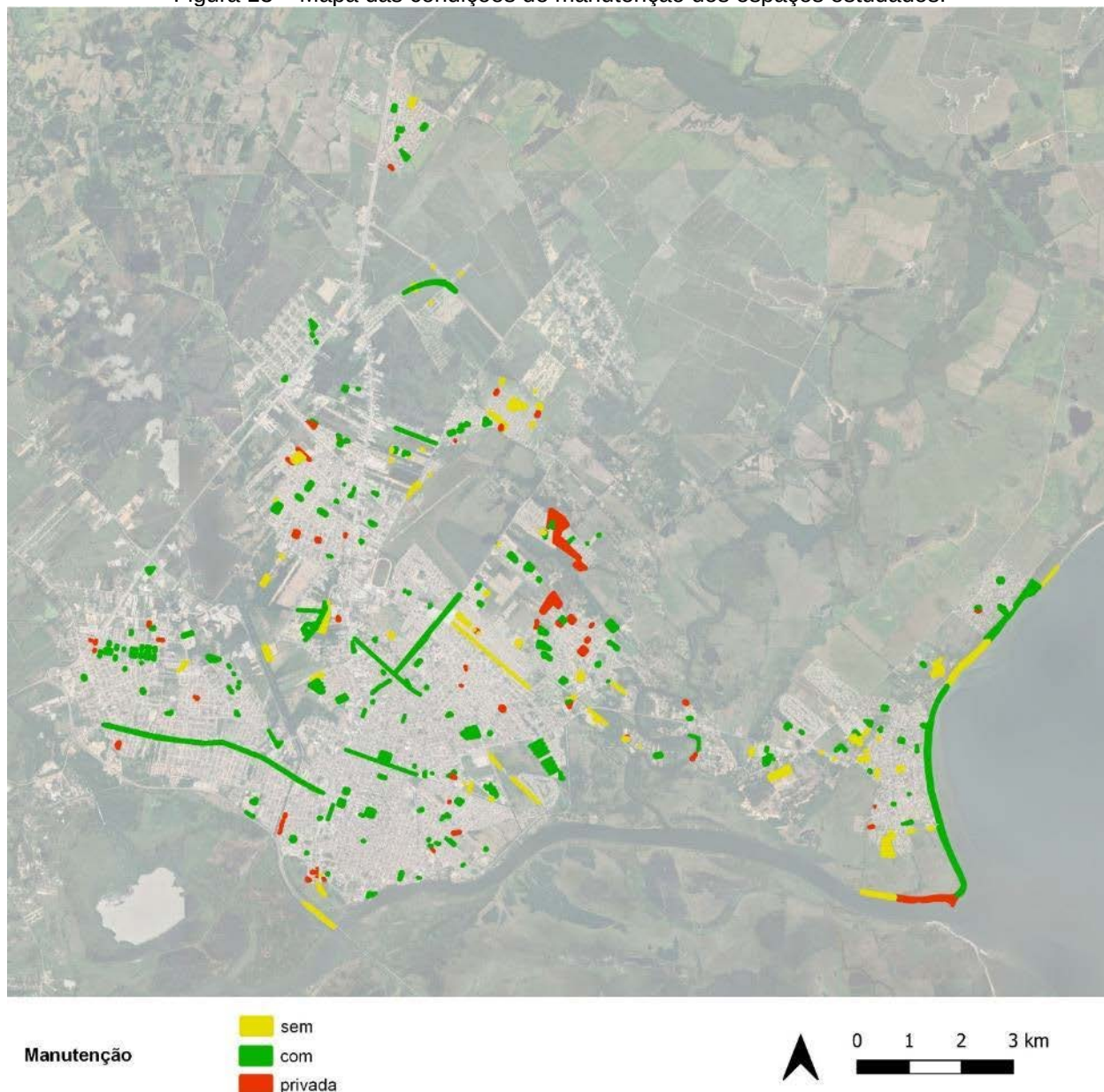
Fonte: acervo da autora, 2023.

Não foi possível avançar para uma avaliação qualitativa da manutenção, em função do número de espaços estudados, de forma que o levantamento aqui apresentado caracteriza uma simplificação do problema. Consideramos espaços com manutenção aqueles sem acúmulo de lixo e cuja vegetação permitisse o acesso e a circulação. Também observamos nos espaços visitados, especialmente em áreas menos centrais, a prática de uso de áreas de pastagem para equinos, o que contribui para que a manutenção ocorra sem ou com pouca participação do poder público. O mapeamento da figura 13 mostra que cerca de 62 espaços (14%) não possuem manutenção, enquanto 285 (65%) possuem e em 93 (21%) a manutenção, quando feita, se dá de forma privada.

Através da comparação entre imagens de diferentes datas, como a ortofoto de 2015 (Xavier; Silva, 2022) e a imagem *Google Satellite* de 2022 (Google, 2022), percebemos que os espaços que foram ocupados nesse período ou que estão em processo de ocupação não possuíam mobiliário e a manutenção pelo poder público era precária ou inexistente. Esse fato sugere que o abandono dos espaços pelo poder público é um dos fatores que favorece a ocupação e a limitação de acesso. Enquanto a ideia de ocupar e construir em uma praça pública implementada pode parecer absurda, a possibilidade da mesma ação em um terreno sem a presença de mobiliário, com vegetação densa e/ou com lixo acumulado pode parecer razoável. Assim, acreditamos que a identificação dessas situações poderá contribuir para a diferenciação entre

espaços livres públicos mais ou menos vulneráveis ao problema das privatizações, bem como aqueles que mais carecem de manutenção e intervenções a fim de permitir seu uso e possibilitar o entendimento de que são espaços livres públicos de uso comum, como praças ou parques.

Figura 13 – Mapa das condições de manutenção dos espaços estudados.

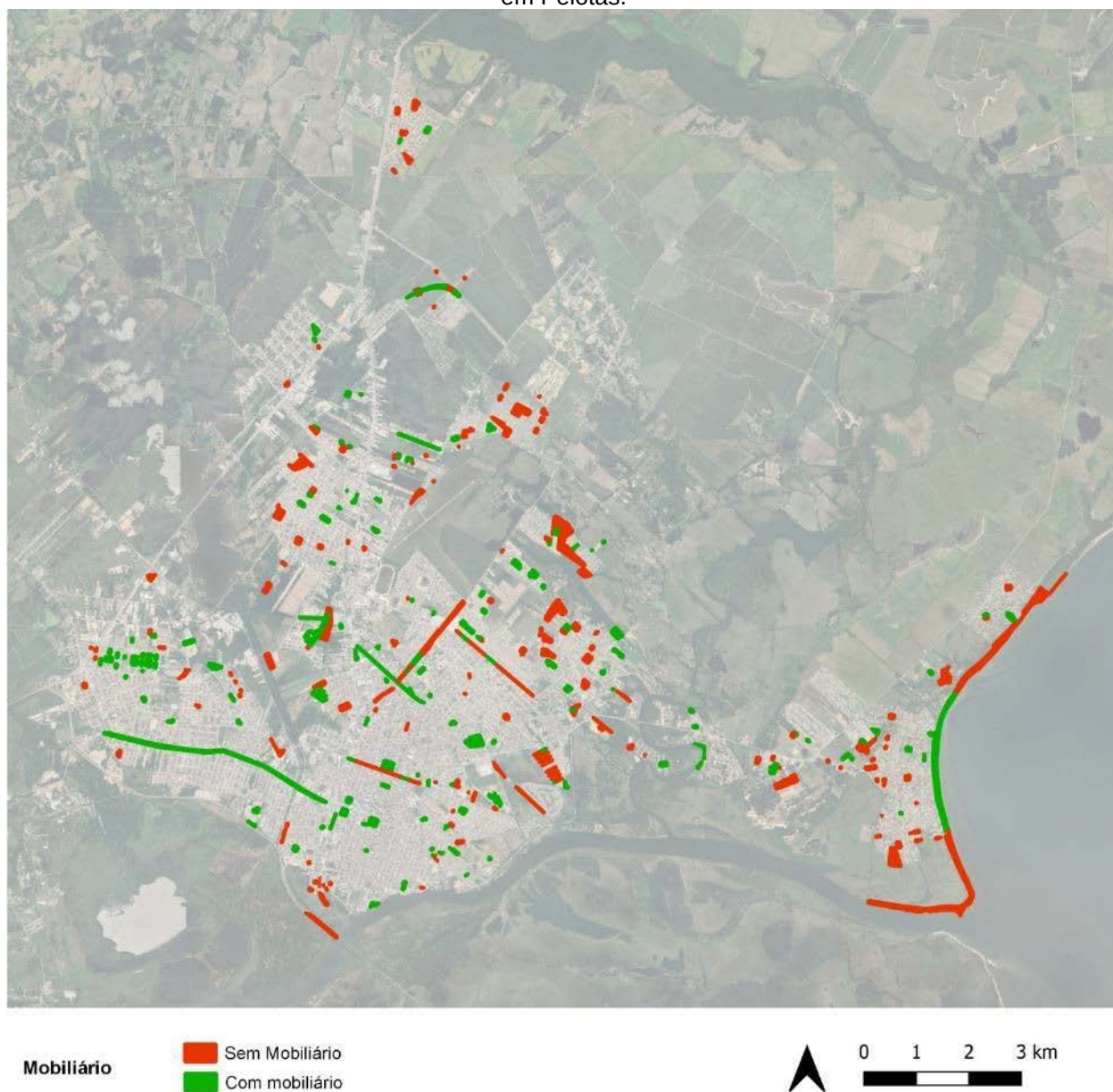


Fonte: elaborada pela autora no *software* QGIS (2022) a partir de bases vetoriais do GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022) e base *raster* do *Google Satellite* (Google, 2022).

Os espaços com e sem mobiliário mapeados na imagem 14 estão ilustrados na figura 15 (a e b, respectivamente). O levantamento realizado não avalia ou discute de forma qualitativa a questão do mobiliário, apenas indica se há ou não algum tipo de mobiliário em cada área. Ainda que, em muitos casos, o mobiliário existente seja

insuficiente, inadequado ou se encontre em condições precárias, entendemos que mesmo assim, a presença dele constitui um signo de que aquele espaço é público e de uso comum. A figura 14 mostra que mais da metade dos espaços mapeados não possuem qualquer tipo de mobiliário, sendo 239 (54%) sem mobiliário e 201 (46%) com.

Figura 14 – Mapa de presença de mobiliário nos espaços livres públicos destinados ao lazer e recreação em Pelotas.



Fonte: elaborada pela autora no *software* QGIS (2022) a partir de bases vetoriais do GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022) e base *raster* do *Google Satellite* (Google, 2022).

Figura 15 – Fotografias que ilustram presença ou ausência de mobiliário nos espaços estudados: a) com; b) sem.



Fonte: acervo da autora, 2023.

Os cinco mapeamentos apresentados e comentados aqui, bem como as imagens ilustrativas de cada situação, sintetizam o trabalho de campo realizado na primeira etapa do trabalho para constituir uma base empírica consistente, atualizada e compatível com os objetivos da pesquisa. Por meio do mapeamento, foi possível confirmar, dimensionar e discutir o problema da precarização e limitação de acesso aos espaços livres públicos e suas nuances.

Observamos que os fechamentos e construções em espaços livres públicos frequentemente ocorrem em áreas com pouco fluxo, incluindo vias sem saída. Nessas circunstâncias, o que foi observado sugere que os fechamentos e construções são predominantemente iniciativas dos moradores, de modo irregular, sem anuência do poder público. Uma questão que emerge dessa análise é que reservas de áreas verdes associadas a vias sem saída, bordas ou limites dos loteamentos parecem incentivar que os moradores do entorno se apropriem desses espaços de maneira negativa, construindo limites físicos e limitando o acesso. Por outro lado, espaços mais centrais, com maior fluxo e visibilidade, parecem menos suscetíveis ao problema, favorecendo a apropriação social. O subtítulo a seguir complementa a discussão deste, incluindo uma análise do Índice de Área Verde.

2.3 Índice de Área Verde como instrumento de quantificação e diferenciação

Ainda que tenhamos um estudo que demonstre as condições do conjunto de espaços livres públicos de Pelotas, um desafio constante é avaliar se a quantidade, as características e a distribuição desses espaços atendem minimamente às necessidades sociais locais. Não se trata de uma avaliação simples ou meramente quantitativa, mas situar a realidade de Pelotas com relação ao índice mínimo pode contribuir para esse entendimento. Como a maioria dos espaços livres públicos caracteriza também áreas

verdes, optamos por utilizar o índice de área verde para ter uma noção quantitativa com relação ao mínimo indicado de área verde por habitante, considerando que não há um índice específico para espaços livres públicos. O índice de área verde expressa a relação entre a área dos espaços verdes de uso público e a quantidade de habitantes de uma determinada cidade, que pode ser expressa em m² por habitante, por exemplo. É um parâmetro que pode ser utilizado para situar determinada realidade com relação a um índice mínimo, ainda que a mera comparação constitua uma simplificação e possua limitações, conforme alertam Rocha e Nucci (2018), com relação à competitividade entre cidades.

Diversos trabalhos no Brasil citam o mínimo de 12m² de área verde por habitante, atribuindo-o à Organização Mundial da Saúde (OMS) e/ou à Organização das Nações Unidas (ONU). No entanto, Cavalheiro e Del Picchia (1992) questionaram tais organizações através de cartas, afirmando desconhecer o valor citado. Na Carta de Londrina e Iporã, de 1996, da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU), recomenda-se um índice mínimo de 15 m² de áreas verdes públicas destinadas à recreação por habitante (Cavalheiro *et al.*, 1999). Não é difícil encontrar recomendações de índices mínimos de áreas verdes por habitante na literatura, no entanto, é difícil descobrir como chegaram a esses números, com base em quais critérios, com que metodologia, para quais cidades e em que período (Rocha; Nucci, 2018).

Assim, é necessária a discussão para a definição de quais áreas verdes devem ser consideradas na elaboração do cálculo. Existem áreas verdes públicas e privadas, sendo que as públicas podem ser de uso comum, especial ou dominial. A princípio, todas têm um papel ecológico e paisagístico, no entanto, apenas as áreas verdes públicas de uso comum são (ou deveriam ser) acessíveis pela comunidade em geral, proporcionando, também, a possibilidade de convívio e lazer e impactando de forma mais direta na qualidade de vida das pessoas.

Para Cavalheiro *et al.* (1999) as áreas verdes constituem um tipo especial de espaço livre, tendo a vegetação como elemento fundamental. Mais recentemente, Buccheri Filho e Nucci (2006) propuseram um fluxograma, no qual para ser classificado como área verde, um espaço livre deve contemplar as seguintes questões: 1) a vegetação é o elemento fundamental de composição? 2) cumpre funções: ecológica, estética e de lazer? 3) área com 70% de cobertura vegetal em solo permeável (sem laje)? 4) serve à população? 5) propicia condições para recreação?

As características sugeridas por Buccheri Filho e Nucci (2006) são predominantemente qualitativas, o que dificulta a avaliação de um conjunto grande de espaços, como é o caso de Pelotas, cujo recorte inclui 440 áreas. Para viabilizar a avaliação, utilizamos critérios mais simples e objetivos, que dizem mais respeito ao potencial da área do que ao seu uso efetivo ou consolidado. Assim, para o cálculo de áreas verdes, consideramos os espaços livres que possuem 70% ou mais de área permeável e possuem o mínimo de condições para apropriação, sendo: totalmente ou ao menos parcialmente acessíveis; totalmente ou ao menos parcialmente livres de construções; com manutenção, mesmo que eventual.

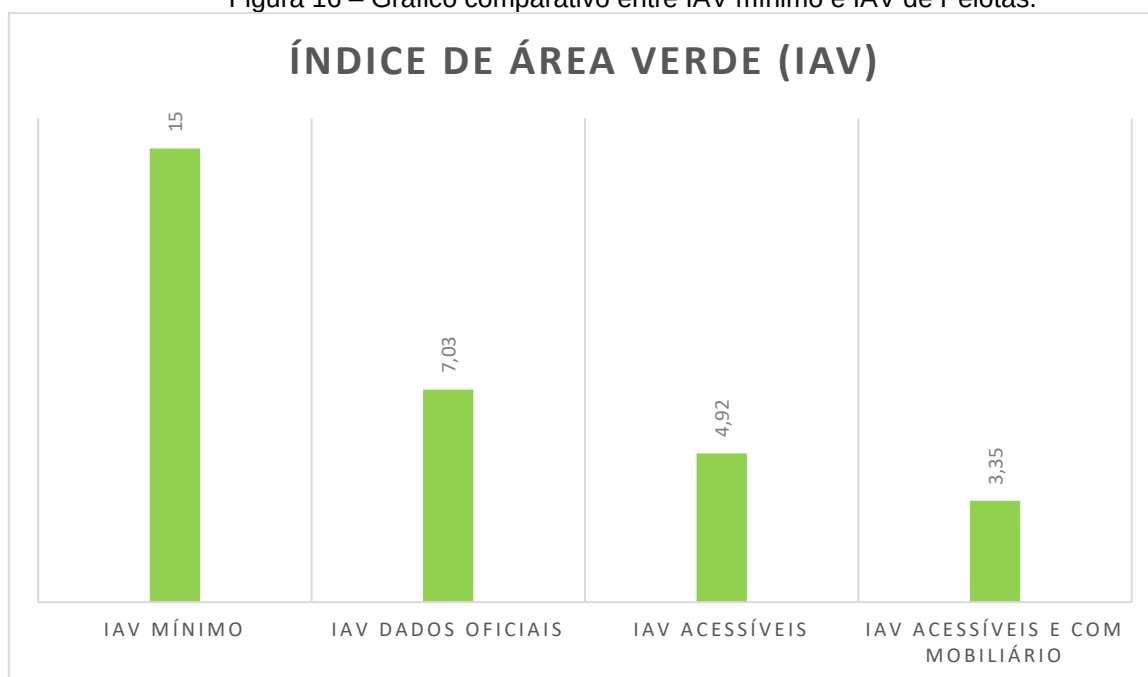
A avaliação foi feita de forma generosa, incluindo espaços apenas parcialmente acessíveis e livres. A acessibilidade é entendida, aqui, como a ausência de barreiras físicas, como muros ou construções, que impeçam o acesso e o conceito de livre associado à ausência de edificações e objetos construídos em geral. Com relação à manutenção, foram considerados inclusive espaços que apresentam apenas cortes de grama eventuais. Mesmo assim, do recorte inicial de 440 áreas, houve redução para apenas 256 áreas que atendem aos requisitos mínimos estabelecidos. Se fossemos considerar apenas as áreas que possuem o mínimo de mobiliário, a redução seria ainda maior, para 175 áreas. No entanto, ainda que a presença de mobiliário (bancos e lixeiras, por exemplo) seja um indicador importante, entendemos que a ausência de mobiliário não impede a apropriação, o fechamento ou a ausência de manutenção, ao contrário da ocupação.

Para o cálculo, consideramos a população urbana em 2010, obtida por meio dos dados IBGE através da Plataforma GEOPelotas (2011), que disponibiliza as parciais por região administrativa, o que permite a comparação. Foram utilizados dados de 2010, pois o censo de 2021 ainda não havia divulgado dados parciais por região censitária em 2023, quando esta etapa do trabalho foi realizada. Somando a população urbana das sete regiões administrativas de Pelotas em 2010 temos um total de 304.669 habitantes (GEOPelotas, 2011). Assim, se considerarmos inicialmente todas as áreas mapeadas como praças, parques e áreas verdes pelo poder público, temos um total de 2.141.427m², ficando o IAV em 7,03m² de área verde por habitante, ou seja, menos da metade do IAV mínimo. No entanto, como visto anteriormente, muitas das áreas mapeadas como praças, parques e áreas verdes no GeoPelotas, encontram-se ocupadas, sem acesso ou sem manutenção. Por outro lado, canteiros com largura expressiva não integram esse mapeamento.

Assim, para avançar no entendimento do que pode ser considerado efetivamente como área verde e que permite a apropriação pelas pessoas, incluímos os canteiros com largura acima de 17m e excluímos áreas totalmente ocupadas por construções, sem acesso e sem manutenção alguma. Chamaremos de áreas verdes acessíveis, aquelas que atendem a esses critérios. Assim, temos 1.499.185m² de áreas verdes acessíveis e um IAV de 4,92m² de área verde acessível por habitante. Ainda, se limitarmos o recorte às áreas verdes acessíveis e com mobiliário (1.019.751m²), o índice passa a ser de apenas 3,35.

O gráfico abaixo (figura 16) apresenta uma comparação visual entre o IAV mínimo proposto pela SBAU (Cavalheiro *et al.*, 1999), o IAV de Pelotas considerando os dados oficiais (todas as áreas mapeadas como praças, parques e áreas verdes no GEOPelotas), o IAV acessíveis e o IAV acessíveis e com mobiliário.

Figura 16 – Gráfico comparativo entre IAV mínimo e IAV de Pelotas.



Fonte: elaborada pela autora.

Salientamos que os dados oficiais (Xavier; Silva, 2022) incluem, no mapeamento de praças, parques e áreas verdes áreas, cuja destinação inicial era esta, mas que apresentam ocupações consolidadas, fechamentos que impedem o acesso ou ausência plena de manutenção, conforme ilustra a figura 17. Assim, o IAV de 4,92m²/habitante, que considera apenas as áreas verdes acessíveis, pode ser considerado mais realista, por excluir áreas que impedem a apropriação pelas pessoas. Considerando esse

cenário, o IAV de Pelotas não chega a 1/3 do IAV mínimo proposto pela SBAU, que é de 15m²/habitante.

Figura 17 – Fotografias que ilustram áreas “verdes” ocupadas (a), com fechamento (b) e sem manutenção (c).

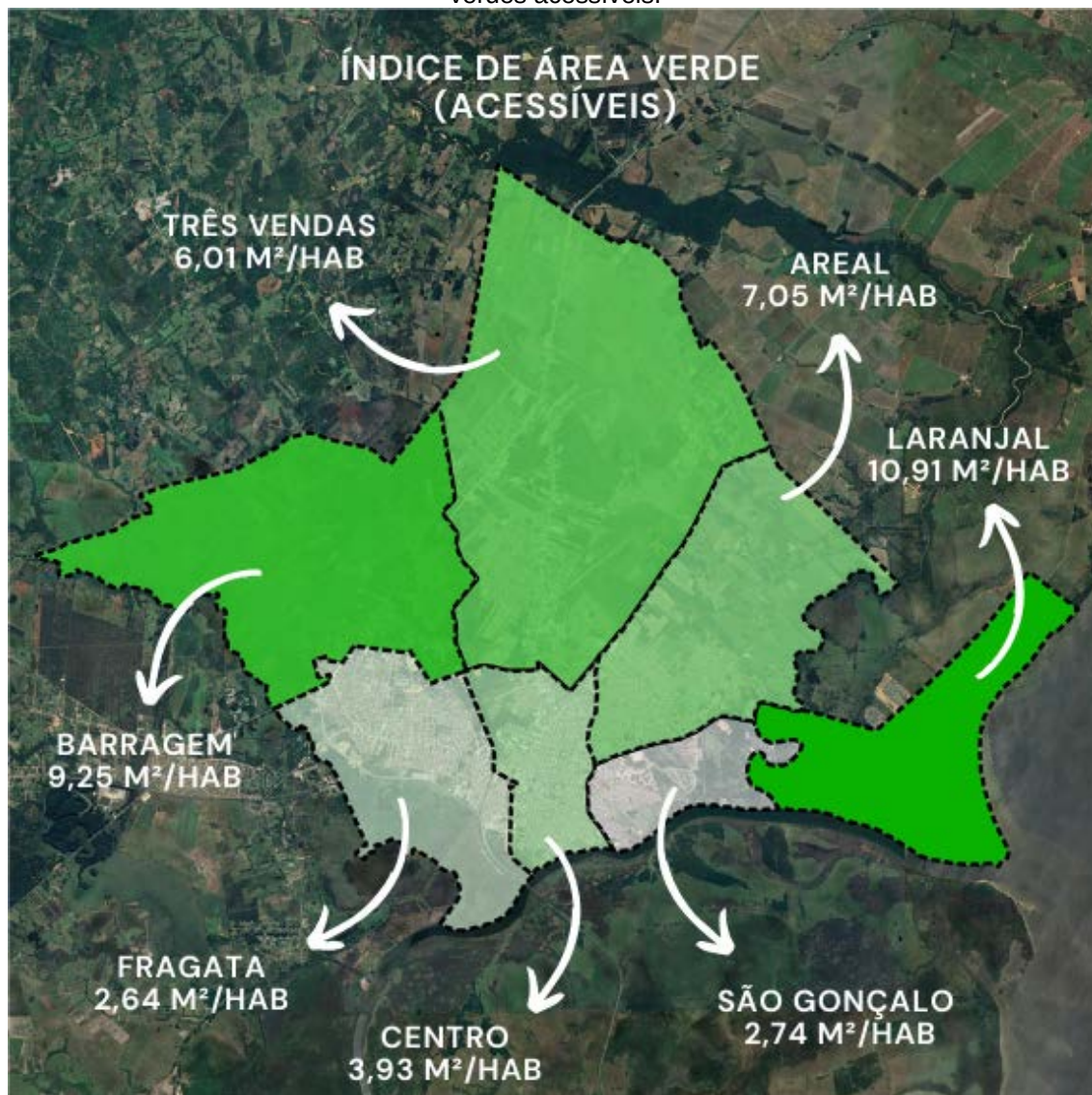


Fonte: acervo da autora, 2023.

Para avançar com relação a uma comparação entre o índice de área verde geral da cidade e o índice mínimo e evitar a comparação com outras cidades, optamos por diferenciar os índices entre as regiões administrativas de Pelotas. A comparação nos permite um entendimento inicial da distribuição das áreas verdes qualificadas na cidade, reconhecendo regiões administrativas mais e menos favorecidas nesse aspecto. Foram consideradas as sete regiões administrativas (ou macrorregiões): Centro, Laranjal, Areal, São Gonçalo, Três Vendas, Areal e Barragem.

A figura 18 mostra os Índices de Área Verde por região administrativa de Pelotas, considerando áreas verdes acessíveis. O Fragata possui o índice mais baixo (2,64m²/hab), seguido pelo São Gonçalo (2,74 m²/hab), Centro (3,93 m²/hab), Três Vendas (6,01 m²/hab), Areal (7,05), Barragem (9,25 m²/hab) e Laranjal (10,91). Destacamos que mesmo a Região Administrativa com o Índice mais alto não alcança o índice mínimo de 15m²/hab.

Figura 18 – Mapa de Índice de Área Verde por região administrativa de Pelotas, considerando áreas verdes acessíveis.



Fonte: elaborada pela autora no *software* QGIS (2022) a partir de bases vetoriais do GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022) e base *raster* do *Google Satellite* (Google, 2022).

Assim, o que se vê a partir das análises do caso de Pelotas/RS, é que a pouca quantidade somada à distribuição irregular das áreas verdes na cidade são problemas potencializados pela precarização e limitação de acesso à parte dessas áreas, impedindo ou dificultando seu uso efetivo, quer seja pela pouca quantidade e grandes distâncias ou pela impossibilidade de acesso e indisponibilidade de condições mínimas de uso. Através da análise da complexidade horizontal dos espaços livres públicos em Pelotas, avançamos no entendimento com relação à quantidade, distribuição e condições desses espaços na cidade.

O mapeamento e a categorização dos 440 espaços definidos no recorte do estudo permitiram uma visão abrangente da situação atual, destacando aspectos associados à

sua ocupação, manutenção e presença de mobiliário urbano, além do dimensionamento e discussão do problema da limitação de acesso.

Ao analisar o problema a partir do recorte do perímetro urbano, demonstramos que a limitação de acesso aos espaços livres públicos é recorrente e diversa, sendo que 13% dos espaços que constituíram o recorte do estudo são apenas parcialmente acessíveis outros 13% são totalmente inacessíveis. Assim, o fato de que 26% das áreas mapeadas apresentam algum tipo de ocupação, seja por posseiros, instituições ou outros usos, indica uma falha significativa na gestão e na preservação desses espaços pelo poder público. Com relação à precarização dos espaços livres públicos, evidenciada pela falta de manutenção e ausência de mobiliário urbano em muitas áreas, observamos que isso não apenas compromete a qualidade de vida das pessoas, mas também pode contribuir para a subutilização e eventual ocupação irregular dos espaços.

Ao relacionar a análise realizada com a tríade Lefebvrina do espaço concebido, percebido e vivido, se evidencia o abismo entre o espaço concebido (aqueles que constam como *Praças, parques e áreas verdes* ou *Canteiros* no Geopelotas (Xavier; Silva, 2022) e o que é de fato passível de ser apropriado pelas pessoas, ou seja, percebido e vivido como espaços livres públicos em Pelotas. Na escala da cidade, é evidenciada a necessidade premente de políticas públicas mais efetivas para a criação, manutenção e gestão dos espaços livres públicos em Pelotas, com estratégias para aumentar a quantidade e melhorar a qualidade desses espaços, garantindo uma distribuição mais equitativa pela cidade e promovendo sua apropriação efetiva pela população.

Além disso, também apontamos que a cidade de Pelotas possui índices de área verde abaixo do índice mínimo recomendado pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU) e que estas áreas se distribuem de forma significativamente irregular entre as regiões administrativas, bem como os espaços públicos livres de um modo geral. Com apenas 4,92m² de área verde acessível por habitante, a cidade apresenta um déficit significativo em relação ao ideal de 15m²/habitante. Essa carência é ainda mais acentuada quando consideramos apenas as áreas verdes acessíveis e com mobiliário, reduzindo o índice para meros 3,35m²/habitante.

O estudo também evidenciou a distribuição desigual das áreas verdes entre as regiões administrativas da cidade, revelando disparidades entre elas de forma inédita. Enquanto algumas regiões, como o Laranjal, apresentam índices mais elevados (embora ainda abaixo do recomendado), outras, como o Fragata e o São Gonçalo, possuem os

menores IAVs da cidade. Essa análise não foi mais aprofundada por não constituir o foco desta tese, mas acreditamos que a diferenciação se mostraria ainda mais significativa se realizada na escala de microrregiões administrativas. Desse modo, seria possível uma análise mais detalhada do problema e uma leitura mais precisa das desigualdades socioespaciais existentes na cidade, com relação ao acesso às áreas verdes qualificadas. Conhecer melhor essa realidade pode subsidiar tomadas de decisão por parte do poder público, com relação a áreas de intervenção prioritárias para dotação e qualificação da infraestrutura verde.

Assim, foi possível avançar com relação ao objetivo geral do trabalho, contemplando também o primeiro e segundo objetivos específicos, ao avaliar a quantidade, a distribuição, os usos e as características dos espaços livres públicos, analisando suas condições de manutenção e de acesso. Evidenciamos, ainda, que a precarização e limitação de acesso aos espaços que deveriam ser livres e públicos não é um problema pontual ou isolado no caso de Pelotas/RS, mas ocorre de forma recorrente e expressiva, com diferenças significativas entre as regiões administrativas.

3. ARROIO PELOTAS: PATRIMÔNIO CULTURAL DE QUEM?

“Nas cidades, não há sintoma social mais proeminente que o gosto pela exclusividade que as classes dominantes se valem como trunfo separatista para estabelecer quem é nobre e quem é marginal.”

(Berth, 2023)

Após a discussão do problema no contexto global contemporâneo, enfatizando questões latentes na América Latina, e seu estudo na escala da cidade, em Pelotas/RS, avançamos para a dimensão da escala do lugar. Aqui, seguimos na dimensão horizontal do método regressivo-progressivo de Lefèbvre, alterando o recorte do estudo de caso para complementar a descrição e discussão. Buscamos entender como o comportamento das pessoas pode ser influenciado pelas condições dos espaços livres públicos e avaliar o impacto da precarização e limitação de acesso no cotidiano de uso das pessoas.

Dentre as diversas situações de precarização e limitação de acesso aos espaços (supostamente) livres públicos, identificadas na etapa anterior, escolhemos o caso do Arroio Pelotas para aprofundar nessa etapa. A escolha se deu a partir da observação de que a interface do Arroio Pelotas com as áreas urbanizadas concentra situações diversas de limitação de acesso, que ocorrem de diferentes maneiras, caracterizando uma situação complexa e potencialmente impactante. Além disso, a área verde estudada na referida interface é a única da microrregião do Recanto de Portugal, de modo que suas condições e características podem impactar de forma expressiva a comunidade local.

Desde a aprovação do projeto de lei 265/2002, que se deu em 2003, o Arroio Pelotas passou a ser reconhecido legalmente como patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul (Souza, 2003), mediante um conjunto de justificativas que incluíram aspectos históricos, geográficos, ambientais e legais (Souza, 2002). A relação do Arroio com as origens de Pelotas, sua relevância para a memória social e seu caráter ambiental e patrimonial reforçam a justificativa da escolha, para a pesquisa, de um espaço livre público que constitui uma interface entre o Arroio Pelotas e uma área urbanizada. Assim, questionamos de quem é esse patrimônio cultural, em função das escassas possibilidades de acesso público a ele.

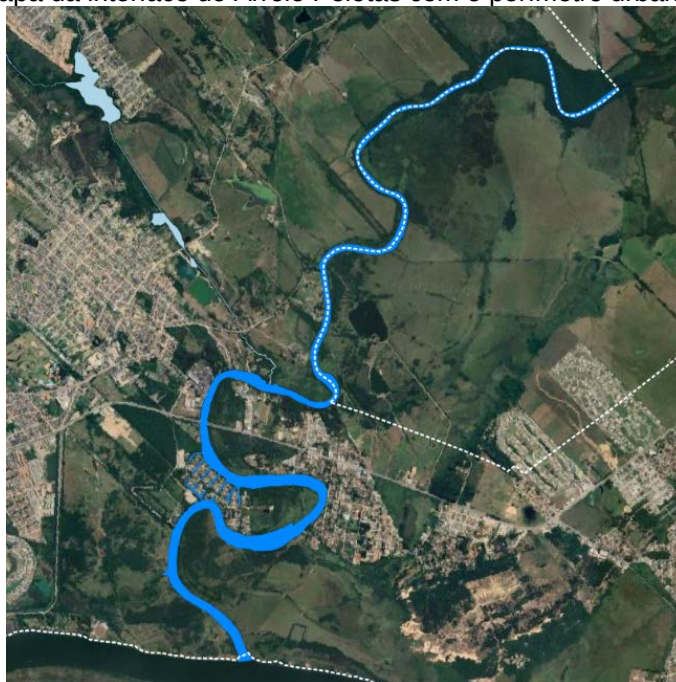
Na sessão a seguir, trazemos uma contextualização inicial do novo recorte e posteriormente aprofundamos a análise. Neste capítulo, incluímos procedimentos

metodológicos da cartografia e história oral temática, através dos quais acompanhamos processos e ouvimos pessoas. Assim, observando, interpretando e tecendo relações, buscamos entender os fenômenos para explicá-los e, posteriormente, discutir alternativas e apontar caminhos para que o direito à cidade possa ser exercido.

3.1 (Re)conhecendo o novo recorte: espaços públicos livres na interface do Arroio Pelotas com áreas urbanizadas

O Arroio Pelotas vincula-se às origens da cidade, especialmente pela relação com a produção do charque, uma das principais atividades econômicas do sul do Brasil no século XIX. Suas águas, que viabilizaram a produção e o escoamento do charque, parecem carregar, desde então, o peso da segregação social. Antes de encontrar o Canal São Gonçalo, o Arroio Pelotas atravessa o perímetro urbano do município por cerca de 6.5km e a maioria dessa extensão tem interface com grandes glebas privadas não loteadas. Também se destaca a relação do arroio com os sítios charqueadores, que possuem hoje usos variados, especialmente vinculados ao turismo, como hospedagem e realização de eventos. Nas áreas loteadas que possuem interface com o Arroio Pelotas, observamos duas situações distintas: as urbanizações fechadas e os loteamentos abertos. A figura 19 destaca, em azul, o trecho de interface do Arroio Pelotas com o perímetro urbano do Município (tracejado em branco).

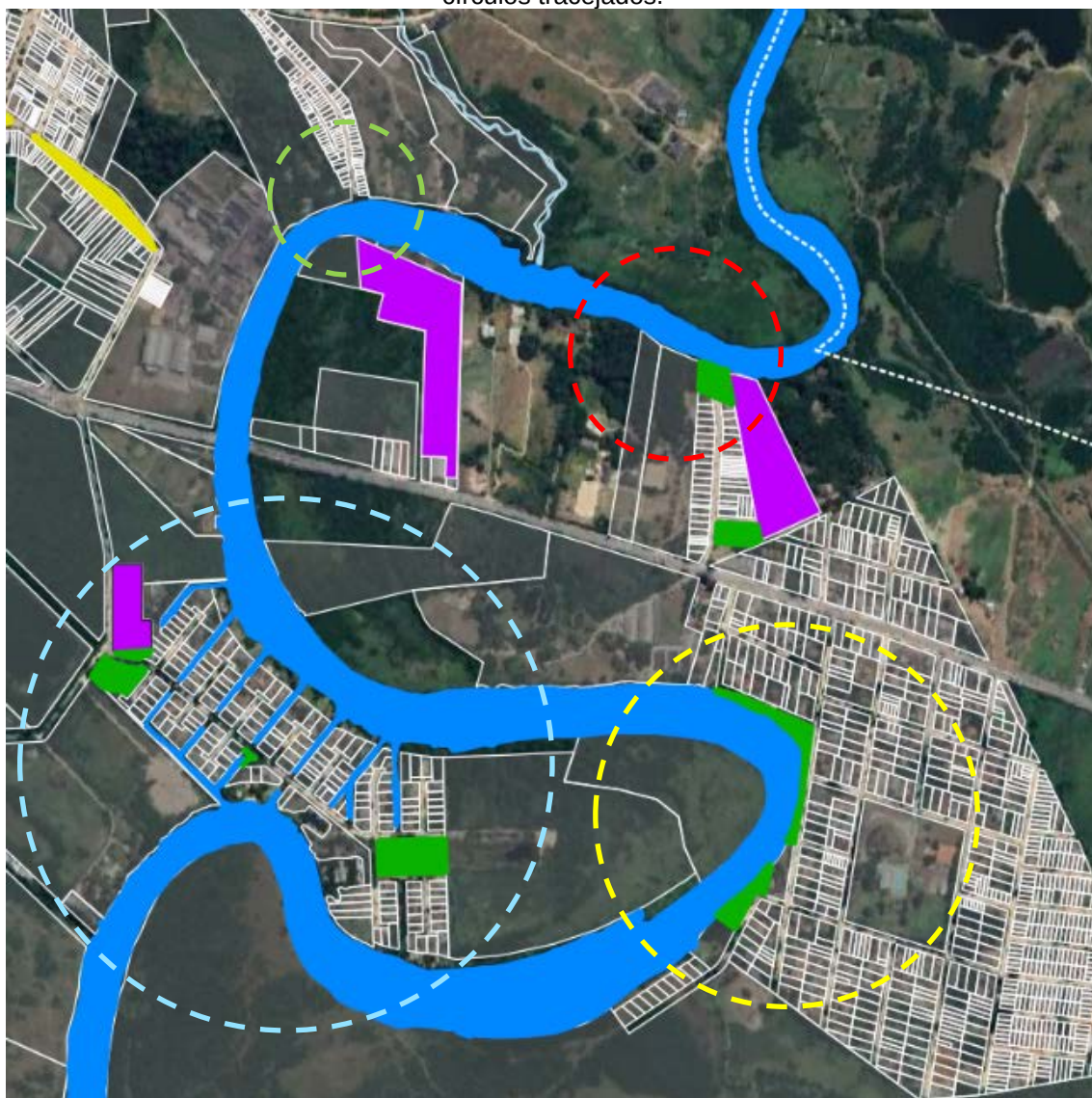
Figura 19 – Mapa da interface do Arroio Pelotas com o perímetro urbano do Município.



Fonte: elaborada pela autora no *software* QGIS (2022) a partir de bases vetoriais do GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022) e base *raster* do *Google Satellite* (Google, 2022).

A figura 20 apresenta a relação do Arroio com a área efetivamente urbanizada, com mais detalhes. Nela, demarcamos em roxo, os condomínios ou urbanizações fechadas e os contornos em branco mostram o parcelamento do solo. O destaque em amarelo mostra o caso do Recanto de Portugal, na área demarcada em azul localiza-se a Marina Ilha Verde, no círculo vermelho está a área verde do loteamento Arroio Pelotas e no verde claro a interface da Vila da Palha com o Arroio. Nas sessões seguintes, vamos percorrer as interfaces de cada área demarcada e também de algumas poucas áreas privadas que conseguimos acessar, para mostrar um pouco do que há além do que é, ou poderia ser, espaço livre público nas margens do Arroio Pelotas.

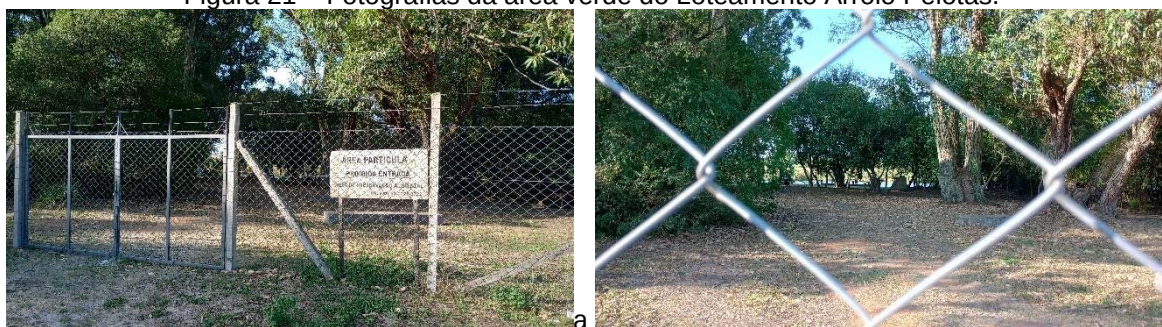
Figura 20 –Mapa de interfaces do Arroio Pelotas com loteamentos e áreas verdes, destacadas com círculos tracejados.



Fonte: elaborada pela autora no *software* QGIS (2022) a partir de bases vetoriais do GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022) e base *raster* do Google Satellite (Google, 2022), com marcações feitas no *software* Microsoft Word.

O Loteamento Arroio Pelotas (cuja interface com o Arroio está demarcada em vermelho na imagem 19b) é o mais recente entre os demarcados na figura 19. Segundo o mapa de “Praças, Parques e Áreas Verdes” da Prefeitura Municipal de Pelotas (Xavier; Silva, 2022), o loteamento possui uma área verde pública na interface com o Arroio. No entanto, ao visitarmos o local encontramos a área cercada, com uma placa indicativa de que a área é particular, conforme mostra a figura 21.

Figura 21 – Fotografias da área verde do Loteamento Arroio Pelotas.



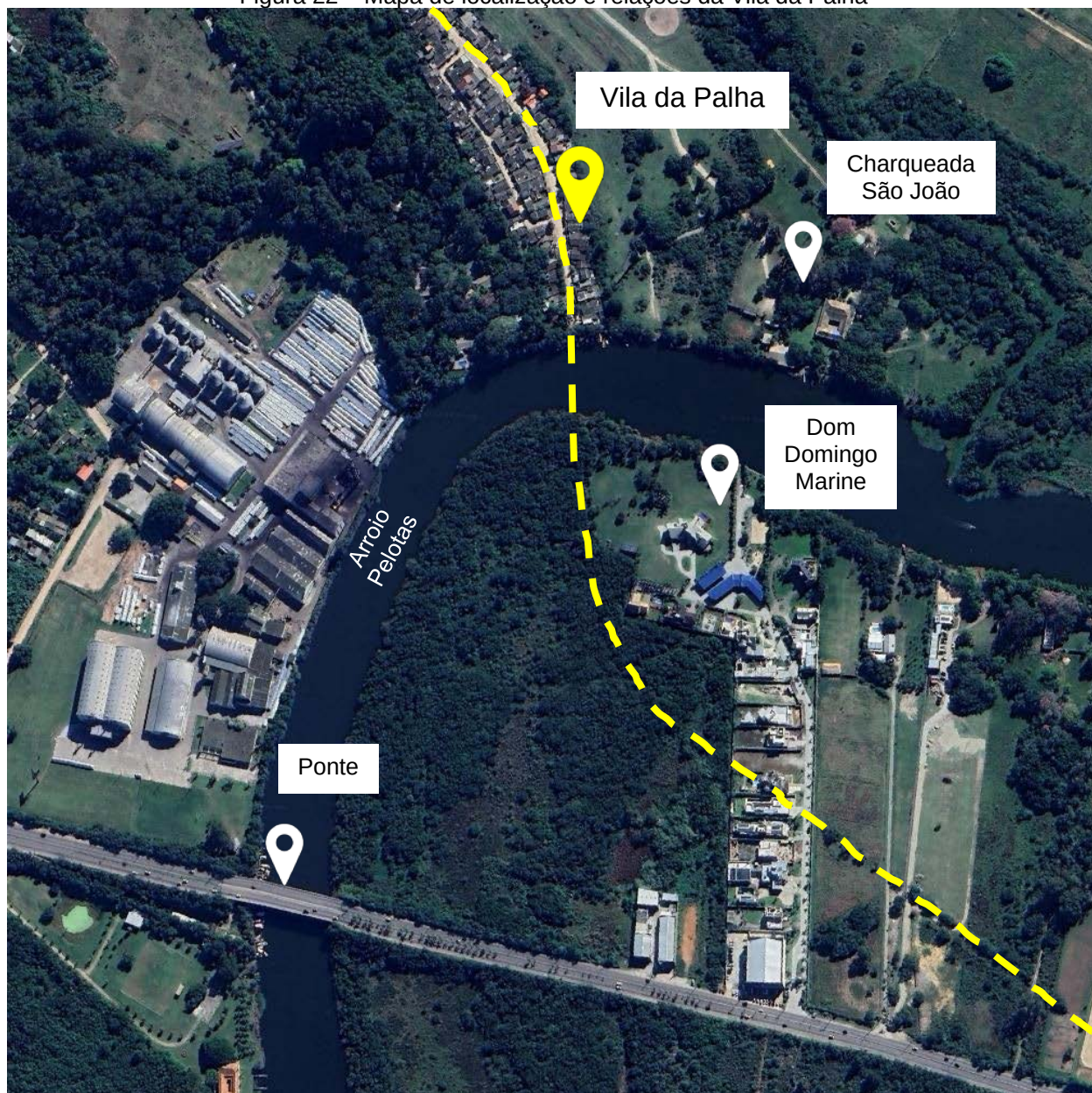
Fonte: acervo da autora, 2023.

Seguindo o fluxo do Arroio, chegamos à Vila da Palha (em verde claro) onde, diferente dos demais espaços demarcados na imagem 19b, não há uma área demarcada como “Praças, parques e áreas verdes” em sua interface com o Arroio. Trata-se de uma urbanização antiga que, diferente dos loteamentos planejados, surgiu espontaneamente ao longo da via que dava acesso à antiga ponte de travessia do Arroio Pelotas, antes da existência da ponte atual. Possui forma linear, estruturando-se principalmente ao longo da Rua Augusto Saint Hilaire, por meio da qual se chega até o Arroio. Na figura 22, o *pin* amarelo localiza a interface da Vila da Palha com o Arroio e a linha tracejada, em amarelo, mostra o antigo acesso ao Laranjal, que pode ser visto na série histórica de imagens aéreas disponível na plataforma GeoPelotas. (Xavier; Silva, 2019).

Em fevereiro de 2024, no início da tarde de uma quarta-feira, fomos até a Vila da Palha para conhecer o lugar, fazer alguns registros e tentar conversar com as pessoas. Ao chegar na beira do Arroio, vimos diversas embarcações que aparentavam ser barcos de pesca, conforme aparece na imagem 23a. Na mesma imagem, é possível ver à direita, o fechamento de um terreno que avança sobre o Arroio, enquanto à esquerda, a edificação minimamente recuada dá espaço à área com algumas árvores onde ficam os barcos. No local, havia apenas um jovem casal e alguns cachorros. Tentamos conversar, mas não quiseram falar muito e percebemos que a nossa presença causava algum estranhamento, talvez por se tratar de um local pouco visitado por pessoas que não

sejam da comunidade. Na sequência, fomos até a Charqueada São João (da qual falaremos mais adiante) e, de lá, podemos observar um grupo de crianças se banhando no Arroio em sua interface com a Vila da Palha, conforme pode ser visualizado na imagem 23b.

Figura 22 – Mapa de localização e relações da Vila da Palha



Fonte: elaborada pela autora a partir de base *raster* do *Google Satellite* (Google, 2022), com marcações feitas no software *Microsoft Word*.

Figura 23 – Fotografias da Vila da Palha: a) interface da Vila da Palha com o Arroio Pelotas. b) crianças tomando banho no Arroio na Vila da Palha, vistas a partir da Charqueada São João.



Fonte: acervo da autora, 2024.

Em julho de 2024, retornamos à Vila da Palha. Desta vez tivemos a sorte de encontrar uma moradora disposta a conversar. Começamos o diálogo perguntando como havia sido o impacto da recente enchente na Vila e ela nos disse que não chegou a entrar água nas casas, apenas no trecho da rua mais próximo ao Arroio. Fazia frio, mas aquela senhora, com seus cabelos brancos e pouco agasalhada, parecia não se abalar com o vento sul que sentíamos na pele. Ela nos contou que ali era a antiga ponte de madeira que dava acesso ao Laranjal e que os pilares de madeira na margem oposta eram remanescentes da antiga cabeceira daquela ponte, conforme demarcado em amarelo na imagem 24a.

Também nos contou que costuma nadar no Arroio desde seus 8 anos e que ensinou muitas crianças da Vila a nadar também. Em sua fala, sentimos uma forte relação com o Arroio e com a Vila, que aparece parcialmente na figura 24b. Comentamos que estávamos estudando espaços livres nas margens do Arroio Pelotas e que não havíamos encontrado muitos deles que pudéssemos acessar. Ela nos disse que pelo acesso da Charqueada, que fica ao lado da Vila da Palha, era possível chegar até o Arroio também, pois o portão de acesso ficava aberto e não havia problema em entrar, o que mostraremos mais adiante.

Figura 24 – Fotografias da Vila da Palha: a) demarcação em amarelo da estrutura remanescente da antiga ponte de madeira. b) Rua Augusto Saint Hilaire.



Fonte: acervo da autora, 2024.

Antes, para concluir o percurso inicial em busca de “Praças parques e áreas verdes” às margens do Arroio, seguimos até o Loteamento Marina Ilha Verde, demarcado em Laranja na imagem 19b. Trata-se de um loteamento que possui reservas de áreas verdes e grande interface com o Arroio Pelotas, tanto pelas condições naturais de sua localização quanto pelos canais artificiais criados. No entanto, o acesso ao loteamento é restrito e controlado por uma portaria, possivelmente de forma irregular, já que não consta como urbanização fechada nos mapeamentos disponibilizados no Geopelotas (Xavier; Silva, 2022). A figura 25 mostra a entrada do loteamento, com placas que solicitam a identificação para que seja autorizado o acesso, o que demonstra que um dos loteamentos com maior interface com o Arroio Pelotas, que é o Marina Ilha Verde, impede e seleciona a possibilidade de acesso das pessoas a ele.

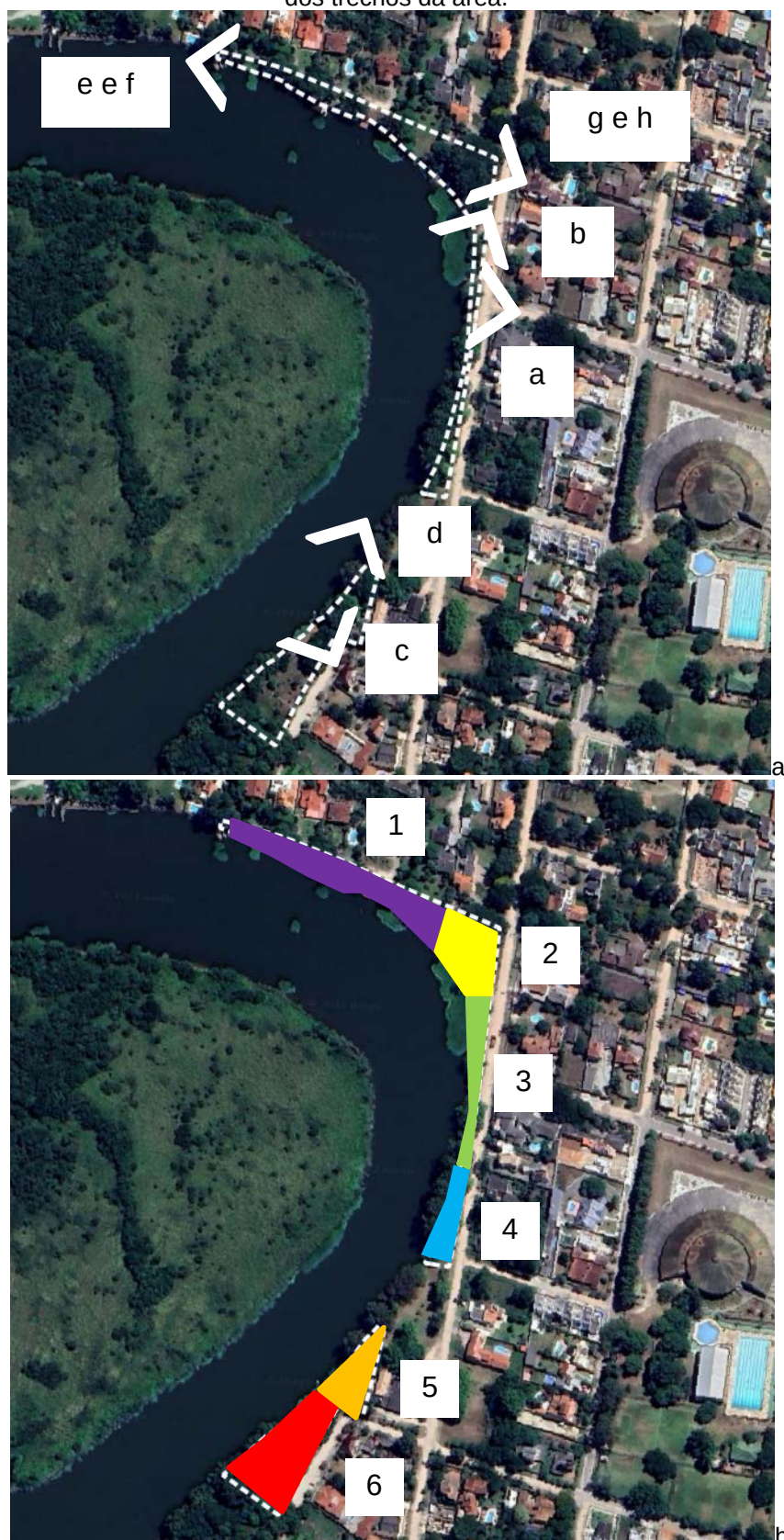
Figura 25 – Fotografia da portaria de controle de acesso ao Loteamento Marina Ilha Verde.



Fonte: acervo da autora, 2023.

Por fim, chegamos ao Recanto de Portugal, em cuja interface com o Arroio encontra-se um conjunto de espaços mapeados como “Praças, parques e áreas verdes” no GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022). A área está localizada às margens do Arroio Pelotas, na microrregião do Recanto de Portugal, região administrativa do Laranjal e inclui seis situações distintas, conforme apresentado na figura 26.

Figura 26 – Mapas da área de estudo: a) indicação dos locais de captura das imagens. b) diferenciação dos trechos da área.



Fonte: elaborada pela autora no *software* QGIS (2022) a partir de bases vetoriais do GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022) e base *raster* do *Google Satellite* (Google, 2022), com marcações feitas no *software* *Microsoft Word*.

O espaço se destaca tanto pela interface com o arroio, quanto pela extensa dimensão e apresenta diferentes características de cada trecho. Além de ser o único espaço livre público do Recanto de Portugal, descobrimos que uma parte significativa dele não é acessível. A figura 26a indica os locais em que foram capturadas as imagens da figura 25 e a 26b diferencia trechos da área a partir de suas características de acesso. Enquanto os trechos demarcados em roxo (1), vermelho (6), azul (4) e laranja (5) possuem barreiras físicas, o trecho em amarelo (2) possui barreiras simbólicas, e a parcela em verde (3) é a única plenamente acessível.

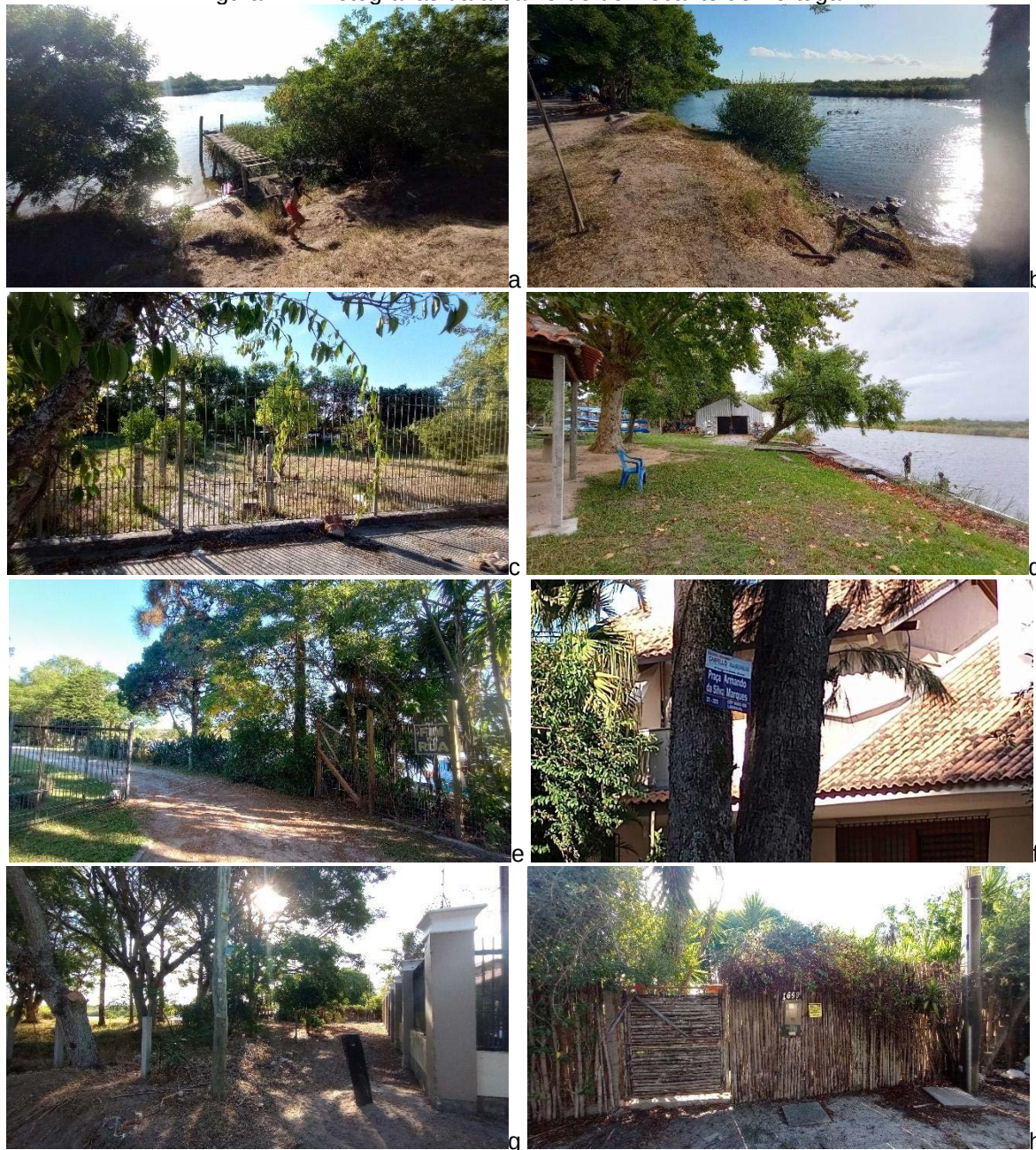
As imagens 27a e 27b mostram o trecho 3 demarcado em verde na figura 26b, conhecido pela vista do pôr-do-sol e bastante frequentado pela comunidade. Nestas imagens, capturadas em 2023 numa tarde quente e seca de verão, é possível ver algumas pessoas tomando banho no arroio a partir deste ponto de acesso. A figura 27c mostra o trecho demarcado em vermelho na figura 26b, o qual é cercado, inacessível e parece não estar sendo utilizado. A imagem 27d foi capturada interior do espaço demarcado em laranja figura 26b, que também é fechado, possui ocupação parcial e local onde são desenvolvidas atividades de caráter privado e social, associadas ao projeto *Remar para o Futuro* (Remo Brasil, 2022).

As imagens 27e e 27f foram capturadas na intersecção entre as ruas Cidade de Braga e Praça Armando da Silva Marques. Ao final da Rua Cidade de Braga há um portão que impede o acesso à Praça Armando da Silva Marques, à rua homônima e à orla. Este trecho parece ter sido apropriado pelos moradores como uma extensão do recuo frontal de suas residências. A imagem 27g mostra o trecho demarcado em amarelo na figura 26b, que não é fechado efetivamente, mas alguns pilares de concreto indicam um limite simbólico, de forma que é difícil saber se a área é uma extensão daquela demarcada em verde ou um terreno privado. Na interface entre as áreas demarcadas em amarelo e roxo na figura 26b há um fechamento, mostrado na imagem 27h.

Observamos diversas situações, contextos e agentes nos diferentes trechos dessa interface do Recanto de Portugal com o Arroio Pelotas, cujo acesso aos espaços “livres” tem sido limitado ou impedido de diferentes maneiras. Além da diversidade e da complexidade revelados nesse caso, a possibilidade de acessar alguns trechos e observar outros a partir da via pública nos motivou e permitiu aprofundar o estudo, o que não seria possível nas outras áreas percorridas. Mas, antes de apresentar a cartografia da área descrita acima, faremos uma breve explanação sobre algumas características

do restante da interface do Arroio Pelotas com o perímetro urbano do município de Pelotas.

Figura 27 – Fotografias da área verde do Recanto de Portugal.



Fonte: acervo da autora, 2023.

O Arroio Pelotas, no trecho que coincide com o perímetro urbano do município, possui aproximadamente 6.500 metros, sendo que se considerarmos as duas margens, são 13.000 metros. Destes, as interfaces de “Praças, parques e áreas verdes” com o Arroio, que constam no GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022), somam 627,903m, sendo 57,277m no Loteamento Arroio Pelotas e 570,626 no Recanto de Portugal (somando os trechos de 418,224m e 152,402m). Se considerarmos os 627,903m de interface

acessível do Arroio com a cidade, por ser “Praça, parque e área verde”, temos um percentual irrisório de 0,48% de áreas acessíveis nesta interface. Como agravante, identificamos que apenas 162,267m dessa interface (no Recanto de Portugal) permanece efetivamente acessível, ou seja, 0,12% das margens do Arroio. Ainda, não existem vias públicas paralelas ao Arroio, sendo que apenas a Ponte da Avenida Adolfo Fetter passa pelo Arroio e a Rua Augusto Saint Hilaire, na Vila da Palha, chega até ele perpendicularmente.

Como apenas 0,12% da interface do Arroio Pelotas com o perímetro urbano de Pelotas possui acesso livre, parece relevante mostrar um pouco do que existe nos outros 99,88% de suas margens nesse trecho. Tendo em vista que o acesso às áreas privadas não é livre, o que apresentamos aqui é uma pequena amostra, a partir de alguns espaços que conseguimos acessar. Inicialmente, em julho de 2024, buscamos o acesso indicado pela moradora da Vila da Palha, onde encontramos o portão aberto, entramos e passamos por uma via pavimentada. Próximo ao acesso à Charqueada São João, vimos uma bifurcação à direita – uma via sem pavimentação que atravessava a vegetação. Avistamos a torre de tijolos que aparece na figura 28 e seguimos. Ao atravessar a vegetação, chegamos a uma área ampla e gramada, às margens do Arroio. Ali, haviam vestígios de uma fogueira e alguns resíduos que sugeriam o uso recreativo da área.

Figura 28 – Fotografias panorâmicas da área aberta ao lado da Vila da Palha, às margens do Arroio Pelotas.



Fonte: acervo da autora, 2024.

Assim, percebemos que um espaço cuja propriedade é privada (o que a moradora não soube informar na conversa, mas verificamos posteriormente na plataforma GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022) parece ser apropriado e reconhecido por algumas pessoas de forma semelhante a um espaço livre público.

Anteriormente, em fevereiro de 2024, também conseguimos acessar a Charqueada São João, ao lado da área aberta mencionada acima. A figura 29a foi capturada na Charqueada São João e mostra o espaço entre a edificação da Charqueada e o Arroio. A partir deste ponto, também é possível visualizar a outra margem (figura 29b), na qual fica o condomínio fechado Dom Domingo Marine, com ampla área aberta junto à margem do Arroio e suas edificações. Também se vê um muro de arrimo na margem, uma embarcação atracada e as boias que constituem uma barreira física dentro da água, delimitando um espaço dentro do Arroio e impedindo que outras embarcações se aproximem daquele trecho da margem.

Figura 29 – Fotografias da Charqueada São João: a) Charqueada São João, às margens do Arroio Pelotas. b) Condomínio Fechado Dom Domingo Marine, visto da Charqueada.



Fonte: acervo da autora, 2024.

A figura 30 mostra as relações entre a Charqueada São João, o espaço aberto privado adjacente a ela, o Condomínio fechado Dom Domingo Marine e a Vila da Palha, sendo que a marcação em amarelo indica o ponto de captura das imagens da figura 29. Essa imagem aérea também evidencia a diferença de dimensões entre as edificações da Vila da Palha e dos demais locais, o que indica as diferenças de densidade e renda entre as ocupações.

Figura 30 – Mapa de relações entre o Arroio Pelotas, Charqueada São João, Dom Domingo Marine e Vilha da Palha.



Fonte: elaborada pela autora a partir de base *raster* do Google Satellite (Google, 2022), com marcações feitas no software Microsoft Word.

Por fim, outro espaço que acessamos foi o Clube Caça e Pesca, localizado próximo à Marina Ilha Verde e ao Recanto de Portugal, conforme indicado na figura 31.

Figura 31 – Mapa de relações entre o Arroio Pelotas, Clube Caça e Pesca, Marina Ilha Verde e Recanto de Portugal



Fonte: elaborada pela autora a partir de base *raster* do Google Satellite (Google, 2022), com marcações feitas no software Microsoft Word.

As imagens da figura 32 mostram também o espaço livre privado do Clube Caça e Pesca e as embarcações atracadas em sua margem.

Figura 32 – Fotografias do Clube Caça e Pesca, às margens do Arroio Pelotas.



Fonte: acervo da autora, 2024.

Tanto a Charqueada e a área aberta privada adjacente quanto o Clube que visitamos revelam as riquezas cultural, ambiental e paisagística da interface de espaços livres privados com o Arroio, contrastando com os poucos espaços livres públicos do Recanto de Portugal, sem manutenção constante, além de serem menores, precarizados e parcialmente inacessíveis, conforme veremos a seguir.

3.2 Buscando apreender as dimensões do espaço através da cartografia e da história oral

Enquanto os capítulos e sessões anteriores foram escritos na primeira pessoa do plural, as sessões seguintes serão escritas na primeira pessoa do singular, até o final deste capítulo. Essa mudança se justifica pelas características dos procedimentos metodológicos incorporados aqui, os quais estão explicados a seguir. Além disso, enquanto os capítulos e sessões que antecedem e sucedem esse trecho foram escritos em um período de diversas conversas e orientações, esse trecho traz relatos e impressões mais pessoais, de um período de imersão cartográfica, realização de entrevistas e escrita.

Após a aproximação inicial com o contexto do Arroio Pelotas e suas interfaces com os espaços livres públicos, apresentada na sessão anterior. Agora, avançarei na direção dos desafios de entender como o comportamento das pessoas pode ser influenciado pelas condições dos espaços livres públicos e de avaliar o impacto da limitação de acesso a eles no cotidiano de uso. Tais objetivos exigiram uma imersão no problema e um redirecionamento do olhar, antes focado no espaço físico e suas características, agora direcionado às pessoas. Essa imersão se deu através de procedimentos metodológicos da cartografia e da história oral, com apoio teórico na tríade Lefebvriana do espaço concebido, percebido e vivido.

A cartografia é entendida e adotada aqui como o acompanhamento de processos, na perspectiva de Passos *et al.* (2009), como uma microanálise do território urbano, cuja essência consiste em tornar visível o não visível, explorando o simultâneo e o multidimensional. Assim, buscando uma investigação na dimensão processual da realidade, avanço através da cartografia, mediante o entendimento do ato de conhecer como criador da realidade, e colocando em questão o paradigma da representação (Kastrup e Passos, 2013). Por meio da cartografia, olho para os espaços livres públicos na interface entre o Arroio Pelotas e o Recanto de Portugal como uma sobreposição de condições físicas, sociais, econômicas, culturais, históricas, ecológicas e climáticas, onde os espaços e o tempo se ampliam e se aprofundam.

Durante o processo cartográfico, realizei breves diálogos espontâneos e eventuais com pessoas que encontrei nos lugares que percorremos. Além das informações que obtive dessa forma, que tem sido mencionadas no trabalho, também realizei quatro entrevistas semiestruturadas com informantes qualificados, sendo eles: um educador social, servidor da Prefeitura Municipal de Pelotas que trabalha em Centros de Referência em Assistência Social (entrevistado 1); uma moradora do Recanto de Portugal (entrevistada 2); um arquiteto e urbanista, servidor da Prefeitura Municipal de Pelotas que trabalha na Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana (entrevistado 3) e um morador do Recanto de Portugal (entrevistado 4).

Para a definição dos informantes, considerei a importância de trazer perspectivas variadas e priorizei pessoas que tivessem alguma relação com o lugar e com o problema estudados. Apesar de serem apenas quatro pessoas, foi possível incluir diferentes gêneros, idades, profissões, etnias e lugares de fala, favorecendo a diversidade e as múltiplas perspectivas. Ainda que apenas um dos quatro entrevistados tenha preferido usar um pseudônimo ao seu nome real, optei por usar pseudônimos para todos, preservando as identidades. Assim, chamarei o entrevistado 1 de Pedro Rodrigues, a entrevistada 2 de Aline Machado, o entrevistado 3 de Raul Costa, e o entrevistado 4 de Carlos Lima.

Para a realização das entrevistas, adotei procedimentos metodológicos da história oral temática, elaborando um roteiro básico de entrevista, com questionamentos diretos. Dessa maneira, abordei as vivências individuais dos entrevistados e entrevistada, com ênfase na dimensão profissional, no caso dos servidores da Prefeitura Municipal de Pelotas e focando na dimensão pessoal, nos casos do morador e da moradora do Recanto de Portugal. Em ambos os casos, os detalhes das narrativas são relevantes na

medida em que evidenciam aspectos que contribuem para o entendimento sobre como o comportamento das pessoas pode ser influenciado pelas condições dos espaços livres públicos e de avaliar o impacto da limitação de acesso no cotidiano de uso das pessoas. Trechos relevantes das entrevistas serão mencionados e discutidos nesta sessão, de forma conectada com o processo cartográfico, complementando nossas percepções com as vivências dos entrevistados e entrevistada.

A tríade Lefebvriana do espaço concebido, vivido e percebido, por sua vez, contribui para mensurar as limitações impostas à apropriação do espaço, no sentido de seu uso efetivo. Conforme mencionado anteriormente, o espaço concebido está associado ao conhecimento, ao planejamento, à ordem instituída e às relações de produção. Já o espaço percebido é o aspecto perceptível do espaço que pode ser apreendido por meio dos sentidos. Por fim, os espaços de representação são aqueles vividos através dos símbolos e das imagens que os acompanham, constituindo um objeto de desejo da imaginação, que o quer experimentar, modificar, tomar e dominar.

Lefèbvre (2013/1974) destaca a relevância do corpo no entendimento da indissociabilidade dessa tríade, visto que a prática social implica no uso do corpo, nos gestos e nas ações. Os espaços são sentidos, criados e percebidos com todos os sentidos e é por meio do corpo que as pessoas marcam presença, constroem e se apropriam do espaço no plano do lugar, usam o espaço e empregam o tempo da vida cotidiana (Carlos, 2001).

Assumindo a relevância do corpo na discussão das dimensões do espaço, a partir de Lefèbvre e Carlos, é oportuno retomar o que nos revela Berth (2023), sobre a diferença entre corpos negros, indígenas, femininos e LGBTQIAPN+. Cabe reiterar, pois, que as possibilidades de produção, percepção, acesso e apropriação dos espaços livres públicos escancaram as desigualdades entre etnias, gêneros, orientações sexuais, identidades de gênero e classes sociais.

As contribuições do antropólogo Tim Ingold também qualificaram o esforço para uma perspectiva transdisciplinar sobre os processos de precarização e limitação de acesso aos espaços livres públicos na contemporaneidade e seus impactos no cotidiano das pessoas. Segundo Ingold (2022/2013, p. 15), para “aprender a aprender” é preciso conhecer a si próprio, penetrar as coisas e deixar que elas cresçam dentro de nós, tornando-se parte do que somos: “é observando, ouvindo e sentindo – prestando atenção ao que o mundo quer nos dizer – que aprendemos”. Nesse sentido, parece haver uma

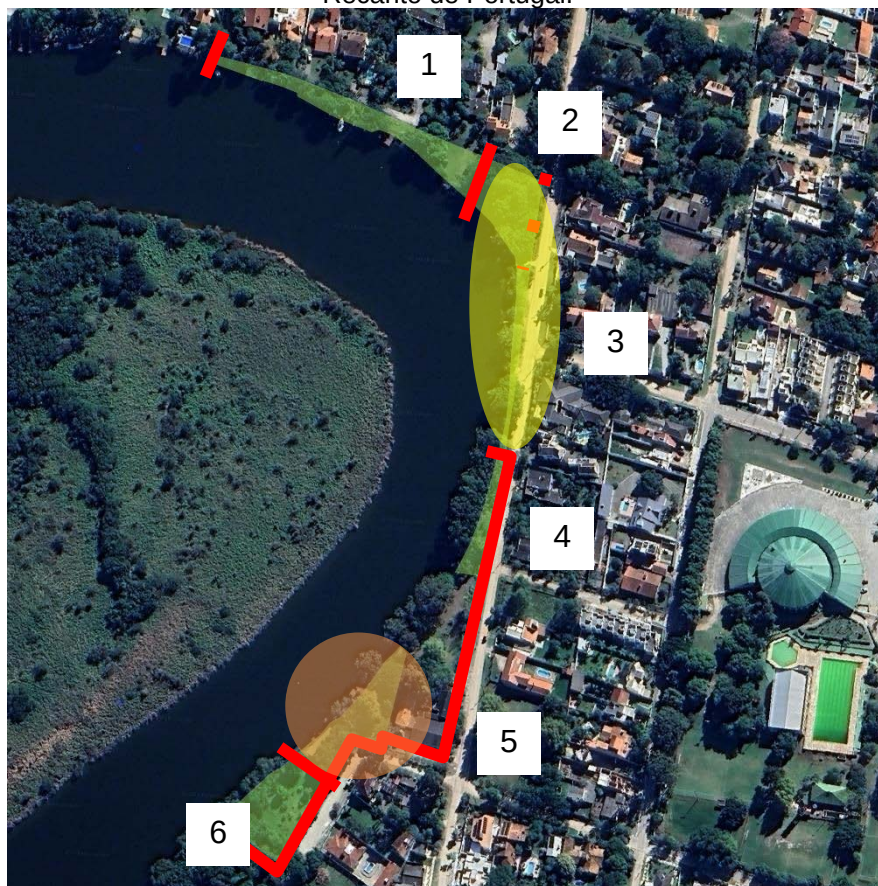
complementariedade entre o entendimento da cartografia como o acompanhamento de processos e o que propõe Ingold: observar, ouvir e sentir.

Sigo, então, apresentando um novo mapa da área de estudo, com o intuito de facilitar a localização dos lugares e das situações que discutirei posteriormente. Assim, a figura 33 apresenta um cruzamento entre as áreas mapeadas como “Praças, parques e áreas verdes” pelo GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022) – demarcadas em verde com transparência – e os fechamentos identificados na área, sendo com linha contínua aqueles intransponíveis e com linha pontilhada os simbólicos. Além disso, a figura também retoma a nomenclatura utilizada para a diferenciação de cada trecho, já definida na figura 26b, destacando, em amarelo, a área utilizada pelo público em geral e, em laranja, a área utilizada para atividades do Remar para o Futuro e Academia de Remo Tissot.

No trecho 1, as barreiras físicas dificultam a visualização do espaço e o seu uso, que parece ser apropriado pelos moradores das cinco casas adjacentes, como uma extensão de seus recuos ou uma área coletiva – porém exclusiva dos moradores do trecho da via Praça Armando Silva Marques, cuja entrada é limitada por um portão e não possui saída. O trecho 4 é visível pela via pública, está cercado de forma integrada com a área privada ao lado, mas possui forma, dimensões e vegetação que não favorecem a apropriação pelas pessoas, mesmo aquelas que acessam a área privada ao lado. O trecho 6 é cercado com grades que permitem a visualização do espaço pela via pública, no entanto não foi observado qualquer uso nas diversas vezes em que fomos ao local, em diferentes horários, dias da semana e estações do ano.

No esquema gráfico da figura 33, a diferenciação de cada trecho e a identificação de barreiras físicas e simbólicas constituem pistas para o entendimento da desconexão entre o espaço concebido, percebido e vivido. Enquanto uma pequena parte das áreas destacadas em verde na figura 33 tem acesso livre, os outros trechos não são percebidos ou vividos como tal. As barreiras físicas consolidadas sugerem que tais espaços são privados – o que de fato passaram a ser na prática, em contraponto à sua concepção.

Figura 33 – Mapa de espaços livres e barreiras na interface do Arroio Pelotas com o Loteamento Recanto de Portugal.



Fonte: elaborada pela autora no *software* QGIS (2022) a partir de bases vetoriais do GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022) e base *raster* do *Google Satellite* (Google, 2022), com marcações feitas no *software* *Microsoft Word*.

A figura 34a confirma a existência da previsão de uma via pública no Mapa Urbano Base da Prefeitura Municipal de Pelotas (Xavier; Silva, 2022), que passaria pelos trechos 1 e 2 (figura 33) da área estudada, conectando as ruas Cidade de Aveiro e Cidade de Braga. O contorno da área verde também aparece na figura 34a, entre a via mencionada e o Arroio. Já a imagem 34b revela uma inconsistência da base de dados, que se dá pela sobreposição entre o contorno branco (referente à propriedade privada) e o contorno verde (referente a “praças, parques e áreas verdes”), no trecho 5. Assim, percebemos que a parte do trecho 5 com o círculo laranja na imagem 34b, pode ser tanto uma propriedade pública quanto privada, enquanto o contorno do trecho com o círculo vermelho refere-se apenas a “praças, parques e áreas verdes”.

Figura 34 – Sobreposição do Mapa Urbano Base à ortofoto de 2015.



Fonte: base *raster* de ortofoto de 2015 e base vetorial do GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022) com marcações feitas no *software Microsoft Word*.

A seguir, relato um pouco do que observei, ouvi e senti durante o processo cartográfico e nas entrevistas, realizados entre janeiro e dezembro de 2024. Através desta escala do estudo de caso, discuto como os espaços livres públicos são concebidos, percebidos e vividos pelas pessoas, na perspectiva de contemplar os objetivos específicos de entender como o comportamento das pessoas pode ser influenciado pelas condições dos espaços livres públicos e de avaliar o impacto da limitação de acesso no cotidiano de uso das pessoas.

Uma conversa no trapiche

24 de janeiro de 2024, quarta-feira, 16h

Nessa primeira imersão cartográfica, fui até a parte da interface do Recanto de Portugal com o Arroio Pelotas cujo acesso é livre, subi no pequeno trapiche e passei um tempo conversando com uma senhora que pescava, enquanto quatro ou cinco rapazes nadavam ali perto. Alguns deles atravessavam o Arroio nadando e outros se banhavam próximos à margem. A senhora me contou que estava junto com os rapazes e que vinham do Fátima (Microrregião na Região Administrativa São Gonçalo, a cerca de 7km do Recanto de Portugal). Observei que alguns estavam de bicicleta e outros, talvez, em uma moto. Na figura 35 podemos ver a Senhora pescando (a) e dois dos rapazes nadando no Arroio (b).

Figura 35 – Fotografias do Arroio Pelotas no Recanto de Portugal.



Fonte: acervo da autora, 2024.

A Senhora comentou que, quando criança, morava no Simões Lopes (Microrregião do Fragata) e que costumava tomar banho e brincar no Santa Bárbara⁹. Pedro, entrevistado em julho de 2024, também relatou a relação que as pessoas mantinham com as águas em Pelotas:

Meu vô me levava ali [no Arroio Pelotas], mas antigamente mesmo o pessoal, os artesãos mesmo, eles iam pras várzeas. De manhã cedo eles iam, pegavam um chimarrãozinho¹⁰ e iam pra várzea, iam ver a natureza. E descobrir né, coisas que a gente hoje não vê mais, não descobre mais. Foi se perdendo, se passeava muito. Agora vai pro *shopping*. (Rodrigues, 2024).

A indissociabilidade entre a materialidade e a imaterialidade da vida humana da qual nos fala Lefèbvre (2013/1974), se manifesta na relação entre as memórias de Pedro e da “Senhora do Trapiche” e as margens que frequentavam. Por outro lado, a frase “agora vai pro shopping” (Rodrigues, 2024) escancara a perda do papel político dos espaços públicos e a ênfase no consumo, conforme descreve Serpa (2020/2007), que associa o fato ao avanço do capitalismo e do liberalismo. Na mesma entrevista, quando questionado sobre o que pensa que seria diferente se as pessoas pudessem ter mais acesso aos espaços livres públicos, como na interface entre o Arroio Pelotas e o Recanto de Portugal, Pedro comenta que:

⁹ O Santa Bárbara é um dos arroios de Pelotas que foi canalizado, sendo que parte significativa de seu antigo leito hoje é ocupado por construções. Parte do Santa Bárbara deixou de existir em sua interface com a cidade, assim como a possibilidade de sua apropriação cotidiana pela comunidade.

¹⁰ Chimarrão é uma bebida tradicional do sul do Brasil e também no Paraguai, Argentina e Uruguai. Ele é preparado a partir da infusão de erva-mate moída (folhas e ramos da planta *Ilex paraguariensis*) em água quente servida em um recipiente denominado cuia e consumida com uma bomba (um tipo de canudo metálico com filtro). O chimarrão tem origem milenar entre os povos indígenas da América do Sul, especialmente os guaranis.

Aí muda, né gente, só o cara ter... chegar ali num lugar aprazível pra tu contemplar, muda a vida de todo mundo, né? O descanso, né. Tu chegar, ir ali. Aquilo é lindo, né gente? Vai tu olhar ali uma tarde, ó, tô de varde¹¹ e vou ali arejar um pouquinho, comer uma bergamota¹² ali, dar uma olhada, né? E ver a história daquilo ali que tem. Melhoraria pras pessoas, porque só trabalha, só trabalha, né? E não tem... Não, para aí! Tu tem que descansar também gente. Tem que dar uma olhadinha ali porque senão tu pira, passando por tudo que a gente está passando, né? (Rodrigues, 2024).

Os dois trechos da fala de Pedro, mencionados acima, explicitam relações entre as práticas culturais e os espaços livres, além de pautar a importância dos momentos de pausa e reflexão para a saúde mental e o bem estar. O contexto da fala de Pedro, ao se referir a “tudo o que a gente está passando”, inclui a pandemia de COVID-19 e a enchente de 2024 no RS com forte incidência em Pelotas, que escancararam a fragilidade do modo de vida humano na contemporaneidade, especialmente nas relações (ou falta delas) com a natureza. A ideia de apropriação da cidade como bem comum, em um viés anticapitalista de resgate ao valor de uso em contraposição à ideia de cidade como mercadoria (Lefèbvre, 2001/1968), pode ser ilustrada pelos trechos da entrevista de Pedro, quando rememora esse uso, evidenciando a tendência atual de frequentar espaços voltados para o consumo, como os *shopping centers*.

A Senhora com quem eu conversava no trapiche falou da falta de opções de locais para o lazer em Pelotas e comentou que, em sua percepção, as cidades vizinhas possuem mais locais e atividades culturais disponíveis para as pessoas. Essa percepção evoca o questionamento de Lefèbvre (2001/1968) sobre se as múltiplas necessidades sociais não estariam associadas à demanda por lugares qualificados que propiciassem os encontros e trocas em detrimento do comércio e do lucro.

Olhamos para as margens adjacentes, com estruturas de acesso à água maiores e mais qualificadas do que aquela na qual estávamos e comentei com ela que algumas daquelas áreas já foram espaços públicos livres também, mas que foram fechados pelos moradores das imediações. A Senhora não se surpreendeu e, demonstrando um misto

¹¹ A expressão “tô de varde” é uma expressão regional que significa “estou à toa” ou “estou sem fazer nada”.

¹² Bergamota é o nome popular dado a uma fruta cítrica muito conhecida no Brasil, especialmente nos estados do Sul, como o Rio Grande do Sul, onde também pode ser chamada de “vergamota”. Em outras regiões do país, a mesma fruta costuma ser chamada de tangerina ou mexerica, entre outros.

de descontentamento e desânimo disse: “antigamente não era assim, não podia construir na beira d’água desse jeito”.

A figura 36 mostra o que víamos durante a conversa, os trechos 1 e 2 da área de estudo (identificados na figura 21 b), observados a partir do trecho 3. A seta azul mostra uma das estruturas de acesso mencionadas, que fica dentro da área fechada. A seta laranja indica a barreira física entre os trechos, sendo que à esquerda fica o trecho 1 e à direita o trecho 2. No trecho 2, apesar das barreiras simbólicas identificadas anteriormente, é possível observar um uso intenso, com três grupos de pessoas pescando, identificados em amarelo tracejado.

Figura 36 – Fotografia dos trechos 1 e 2 da área de estudo, capturada a partir do trecho 3.



Fonte: acervo da autora, 2024.

A figura 36 mostra também o uso intenso do trecho estudado que continua com acesso livre e o trecho que foi cercado e mantém acesso limitado sem uso, o que foi observado também em outros dias nos trechos 1, 4 e 6, especialmente. Depois de aproximadamente uma hora de conversa no trapiche, me despedi da Senhora e dos rapazes que agora também estavam sentados conosco (figura 36a). Observei mais pessoas pescando e outras contemplando o Arroio a partir do trecho 3. Segui em direção aos trechos 4 e 6, ambos inacessíveis e sem a presença de usuários.

Ao me deslocar a pé entre os trechos 3 e 4, conversei também com um pequeno grupo de mulheres que aguardavam uma colega enquanto fumavam um cigarro, na

esquina das ruas Cidade de Aveiro e Cidade de Faro. As três colegas, que esperavam uma quarta, trabalham como empregadas domésticas em diferentes residências no Recanto de Portugal. Elas relataram que combinam de se deslocar sempre juntas no percurso da parada de ônibus até as casas e o mesmo no retorno, pois consideram o local inseguro. Uma delas contou que já foi assaltada por dois rapazes de moto, tendo seu celular roubado e, desde então, evita andar sozinha por lá. “Aqui é perigoso, os patrões saem pra trabalhar ou se fecham em casa, nunca tem gente na rua, eu tenho medo”.

Figura 37 – Fotografias dos trechos 3 e 6: a) A Senhora e os rapazes no trapiche. b) Área cercada no trecho 6.



Fonte: acervo da autora, 2024.

A figura 37 (b) mostra o trecho 6 registrado a partir da via pública neste dia. Trata-se de um trecho de rua sem saída, cujo fluxo se dá apenas pelos moradores do local. As poucas casas em frente à praça estavam fechadas e não havia pessoas na rua, assim como em outros dias e horários nos quais retornei ao local. Acerca do trecho 6, a entrevistada Aline, moradora do entorno, relata o seguinte:

Tem uma praça que é depois do remo, que é fechada com um cadeado. E eu não consigo saber quem tem a chave do cadeado, porque ali tem árvore frutífera, tem um espaço bonito, mas ninguém tem acesso (Machado, 2024).

O entrevistado Raul, servidor da Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana de Pelotas, quando questionado sobre o mesmo espaço, afirma que:

[...] (o espaço) estava aos cuidados de um homem que morava nas casas em frente. Sabe-se que é do município, todo mundo sabe, ninguém questiona isso, nunca se questionou. Mas o homem [...], ele tinha um portão, um cadeado e uma chave, ele ia ali todos os dias, lá cuidava, arrumava as plantas, tinha árvores frutíferas, um dia eu comi umas bergamotas lá, maravilhosas, lá dentro. Tudo, tudo cuidadinho. Por quê? Porque eles argumentavam que ia gente pra lá e que

iriam destruir tudo, entendeu. Ou seja, pra fazer horrores, não sei o que lá. Bom, não sei qual é verdade das coisas. Porque aquilo lá é um lugar meio isolado. Então ficou isso assim. Aí o homem morreu. E aí um dia, no ano passado, me chamaram. Aí a SQA¹³, que me dou bem com eles, falaram, “vamos lá olhar e saber, etc”. Aí, então, se pegou tudo, as chaves de volta, está tudo na mão da prefeitura, só que aí, aquela coisa, vão fazer o quê? Vão fazer e não sabem o que fazer e não anda, não tem dinheiro, não tem aquelas coisas todas. O ideal seria ali... aí fica aquela discussão, não, tem que abrir, tem que abrir. Aí eu tenho um certo receio sempre [...]. Eu acho que sempre se puder controlar, melhor (Costa, 2024).

Os trechos das entrevistas reproduzidos acima revelam, por um lado, a impossibilidade de acesso das pessoas do entorno ao espaço e por outro lado, a ausência de ação por parte do poder público que, mesmo quando procurado para tomar conhecimento de uma situação de limitação de acesso a um espaço livre público, não agiu para reverter o fechamento, mantendo o espaço inacessível. O morador Althen também revela, em sua entrevista, a indignação com o poder público ao comentar que “na minha concepção, o poder público tem uma falha tremenda, tremenda, tremenda, tremenda, que é a ausência dele” (Lima, 2024).

A limitação financeira mencionada na fala de Costa (2024) como um dos empecilhos à ação do poder público sugere a necessidade de um alto investimento para proporcionar espaços livres públicos qualificados às pessoas. No entanto, as necessidades sociais são diversas e nem sempre apontam para uma infraestrutura cara ou complexa. Em outro trecho da entrevista com a moradora Aline, quando se refere ao trecho acessível da interface do Recanto de Portugal com o Arroio Pelotas, ela afirma que:

Eu gosto do jeito que ele é, assim, de ser natureza mesmo, rústico, chão de terra. [...] uma vez que nós fizemos uma reunião de moradores, que foi a única que eu vi até hoje, ele tinha um projeto muito bonito, assinado por alguém para fazer ali na beirada, na orla. Só que virava tipo o gasômetro de Porto Alegre, sabe? Virava tudo quadrado, com coisa para passar, e eu acho que aqui é um dos espaços que ainda tem natureza de verdade. Para as crianças verem folha no chão, ver a decomposição das coisas. Daí o pessoal ainda tem essa de querer puxar pra uma coisa quadrado, padronizada, para fazer exercício, mas não se sujar. E

¹³ Secretaria de Qualidade Ambiental da Prefeitura Municipal de Pelotas.

eu acho que a proposta é o contrário. É justamente ser mais rústico, ser mais natural, ser... E é um dos poucos espaços que as pessoas chegam na natureza, aqui nessa beira do Arroio. Apesar de ser só um pedacinho, as pessoas conseguem chegar na beira da água (Machado, 2024).

A ideia de que um espaço livre público precisa de um investimento alto para ser qualificado parece estar associada à cultura de espetacularização dos espaços públicos e ao fato de que, no Brasil, os investimentos nesses espaços costumam estar associados à sua visibilidade, centralidade e caráter turístico (Serpa, 2020/2007). Não é apenas a fala de Aline (Machado, 2024) que sugere a satisfação dos usuários com o caráter natural da área estudada, mas a marcante presença social de diversos grupos, em diferentes horários e das da semana na área estudada, também aponta que o caráter simples e natural do espaço é uma de suas principais qualidades.

A limitação de acesso aos espaços livres públicos, seja por fechamentos irregulares feitos pelos moradores, como é o caso dos trechos 1 e 6 ou com anuência do poder público, como parece ser o caso do trecho 5, comprometem as possibilidades de apropriação desses espaços. Além disso, Raul reconhece que o fechamento “não garante nada”:

Por exemplo essa questão do fechado x aberto, [...] a Praça Modelo¹⁴, tu vê que era um lugar, como tinha tudo protegido, era para estar ouro e fio. Não estava, estava destruída. Destruída, mesmo com toda essa proteção, estava destruída, abandonaram. [...] Tu vê que nem isso garante, se não houver o olho do município voltado o tempo inteiro pra isso, não garante nada. [...] Ta aí a Praça Modelo para dizer, não garantiu nada. Quando chegou lá um momento, tudo quebrado. Entraram, tavam dormindo, arrombaram, arrombaram o cadeado, cortaram tudo (COSTA, 2024).

Vimos que a ausência do poder público evidenciada nas falas de Althen e Raul, compromete a qualidade dos espaços e as possibilidades de apropriação. Além disso, é necessário apontar que a limitação de acesso agrava o problema e privilegia a segurança pública em detrimento da segurança cidadã¹⁵, sendo que não garante a primeira e, ainda,

¹⁴A Praça Manuel Marques da Fonseca Júnior, localizada na região administrativa das Três Vendas, é conhecida como “Praça Modelo” e se caracteriza por ter fechamento com grade em todo seu perímetro, com acesso permitido apenas durante o dia.

¹⁵O conceito de segurança cidadã aborda os problemas da criminalidade e da violência desde uma perspectiva de direitos humanos, com enfoque na construção de maiores níveis de cidadania democrática, tendo a pessoa humana como objetivo central das políticas, de maneira diversa da visão de

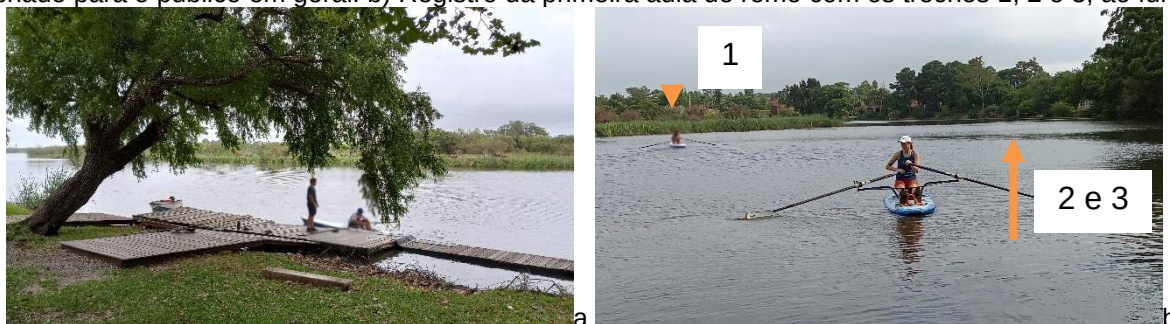
pode prejudicar a segunda, visto que a presença social no espaço público é limitada, aumentando a insegurança.

Remando no Arroio Pelotas

Manhãs de segunda-feira, entre fevereiro e março de 2024

O interesse em ver os espaços livres públicos adjacentes ao Arroio Pelotas a partir do próprio Arroio me levou a buscar meios de transitar por suas águas. Assim, me matriculei em aulas de remo na Academia de Remo Tissot, que utiliza o trecho 5 da área estudada para o acesso ao Arroio, conforme pode ser visto na figura 38a. Na figura 38b é possível ver ao fundo os trechos 1, 2 e 3. Ao contrário do trecho 1 (onde apenas os moradores parecem fazer uso da orla) e do trecho 6 (no qual não foi observado uso algum durante a investigação), o trecho 5 é utilizado tanto pelos clientes da Academia de Remo Tissot quanto pelos atletas do projeto Remar Para o Futuro¹⁶, um projeto social que conta com apoio do poder público.

Figura 38 – Fotografias capturadas no trecho 5: a) Espaço utilizado pela Academia de Remo Tissot, fechado para o público em geral. b) Registro da primeira aula de remo com os trechos 1, 2 e 3, ao fundo.



Fonte: a) acervo da autora, 2024. b) Academia de Remo Tissot, 2024.

segurança do Estado ou de determinada ordem política. A expressão segurança cidadã surgiu como um conceito na América Latina no curso das transições para a democracia, como um meio para diferenciar a natureza da segurança na democracia frente aos moldes de segurança utilizados nos regimes autoritários. Nestes últimos, o conceito de segurança está associado aos conceitos de “segurança nacional”, “segurança interior” ou “segurança pública”, os quais são utilizados em referência específica à segurança do Estado. Nos regimes democráticos, o conceito de segurança frente à ameaça de situações delitivas ou violentas, está associado a “segurança cidadã” e é utilizado em referência à segurança primordial das pessoas e grupos sociais (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2009)

¹⁶ Tanto no site oficial da Prefeitura Municipal de Pelotas (Carvalho, 2023) quanto no da Confederação Brasileira de Remo (Remo Brasil, 2022) é possível verificar informações sobre o projeto Remar Para o Futuro, que também já esteve registrado como projeto de extensão na UFPel (Universidade Federal de Pelotas, 2019). Carvalho (2023) destaca que o Remar para o Futuro é uma realização conjunta entre a Prefeitura de Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, Curso de Fisioterapia da Universidade Católica de Pelotas, Clube Centro Português, Clube de Regatas do Flamengo e Academia de Remo Tissot.

Remo Brasil (2022, p. única) menciona que o projeto é desenvolvido “dentro do Centro Português”, que provavelmente é proprietário do espaço construído adjacente ao trecho 5 da área de estudo, mapeada no GeoPelotas (XAVIER; SILVA, 2022) como “Praças, parques e áreas verdes”. Mesmo se tratando de um projeto como o Remar para o Futuro, que possui uma importância social inquestionável, é preciso entender como um espaço delimitado pela Prefeitura Municipal de Pelotas como “Praças, parques e áreas Verdes” é destinada a tais atividades em detrimento do uso comum. Raul, servidor da Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana de Pelotas, explica que:

[...] o que aconteceu, aquilo ali ficou ali e foi se passando o tempo, quer dizer, o clube começou a tomar conta ali, aí começaram a morar os moradores, a ficar na volta, tal, aquela coisa toda. E essa área que está cercada adiante, aí surgem essas coisas do remo ali, porque essas coisas assim, por exemplo, essa do remo faz uma certa atividade social, organizada (Costa, 2024).

Mais uma vez, a ausência do poder público se revela como um fator decisivo com relação à limitação de acesso aos espaços livres públicos, de modo semelhante ao que ocorre com sua precarização, que parece constituir um estado que favorece e antecede a limitação de acesso.

Ao sair da primeira aula de remo, passei novamente pelos trechos 2 e 3, que permanecem acessíveis. Era 9:15h da manhã de segunda-feira e pude observar um rapaz parado com sua motocicleta contemplando o Arroio e um motorista de caminhão de entrega de gás, que possivelmente escolheu aquele espaço para fazer uma pausa ou aguardar a próxima demanda de entrega. O local estava sujo, com muitos resíduos que, provavelmente, haviam ficado desde o final de semana. Observei que o único espaço destinado ao lixo – um tonel pré-moldado – não comportava os resíduos e estava transbordando, conforme mostram as imagens da figura 39 (a e b). É possível perceber novamente a falta de manutenção no local, tanto nas poucas estruturas físicas existentes (o tonel de lixo, um único banco, o trapiche e uma mesa improvisada) quanto com relação à limpeza e à manutenção da vegetação.

Figura 39 – Fotografias do trecho 3 a) Ambiência de uma segunda-feira pela manhã. b) Lixo acumulado, após o final de semana.



Fonte: acervo da autora, 2024.

Por um lado, Costa (2024) entende que é preciso que a comunidade coopere e se mobilize com relação aos espaços públicos livres, por outro lado, Lima (2024) manifesta sua indignação e desânimo com relação à falta de ação do poder público, conforme pode ser visto nos trechos a seguir, das respectivas entrevistas:

Nesses ambientes assim, como o Recanto de Portugal, como outros aí que tem aí, que alguns olham com os olhos assim “Mas isso aqui é de gente mais posse, não vamos estar aplicando tanto aqui, vamos deixar eles fazerem.” [...] Quer dizer, ali talvez seja mais difícil, a não ser que realmente haja uma cooperação do pessoal na volta (Costa, 2024).”

Eu pensei, te confesso, vou fazer o seguinte agora, primavera, convidar os moradores pra gente se reunir um dia ali e plantar árvores na Beira do Arroio. Mas eu te confesso, eu não fiz ainda, não sei se é por cansaço, ou por desânimo, algumas vezes, né? Porque isto é função de planejamento da prefeitura. Isso é da prefeitura. O morador pode até fazer alguma coisa e a prefeitura aqui é extremamente omissa. Ela sabe fazer o quê? Cobrar. [...] IPTU. E eu não estou reclamando propriamente do IPTU. Eu estou reclamando que eu pago o IPTU e eu não tenho retorno. O poder público não tem só que criar o espaço, ele tem que administrar o espaço. Porque a comunidade não sabe utilizar o espaço. [...] É de um primarismo, eu acho, muito grande. Então a prefeitura tem que administrar também (Lima, 2024).

As falas de Costa e Lima, acima, revelam simultaneamente o prejuízo decorrente da falta de interlocução entre o poder público e a sociedade civil e a potência que haveria em ações colaborativas, posto que há pessoas na comunidade dispostas a colaborar e tal colaboração seria pertinente e é desejada pelo poder público.

Retomando o relato sobre as aulas de remo, nas semanas seguintes, o cenário matinal permaneceu semelhante, sendo possível observar o uso consolidado do espaço

pelos pescadores durante as manhãs, que também foi observado na quarta à tarde (sessão anterior). No trecho próximo à esquina formada pelas Ruas Cidade de Aveiro e Cidade de Faro, onde há um espaço na sombra das árvores, com uma mesa e um banco improvisados, é onde os pescadores costumam ficar pela manhã, conforme mostra a figura 40. Também é possível vê-los de dentro do Arroio, ao remar.

Figura 40 – Fotografias do trecho 3 em uma terça-feira de manhã, frequentado predominantemente por pescadores.



Fonte: acervo da autora, 2024.

Repeti as aulas semanais de remo durante dois meses, podendo observar mais da interface do arroio com os loteamentos Marina Ilha Verde e Recanto de Portugal a partir do próprio arroio, para além do entorno imediato da área de estudo. O que vi foi a alternância entre trechos com uma natureza surpreendentemente exuberante e áreas privadas inacessíveis. Com relação à natureza, além do Arroio em si e da vegetação em suas margens, pude observar e me aproximar de diversos animais, especialmente aves que se alimentavam de peixes no Arroio. Já nas áreas de interface com urbanização, o que se vê nas margens são pátios e casas amplas, lanchas ou veleiros atracados, rampas de concreto para adentrar ao arroio com *jet-skis* e plataformas de madeira privadas para contemplação do Arroio e da paisagem.

Se, ao andar pelas vias públicas dos loteamentos próximos ao Arroio Pelotas, pouco se vê das casas e pátios que ficam às suas margens, de dentro da água a interface é muito diferente. Essas casas e espaços que se fecham para as ruas, se abrem para o Arroio, no entanto, mesmo a partir da água, o contato é apenas visual. Por vezes, as linhas de barreiras começam dentro d'água, com cordas presas em boias que impedem a aproximação de quem trafega pelo Arroio de suas margens privadas. Outras vezes, são cães, holofotes e câmeras que observam quem passa. Ao remar, não levei câmera para registrar o que via, mas nas sessões seguintes apresentarei registros feitos por outras aproximações via terrestre de algumas dessas interfaces.

Sobre o fechamento dos trechos 5 e 6, o morador Carlos entende que:

O clube fechou ali adiante, tem uma cerca em direção ao arroio, porque é onde tem uma sede do clube. É gradeado e não pode entrar. Por quê? Porque é do clube. Não é do clube. Então o Arroio que vai mais adiante, que tem essas propriedades todas, foram indevidamente apropriadas pelos moradores. Então tu não consegues usufruir, as pessoas não conseguem usufruir, porque aquilo ali é deles. Não há senso civilizacional (Lima, 2024).

Durante o período em que fiz as aulas de remo, a leitura do livro *Futuro Ancestral*, de Ailton Krenak (2022) aguçou a minha percepção sobre a relação que temos ou deixamos de ter com as águas. O autor traz uma observação crítica dessa relação, apontando que as cidades (especialmente as grandes) “se espalham sobre os corpos dos rios de uma maneira tão irreverente a ponto de não termos quase mais nenhum respeito por eles” (Krenak, 2022, p. 13). Mas se rios como o Tietê, ao qual se refere o autor, já foram tão mutilados a ponto de se converterem em esgoto na parte urbana em que percorrem, arrisco dizer que o Pelotas ainda é um arroio vivo. Enquanto o Tietê está canalizado e confinado por uma marginal, assim como ocorre em escala menor com o Santa Bárbara, em Pelotas, o Arroio Pelotas ainda preserva seus meandros e abriga fauna e flora exuberantes e diversas.

É sabido que o Arroio sofre com o assoreamento, o envenenamento e a poluição desde o meio rural e que as agressões a ele se acirram em sua interface com o perímetro urbano, incluindo as limitações que a comunidade tem para acessá-lo. Para que a comunidade reconheça o Arroio como um patrimônio que também é seu e cuide dele, é preciso que ele seja visto não apenas como parte da história e do passado, mas também do presente e do futuro. Para que isso seja possível, é imprescindível proporcionar o contato e a apropriação cotidiana pelas pessoas, transformando o privilégio de poucos em um direito de todos e todas. O entrevistado Pedro, apesar de não ser morador do Recanto de Portugal, como Carlos e Aline, fala a partir de sua perspectiva enquanto morador de uma área próxima ao Arroio e as Charqueadas:

[...] a margem do Arroio Pelotas e as Charqueadas que a gente não consegue acessar. Eu só entrei quando meu amigo abriu, tinha a chave do cadeado e abriu umas das Charqueadas que eu não conhecia. Morando aqui, vivi, me criei aqui e não tinha acesso, entendesse, uma coisa importantíssima pra cidade de

Pelotas, né, que é a Charqueada, que é tudo que aconteceu aqui na escravidão, todo esse período da gente (Rodrigues, 2024).

Ao falar “da gente”, Pedro (Rodrigues, 2024) toca em sua pele negra evidenciando seu lugar de fala com relação às Charqueadas e à escravidão. Sua fala escancara as ínfimas oportunidades de acesso ao Arroio e às Charqueadas pela grande maioria da população, decorrente da apropriação dos espaços (“livres” ou não) por uma parcela minoritária da sociedade, o que minimiza as possibilidades de apropriação e a construção do sentimento de pertencimento e de cuidado com os espaços.

A fala de Pedro (2024) reitera o que é posto por Berth, (2023), de que *a cidade não é nossa*, visto que as terras roubadas dos indígenas, assim como a riqueza produzida por negros escravizados, hoje se concentram majoritariamente na posse de homens brancos. Também é oportuno reiterar outro aspecto levantado por Berth, (2023), quando aponta que nem mesmo as pessoas que fazem parte dos grupos privilegiados tem uma experiência de vida plena nessa configuração de cidade. A autoexclusão pode ser exemplificada, aqui, pelos inúmeros enclaves homogêneos e isolados às margens do Arroio Pelotas, que comprometem o reconhecimento do outro como cidadão e impedem que ambos possam usufruir plenamente do cotidiano urbano.

Em outro trecho da entrevista, Pedro questiona:

E como é que as nossas crianças vão saber? Eu me criei pegando preá, pegando bergamota, jogando bola. Agora, para botar festinha, trazer várias empresas para explorar... tu vem aqui em casa e tu ouve, mas eu não sou convidado. Direito à cidade, né, no espaço público... não tem. [...] E essa enchente mostrou, né? A enchente foi né, uma coisa horrorosa (Rodrigues, 2024).

A enchente mencionada por Pedro ocorreu durante o período da realização dessa cartografia e será abordada na sessão seguinte. Sobre as festas, Pedro se refere a um uso consolidado das Charqueadas na atualidade, para realização de festas privadas, como casamentos e formaturas. Pedro evidencia seu conhecimento sobre o direito à cidade a negação desse direito no contexto do Arroio Pelotas, o que não foi mencionado por nós na entrevista, mas trazido espontaneamente por ele.

O trabalho de Pedro como educador social, atuando em casas de passagem que recebem pessoas em situação de vulnerabilidade, reitera seu lugar de fala sobre o

entendimento dos problemas sociais decorrentes (não apenas, mas também) do contexto de negação do direito à cidade que se evidencia nesta pesquisa.

A enchente de 2024

31 de maio de 2024

Mesmo não sendo a crise climática o tema desta tese, é inevitável mencionar as enchentes que ocorreram no estado do Rio Grande do sul em maio de 2024¹⁷, especialmente por terem afetado diretamente a área estudada neste capítulo, assim como diversas outras áreas baixas do município de Pelotas e região. A cidade de Pelotas, especialmente em seu perímetro urbano, é bastante plana e possui altitudes relativamente baixas. Como possui áreas efetivamente urbanizadas às margens da Laguna dos Patos, do Canal São Gonçalo e do Arroio Pelotas, cerca de um terço da cidade sofreu com os alagamentos.

No final do mês de maio, quando as águas começaram a recuar, foi possível visitar os trechos 1, 2 e 3 da área de estudo no Recanto de Portugal, conforme mostram as imagens a seguir. No trecho 1, o acesso à Praça Armando da Silva Marques ainda estava tomado pela água, assim como a Praça, conforme pode ser visto na figura 41.

Figura 41 – Fotografias do acesso ao trecho 1 durante a enchente de 2024.



Fonte: acervo da autora, 2024.

Tanto nas entrevistas dos moradores Carlos e Aline, quanto na do servidor Raul Costa, o trecho 1 foi mencionado, havendo um certo consenso na direção da indignação com relação ao fechamento. Enquanto Aline e Carlos revelam suas experiências e percepções no papel de moradores, Raul relata como tomou conhecimento da situação enquanto servidor público.

¹⁷ Entre o final de abril e maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul recebeu acumulados expressivos de chuva que resultaram em uma das maiores tragédias, relacionadas ao clima, no Brasil (INMET, 2025).

Eu entrei ali adiante de uma rua, não sei o nome da rua, e veio um morador e disse, não pode entrar aqui [...]. Então tu vais ver que o Arroio, que é um local lindo, as pessoas pegam as suas propriedades, se apropriam ainda mais do que é público e põem as suas cercas até a beira do Arroio. Se eu quiser caminhar na beira do Arroio eu não consigo, porque tá tudo fechado ali (Lima, 2024).

Mas é, mas tu vais caminhando e tu chega num portão e então tem, acho que três ou quatro casas, três ou quatro moradores que fecharam o acesso que na verdade ali também seria uma área de trânsito [...] (Machado, 2024).

Quanto àquela rua, eu fiquei surpreso, eu não sabia daquilo, não sabia por que a gente acompanha quase tudo aqui, mas tem alguns detalhes que eu perco, assim, né? Quando eu fui lá naquela vez aí, os caras me levavam, “Vem cá, vou te mostrar uma coisa” E pá, eu fiquei impressionado. E tá ali, aquilo ali, tá ali, simplesmente tem que haver um movimento pra retomar. O cara tem que ficar na casa. Aí eles vão dizer, “ah, mas nós cuidamos bem”. Mas estão fechados. Por exemplo, quando eu fui não estava fechado, estava aberto o portão. Até porque se eles veem o carro da prefeitura, eles não vão trancar. [...] e ali é mais grave ainda porque é uma rua. É uma rua com nome, com tudo. Quer dizer, não pode fechar de maneira nenhuma. Só que eles construíram churrasqueiras, construíram atracadouros, e um monte de coisa do outro lado da rua. Como se fosse uma propriedade privada. Quer dizer, aquilo ali também tem que ser tomado uma atitude. Até agora que eu saiba não houve. Aí ela tem que ter sequência, a rua, pra chegar lá na outra. E não tá aberta, aí teria que fazer isso (Costa, 2024).

Apesar da indignação revelada nos trechos acima, também é perceptível a sensação de impotência com relação à situação, agravada pela falta de iniciativa por parte do poder público, ao permitir a permanência dos fechamentos, a medida em que não toma providências para sua reversão.

Enquanto o trecho 1 foi mais afetado, o trecho 2 foi tomado apenas parcialmente pela água, conforme mostra a figura 42. O caráter natural deste trecho (sem via pavimentada às margens do Arroio ou construções) permitiu que ele funcionasse como uma área de absorção e transição entre o Arroio e o loteamento, sem prejuízos visíveis e com uma contribuição significativa em relação ao amortecimento dos impactos dos alagamentos.

Figura 42 – Fotografias do trecho 2 durante a enchente de 2024.



Fonte: acervo da autora, 2024.

Já o trecho 3, conforme aparece nas imagens da figura 42, foi fortemente impactado. A imagem 42a mostra a área ainda alagada, incluindo o local tradicional de pesca, apresentado na sessão anterior, mesmo com o início do recuo das águas. A figura 42b evidencia as condições da margem no trecho e as árvores com risco de queda. Na imagem 42c é possível ver um pai pescando com seu filho e na imagem 42d aparecem dois pilares da estrutura do trapiche submerso, o qual havíamos mostrado anteriormente, na figura 37. Não foi possível acessar os trechos 4, 5 e 6 neste período, pois as vias de acesso estavam intransitáveis, mas foi possível observá-los de longe e perceber que também estavam, ao menos parcialmente, alagados.

Figura 43 – Fotografias do trecho 3 durante a enchente de 2024.



Fonte: acervo da autora, 2024.

As árvores que aparecem na figura 43 b sofreram os impactos da enchente. Com a erosão da margem, ficaram com suas raízes expostas e se inclinaram sobre o Arroio.

Carlos, que mora nas proximidades e observou o ocorrido, relatou o movimento que fez para tentar reverter a situação e a indignação com a falta de acolhimento e de ação por parte do poder público, que não tomou providências a respeito. Ele (Lima, 2024) afirma ter procurado a FEPAM¹⁸, que foi até o local e indicou a poda dos galhos que estavam sobre o Arroio e a ancoragem da árvore no sentido oposto. Após obter essas informações, o morador fez um arrazoado e apresentou à Secretaria de Qualidade Ambiental, que visitou o local alguns dias depois, ocasião relatada no diálogo a seguir:

SQA – *“Ah, mas nós agora não podemos derrubar árvores.”*

Carlos – *“Eu não quero que derrubem árvores. O que eu quero justamente é proteger a árvore. Se derrubar a árvore, faz com que o Arroio venha pra cá. Eu quero que faça isso e não sou eu que quero – eu disse pra ela – Eu não sei nada de natureza, eu sou professor de anatomia. Mas eu procurei alguém da FEPAM que me recomendou: “poda aquele galho que está muito caindo, amarra isso aqui, pega um trator, puxa pra cá, pra lá.”*

SQA – *“Ah não, agora não dá.”*

Carlos – *“Mas tem que ser agora, porque o Arroio está comendo aqui, vai levar...”*

SQA – *“Não, não dá pra fazer. E não tem como fazer”*

Não fizeram até hoje, não vão fazer, e a árvore vai cair, vai acontecer isso (Lima, 2024).

Acompanhar a área de estudo durante a enchente de maio de 2024 permitiu a observação direta de algo já sabido: a importância ambiental dos espaços livres, especialmente das áreas verdes. Foi possível constatar que o trecho 2, menos impactado pela ação humana, serviu como área de amortecimento dos impactos da enchente, inclusive protegendo as vias e edificações próximas. Enquanto isso, observamos um impacto maior nos trechos com pavimentação, pouca vegetação ou ocupados por construções. Entre os impactos observados estão a erosão, a presença de árvores com risco de queda, danos nas vias de circulação e casas alagadas.

Os espaços livres públicos, especialmente quando são também áreas verdes com predominância de seu caráter natural, podem ter seu uso cotidiano compartilhado entre as pessoas, outros seres vivos e serem, eventualmente, ocupados pelas águas. Quando se trata das margens de um curso d'água, isso torna-se ainda mais evidente, mas os demais espaços livres distribuídos na malha urbana também possuem um importante

¹⁸ Fundação Estadual de Proteção Ambiental.

papel ecológico nesse sentido. A contribuição pode ser observada tanto pela absorção da água da chuva, quanto por possibilitar o contato das pessoas com o ambiente natural e por contribuir para o microclima urbano, entre tantos outros aspectos.

Um domingo no final do ano

29 de dezembro de 2024

Minha última imersão cartográfica foi em um domingo de clima ameno, no final de 2024. De manhã, por volta das 8:00h, cerca de 10 pessoas pescavam nos trechos 2 e 3 da área de estudo, algumas delas registradas nas imagens a e b da figura 44. Enquanto tomava um mate, conversei por cerca de 30 minutos com um dos pescadores, que se mostrou muito disposto a compartilhar suas vivências no Recanto de Portugal e no Arroio Pelotas.

Figura 44 – Fotografias de pessoas pescando no trecho 2 (a) e no 3 (b).



Fonte: acervo da autora, 2024.

O senhor, que vinha de bicicleta do Areal e provavelmente tinha a pesca como atividade de lazer, contou que prestou serviços no Recanto de Portugal por 50 anos, desde a década de 1970, e assim acompanhou as mudanças no lugar. Em sua fala, a questão da vigilância apareceu seguidamente. Relatou que antigamente, ao entrar no Recanto, a Rua Cidade de Aveiro era como uma estrada. Segundo ele, no trecho em que a via tangencia o Arroio, havia uma cerca longitudinal, com fios de arame farpado muito próximos um do outro, que impediam o acesso às suas margens. “Eu tinha que andar desse lado, perto da cerca e de cabeça baixa. Mesmo assim sempre saía alguma portuguesa no portão para dizer ‘ô raios, onde estás indo?’ – e eu tinha que explicar”. Também contou que, ao entrar nas casas, a vigilância era ainda maior, não podendo olhar para os lados e atravessando a edificação de cabeça baixa, com uma empregada doméstica na frente e uma portuguesa atrás. Disse que os portugueses não deixavam a

casa vazia de maneira alguma e que mesmo quando morria alguém, sempre ficava alguém cuidando da casa.

Talvez o aspecto da vigilância relatada no parágrafo anterior possa estar associado à carência de espaços livres públicos e aos fechamentos nos espaços concebidos como abertos. Outras manifestações disso aparecem no principal espaço coletivo do loteamento e nas suas residências: o espaço mais amplo e central do loteamento é o Centro Português, um clube de uso exclusivo para associados; as residências, por sua vez, possuem predominantemente muros nas interfaces dos lotes com as vias, comprometendo a vitalidade urbana em virtude da ausência de fachadas ativas e da fraca presença social.

Outros aspectos que possam ter influenciado a (re)produção dos espaços livres públicos serão explorados no capítulo seguinte, buscando complementar esse entendimento. Aqui, observamos que o caso do Recanto de Portugal possui, evidentemente, outras lacunas e particularidades além daquelas analisadas nesta tese, com potencial para ser aprofundadas em pesquisas futuras. Dentre elas, destacam-se a relação entre os limites físicos que separam as áreas públicas das privadas, a pouca vitalidade urbana e a (in)segurança das pessoas.

Figura 45 – Fotografia do trecho 3 na tarde de domingo, com concentração de veículos, pessoas e usos variados.



Fonte: acervo da autora, 2024.

No final de semana, a presença social na interface do loteamento com o Arroio contrasta com a realidade observada durante a semana e com o que se vê no restante

do loteamento. Durante a tarde, além dos pescadores, diversos grupos se reúnem para tomar mate, beber, conversar, ouvir música e contemplar o Arroio. A figura 45 mostra o uso intenso do espaço numa tarde de domingo, com diversos veículos estacionados ou circulando na via, enquanto parte das pessoas fica junto aos carros ou na beira d'água. O morador Carlos, que reside nas proximidades, relata sua percepção sobre os finais de semana:

Um período ruim para mim aqui é final de semana, porque ali é a Rua do Arroio, a Rua Cidade de Aveiro, então o que passa ali? Moto, carro com escapamento alto, música, sertanejos, tudo, som alto, e eu tô aqui, nesse paraíso, e eles estão passando ali, junta um monte de pessoas aqui, passa gente correndo, carro arrastando pneu na terra, sujeira aqui nas portas. Teve uma vez que eu saí, tinha uma algazarra aqui [...] tinha alguém urinando ali, um jovem, um rapaz urinando ali... Que isso, né? Então falta... não sei nem se... a cultura é muito adiante, eu acho que falta um aspecto ainda antes, que é civilizacional, saber, saber conviver (Lima, 2024).

Lima (2024) relata também sobre a questão do lixo acumulado no local: “o que fica de lixo ali, o que o Arroio, coitado, o que excreta de lixo. E é lixo rico, né? Garrafa de whisky e coisas vão ficando ali, é lixo rico, é lixo de posses”. Carlos acredita que a presença do poder público, através de fiscalização do local e orientação dos usuários, poderia contribuir para uma apropriação menos conflituosa do espaço com o ambiente natural e com os moradores do entorno.

Por outro lado, com relação ao lixo, é preciso destacar também a ausência de locais adequados para sua destinação. O senhor com quem conversei pela manhã na beira do Arroio relatou que “não adianta colocar o lixo em sacolas e deixar aqui na beira da Rua, eu volto no outro dia e tá aqui ainda, o lixeiro só leva o que tá na lixeira das casas – e se eu coloco lá, o morador reclama que a lixeira é dele”. A ausência de banheiros públicos é outra questão relevante, visto que a grande maioria dos usuários (ao menos aqueles que encontramos e com os quais conversamos) são de outros locais da cidade, não tendo local próximo onde possam fazer suas necessidades fisiológicas.

Enquanto as figuras 44 e 45 mostram a concentração de pessoas e veículos nos trechos 2 e 3, a figura 46 mostra os trechos 1 e 6 vazios e fechados, assim como nas diversas vezes que visitamos os locais. O trecho 1, ainda que fique com o portão aberto durante o dia, não é acessado pelas pessoas, que possivelmente não o percebem como um espaço público.

Figura 46 – Fotografias dos trechos 1 e 6 (a e b, respectivamente), ambos sem acesso e sem uso.



Fonte: acervo da autora, 2024.

Carlos e Aline também mencionam o uso de espaços privados como públicos, se referindo ao espaço aberto que fica na esquina das Ruas Cidade de Bragança e Cidade de Aveiro. Carlos conta que quando seu filho morava com ele, se reuniam ali para jogar futebol. Aline explica que:

O pessoal considera um espaço público a pracinha (espaço mencionado acima), mas o espaço público na verdade é só a beira do Arroio e é limitado a um espaço bem pequeno. No final de semana quando vem bastante gente fica até complicado o acesso, a gente evita ir no final de semana, a gente vai mais durante a semana que é mais tranquilo (Machado, 2024)

O uso da “pracinha” ou “campinho” mencionado por Aline e Carlos não foi observado durante o processo cartográfico. Ao buscar imagens antigas do local, através da funcionalidade *Street View*, do *Google Maps*, foi possível constatar que em 2011 o espaço era aberto e possuía traves de futebol, enquanto em 2019 aparece sem as traves e com uma cerca – que permanece até os dias atuais. A figura 46 mostra o espaço e suas características nas referidas datas.

Figura 47 – Imagens dos trechos 1 e 6 (a e b, respectivamente), ambos sem acesso e sem uso.



Fonte: *Street View* – *Google Maps*, 2011 e 2019.

Em outro trecho da entrevista, a moradora Aline menciona como são percebidos e vividos de maneiras diferentes os espaços que priorizam a circulação daqueles concebidos para a permanência das pessoas, o que reflete o recorte dessa pesquisa. Além disso, menciona o prejuízo da carência, precarização e limitação de acesso a esses espaços:

Eu acho que a gente perde muita socialização, principalmente as crianças, porque quando tu vai passear aqui na rua, anda de bicicleta na rua. Se tivesse um ponto, tipo a Pracinha, ou lá nas árvores frutíferas, as crianças se encontrariam lá, socializariam lá. Assim, as pessoas circulam pelo bairro com seus filhos, mas não se tem um ponto de encontro, pra ficar as crianças junto, pra conversar com os vizinhos e eu acho muito importante essa parte da socialização, de tu conhecer um pouco mais, de aproximar dos vizinhos, da natureza, das crianças, eu acho que faz muita diferença na vida das pessoas (Machado, 2024).

As contribuições da cartografia e da história oral, que integraram a análise dialética da dimensão horizontal na escala do lugar, por meio do estudo de caso proposto, são discutidas e sintetizadas na sessão a seguir. O capítulo seguinte se dedica à complexidade da dimensão vertical dos espaços livres públicos, explorando o passado e o futuro.

3.3 As contribuições da cartografia e da história oral

A imersão cartográfica e as entrevistas realizadas em 2024 na escala do lugar preencheram lacunas importantes da investigação. Partindo da fundamentação teórica, onde foi evidenciada a lógica em que o estudo se insere, com ênfase no contexto latino americano contemporâneo, passamos para a escala da cidade, onde avançamos com relação ao objetivo geral do trabalho. Por fim, na análise horizontal através do estudo de caso na escala do lugar, a cartografia e a história oral possibilitaram maior aprofundamento e o entendimento dos impactos do problema estudado que não haviam sido possíveis nas outras escalas.

Entender como o comportamento das pessoas pode ser influenciado pelas condições dos espaços livres públicos e avaliar o impacto da limitação de acesso no cotidiano de uso das pessoas foram os objetivos que guiaram a investigação na escala do lugar. É sabido que não há uma resposta única ou definitiva sobre a questão, mas

acredito ter alcançado resultados significativos, os quais foram compartilhados nas sessões anteriores e serão discutidos e sintetizados a seguir.

Através das situações identificadas e descritas neste capítulo, evidenciei que na maioria dos poucos espaços (supostamente) livres públicos que configuram uma interface entre áreas urbanizadas de Pelotas com o Arroio Pelotas o acesso é limitado de forma parcial ou total. Ao revelar que apenas 0,12% da interface do Arroio Pelotas com o perímetro urbano de Pelotas possui acesso livre, revelei as escassas possibilidades de apropriação. A carência, precarização e limitação de acesso parece contribuir para o acirramento de conflitos entre grupos sociais, posto que implica em concentração de pessoas, atividades e usos em espaços cujas dimensões e características não comportam as necessidades sociais diversas.

No caso da interface do Recanto de Portugal com o Arroio Pelotas, o acompanhamento do processo na escala do lugar, permitiu observar alguns desses conflitos: na água, é difícil a compatibilização entre os remadores, as embarcações motorizadas e aqueles que querem pescar ou nadar; nas margens, enquanto alguns usuários associam o lazer à música alta, à circulação de veículos e ingestão de bebidas alcoólicas, outros (especialmente os moradores do entorno) desejam o silêncio, a contemplação e a tranquilidade.

Em locais mais amplos, acessíveis e qualificados, como é o caso da Praia do Laranjal, por exemplo, tais conflitos não deixam de existir, mas se manifestam com menor intensidade. No caso do Laranjal, a existência de diversos banheiros públicos, lixeiras e mobiliário urbano favorece uma apropriação que gera menos conflitos entre os visitantes e com os moradores do entorno. Além disso, as dimensões físicas do espaço permitem que cada trecho seja associado a um uso diferente, sendo possível diferenciar áreas para a pesca, para banhistas e para esportes náuticos motorizados ou não.

Voltando para a interface do Arroio com o Recanto, outros impactos das condições dos espaços livres públicos no comportamento das pessoas e em seu cotidiano de uso que identifiquei foram: a necessidade de maiores deslocamentos para chegar a locais acessíveis e minimamente qualificados; a redução do tempo de permanência em espaços livres públicos, em função de sua carência, precarização e limitação de acesso; o empobrecimento das relações sociais; o abandono pelo poder público como fator que favorece a limitação de acesso; a diferença do impacto do problema para diferentes grupos sociais.

A necessidade de maiores deslocamentos para chegar a locais acessíveis e minimamente qualificados apareceu ao identifiquei de onde vinham algumas das pessoas que encontramos lá. A carência de espaços livres públicos qualificados e acessíveis próximos às suas residências é potencializada pela identificação cultural com o pescar, o nadar e a contemplação das águas. Ou seja, ainda que algumas das pessoas com as quais conversei possam ter outros espaços livres mais próximos às suas residências, elas buscam especificamente um espaço de interface com o Arroio. Também é pertinente destacar que diferente de outros espaços estruturados em função do consumo, nas margens do Arroio o valor de uso, a apropriação e as vivências ainda parecem ser protagonistas.

A redução do tempo de permanência em espaços livres públicos, em função de sua carência, precarização e limitação de acesso, se dá tanto pelas distâncias necessárias para acessar tais espaços, quanto pela carência de infraestrutura, como bancos, lixeiras e banheiros, que viabilizariam um uso mais prolongado e qualificado. Se houvessem mais possibilidades de acesso ao Arroio em suas margens, mais pessoas teriam a oportunidade de desfrutar desse patrimônio cultural, o que implicaria em maior pertencimento e conexão entre as pessoas e os lugares. As longas distâncias fazem com que as pessoas deixem de ir aos lugares ou os frequentem menos, devido ao tempo e/ou ao custo necessário para o deslocamento.

O empobrecimento das relações sociais pode ser observado através dos processos de exclusão e autoexclusão, alimentados por uma configuração socioespacial associada à segregação, ao patriarcado, ao machismo e ao racismo historicamente hegemônicos (Berth, 2023). Enquanto alguns grupos sociais se isolam espontaneamente em enclaves homogêneos, outros são forçados a se isolar nos poucos espaços livres que restam.

Também ficou evidente, ao longo do processo, que o abandono pelo poder público é um fator que favorece a limitação de acesso, e, à medida em que os espaços deixam de ser reconhecidos efetivamente como públicos, passam a ser vistos como lugares abandonados, passíveis de apropriação privada e limitação de acesso. A ideia de que “se a prefeitura não cuida, nós vamos cuidar” não contempla um viés coletivo, visto que os grupos sociais que passam a “cuidar” dos espaços tendem a cercá-los para garantir a exclusividade do uso, a exemplo do que aconteceu com o trecho 6 da área estudada e também parece ser o caso do trecho 1. Por outro lado, o cuidado que alguns dos usuários dos trechos 2 e 3 se esforçam para ter com o espaço, tentando colocar o lixo

na beira da rua para que seja coletado, não encontra acolhimento por parte do poder público.

Por fim, também é fundamental reconhecer a diferença do impacto do problema para os diferentes grupos sociais. Essa diferença se manifesta em diferentes escalas e intensidades. Com relação aos moradores entrevistados, por exemplo, enquanto Aline sente falta de espaços qualificados para a sua socialização e a do filho pequeno, Carlos reconhece que mora em um paraíso (um amplo terreno arborizado, que permite seu contato com a natureza e o convívio com amigos e familiares), constituindo, para ele, um privilégio, ainda que limitado.

Por outro lado, tantas outras pessoas e grupos sociais não possuem o privilégio da possibilidade de acesso a tais lugares, quer sejam públicos ou privados. Além das limitações financeiras e da disponibilidade de tempo implicadas na necessidade de longos deslocamentos, a configuração socioespacial não favorece o sentimento de pertencimento. Anteriormente, destaquei o que nos revela Berth (2023), acerca de que as mulheres, a negritude, os indígenas e os LGBTQIAPN+ não possuem o mesmo acesso à cidade, aos direitos e poderes sociais, ou seja, a cidade não é de todos, para todos e por todos. É pertinente reiterar também o destaque feito pela autora, acerca da necessidade da conscientização coletiva sobre o impacto da cidade, enquanto espaço de convivência coletiva, na qualidade de vida das pessoas.

Também é relevante retomar a ideia de que a tríade Lefebvriana do espaço concebido, vivido e percebido (Lefèbvre, 2013/1974) se apresenta como uma possibilidade de mensurar as limitações impostas à apropriação dos espaços livres públicos. Nesse sentido, os dados e os mapeamentos oficiais que podem ser acessados no GeoPelotas (Xavier; Silva, 2022), por exemplo, nos fornecem pistas sobre as representações do espaço ou o espaço concebido. Mesmo se fosse analisado apenas o espaço concebido, seria possível discorrer sobre fragilidades associadas à sua quantidade, distribuição, características e precarização.

Ao avançar para a investigação sobre a prática social nesses espaços, ou seja, como eles são percebidos pelas pessoas, é evidenciada uma ruptura. Essa ruptura se manifesta, por exemplo, quando chego a um espaço concebido como área verde que se encontra cercado, abandonado ou ocupado por edificações, impossibilitando a sua apreensão. Ou ao constatar que o Arroio Pelotas, patrimônio cultural, pouco pode ser acessado, reconhecido ou apropriado pela maioria das pessoas. A própria dualidade entre a ideia de espaço livre público e a aproximação de muitos desses espaços ao viés

capitalista, voltados para o consumo, reforça o distanciamento entre o espaço concebido e percebido, minimizando as possibilidades de manifestação de um espaço vivido.

Se parece haver uma tendência ao comodismo na dimensão do espaço percebido, na direção de adequar-se às normas e aos padrões vigentes (Alves, 2019), talvez os trechos da interface entre o Arroio Pelotas e o Recanto de Portugal que permanecem livres sejam uma exceção nesse sentido. Enquanto se percebe um desejo pelo ordenamento, fiscalização, controle e setorização dos espaços livres por parte de alguns grupos sociais e, talvez, por alguns representantes do poder público, isso (ainda) não acontece no caso estudado.

Se, por um lado, a suposta ausência do poder público implica em precarização do espaço (chegando à limitação de acesso) e no surgimento de conflitos não mediados, por outro lado, no caso estudado, possibilita que o espaço seja vivido. Alves (2019) entende que o espaço vivido não chega a ter uma força revolucionária, ainda que possa incluir pequenas subversões, visto que a prática social acaba incorporando uma parcela significativa da lógica do capital e do consumo. Mas, para a autora, ainda que a potência da dimensão do vivido não seja suficiente para modificar a lógica de reprodução capitalista, pode ser um ponto de partida para tomar consciência dos processos de dominação social, podendo chegar a constituir estratégias de luta e transformação da realidade social.

O espaço vivido, na concepção de Lefèbvre (2013/1974), é uma dimensão que vai além do físico, incorporando significados simbólicos atribuídos pelos indivíduos. Neste contexto, as pessoas não apenas ocupam o espaço, mas o reinterpretam e se apropriam dele de maneira única. É um território onde a imaginação se manifesta, projetando desejos e intenções sobre o ambiente tangível. As pessoas anseiam por experimentar, modificar e dominar este espaço, criando uma relação dinâmica entre o indivíduo e seu entorno, onde o real se entrelaça com construções mentais e emocionais.

Ora, um espaço onde o tronco de uma árvore cortada se transforma em mesa, um bloco de concreto vira um banco, algumas pedras conformam uma fogueira e os caminhos são criados pelo fluxo das pessoas é um espaço vivido. A ausência de determinação de onde se deve sentar ou andar, por exemplo, proporciona que o comodismo do espaço percebido dê lugar à potência do espaço vivido.

Se é fato que há uma dicotomia entre o espaço concebido e o vivido, talvez ela seja necessária ou inevitável. No entanto, esse distanciamento constitui uma potência ao pensarmos em um espaço que se propõe a abraçar a diversidade, permitir vivências

diversas e se adaptar às dinâmicas de uso e apropriação. O distanciamento entre o espaço concebido e o vivido, que implica em precarização, permite a limitação de acesso ou estimula uma configuração que prioriza o valor de troca em detrimento do valor de uso favorece apenas uma pequena parcela da população.

Talvez o maior desafio para atender às diversas necessidades sociais seja conceber espaços que não sejam limitantes, doutrinadores ou que induzam uma percepção comodista. O caso estudado nos mostra que permitir que um espaço seja vivido requer certa imprecisão, algum distanciamento e um reconhecimento de que a concepção é o processo em si e não o seu produto. Se as necessidades sociais são dinâmicas, o espaço concebido precisa integrar o processo de (re)produção do espaço ao invés de tentar absorvê-lo.

Além de Lefèbvre, algumas contribuições de Ingold (2022/2007), Berth, (2023) e Krenak (2022) também contribuíram para avançar na compreensão do que foi observado no processo cartográfico. Em *Linhas: uma breve história*, Ingold (2022/2007, p. 27) aponta que “toda coisa é um parlamento de linhas” e que, portanto, “estudar tanto pessoas quanto coisas é estudar as linhas das quais elas são feitas”. Para ele, a existência de lugares está associada aos deslocamentos necessários para chegar até eles, visto que a vida é vivida não somente em lugares, mas também ao percorrer caminhos.

Ao longo do processo cartográfico observei nas interfaces do Arroio Pelotas em que estive algo que parece ser uma regra: grupos sociais confinados, cada qual em um lugar, cercados por linhas de contenção, sejam físicas ou simbólicas. O confinamento se dá por um lado através do isolamento proposital em espaços inacessíveis, como condomínios fechados ou espaços “livres” que foram aprisionados e incorporados ou convertidos em propriedades privadas, conforme pôde ser visto no Marina Ilha Verde e no Recanto de Portugal, respectivamente. Por outro lado, os grupos sociais menos favorecidos também ficam confinados nos lugares em que vivem (que geralmente possuem pouca infraestrutura, dentre outros problemas), pela pouca possibilidade de ascensão econômica que possibilite ocupar outros espaços ou qualificar aqueles que já ocupam.

De forma semelhante, em busca de lazer ou recreação, diferentes grupos sociais amontoam-se nos poucos espaços que permanecem livres, como acontece nas margens do pequeno trecho do Arroio Pelotas que ainda é acessível junto ao Recanto de Portugal. Talvez o que foi observado seja um exemplo concreto do que explica Ingold (2022/2007,

p. 25): o colonialismo procede “convertendo os caminhos nos quais a vida é vivida em fronteiras nas quais ela passa a ser contida”, sendo que amontoar-se é bem diferente de caminhar junto.

Berth (2023) argumenta que a distribuição desigual de terras nas cidades brasileiras é um reflexo claro da exclusão histórica. As terras originalmente pertencentes aos povos indígenas e a riqueza gerada pelo trabalho forçado de pessoas negras escravizadas acabaram, em grande parte, nas mãos de uma elite predominantemente branca e masculina. A autora ressalta que esse modelo urbano segregado não beneficia plenamente nem mesmo os grupos privilegiados.

Ao se isolarem em áreas homogêneas e fechadas, essas pessoas limitam sua experiência urbana e perdem a capacidade de reconhecer a cidadania do outro. Esse fenômeno de autosegregação acaba prejudicando a todos, impedindo uma vivência completa e diversificada do espaço urbano. Assim, Berth (2023) sugere que a atual configuração das cidades brasileiras, marcada por profundas desigualdades e segregação, compromete a qualidade de vida de todos os seus habitantes, independentemente de sua posição social

Se o Arroio Pelotas é uma linha pré-colonial, que conviveu com povos indígenas em uma época em que não haviam fronteiras, nossa sociedade atual o aprisiona com linhas que segregam e oprimem. Tais linhas, implicam na redução das interações entre pessoas de diferentes culturas, etnias e classes sociais e destas com os espaços livres, com a paisagem, com outros seres vivos e com o ambiente natural como um todo.

Krenak (2022, p. 42) também associa ao colonialismo o que ele chama de um “dano quase irreparável”: a ideia de que somos todos iguais. É preciso reconhecer as individualidades e as diferenças entre os grupos sociais, avançar de um ideal de igualdade na direção de uma equidade que acolha múltiplas narrativas e modos de existir. No entanto, as cidades hoje não toleram o comum, o hostilizam, pois se existem corpos que não encontram seu lugar na cidade, ela não é o lugar do comum. Krenak (2022, p. 69) questiona “que comum é esse que o tempo inteiro é invadido por algum sujeito que quer se apropriar dele?”. E eu questiono: o Arroio Pelotas é patrimônio cultural de quem? Quem tem acesso aos espaços públicos livres qualificados em Pelotas?

4. O PASSADO E O FUTURO: A COMPLEXIDADE VERTICAL DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS EM PELOTAS/RS

“Os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos de diferentes formas, são quem me sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui”

(Krenak, 2022, p. 11)

Nos capítulos anteriores, através da análise horizontal do tema e do problema da tese, avançamos na compreensão do processo de (re)produção dos espaços livres públicos, identificando e discutindo a carência, precarização e limitação de acesso a esses espaços na contemporaneidade e seus impactos no cotidiano das pessoas.

Neste capítulo, através do processo de decomposição vertical, viajamos no tempo para o passado e para o futuro: no passado, buscando identificar a influência de rupturas e continuidades na configuração dos espaços livres públicos no caso de Pelotas; no futuro, exploramos possibilidades e virtualidades que apontem caminhos e alternativas para a criação de espaços livres públicos mais qualificados e acessíveis.

Além da discussão destes espaços em um contexto global, nos interessa principalmente o caso cidade de Pelotas/RS e, especialmente, do Arroio Pelotas – tanto por estar associado à origem da cidade quanto por constituir o lócus de aprofundamento de nossa investigação.

4.1 O passado no presente

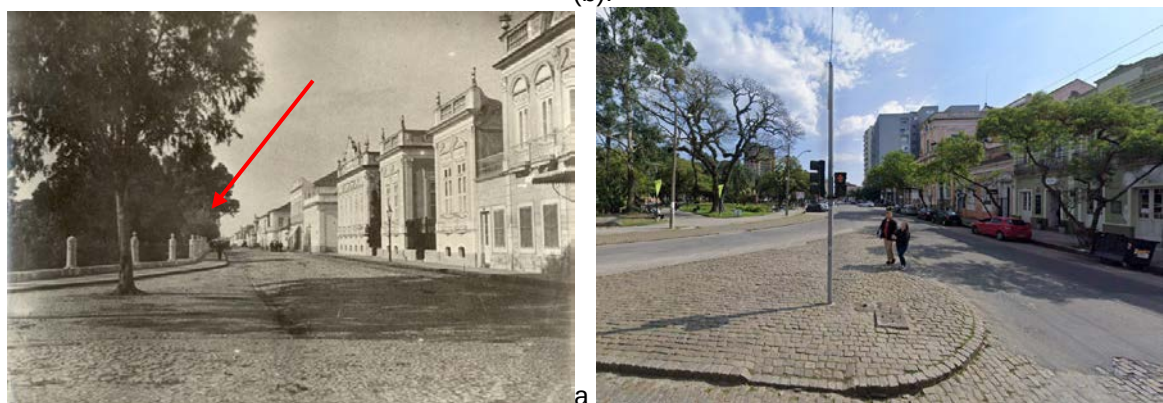
Ao buscar informações sobre o passado dos espaços livres públicos em Pelotas, percebemos que eles raramente são abordados enquanto conjunto ou sistema. O conhecimento produzido aborda majoritariamente algumas praças ou logradouros públicos, restringindo-se a espaços centrais, com caráter histórico, patrimonializados e consolidados. A legislação, por sua vez, prioriza o uso da terminologia de áreas verdes, de maneira desconectada de outros espaços livres (como largos e orlas), que possuem relevância social e integram o conjunto de espaços livres públicos.

Através do retorno ao passado, também é possível observar que a limitação de acesso e ocupação dos espaços livres públicos parece ser tão antiga quando sua existência. Optamos por exemplificar esse ponto através de dois casos em que tais

condições foram revertidas – o que permite também a comparação visual entre os diferentes momentos e a demonstração da reversibilidade.

O primeiro exemplo, na figura 48, mostra a Praça Coronel Pedro Osório por volta da década de 1980 (conforme estima Montone (2018)). É possível observar, conforme indicado pela seta em vermelho, o fechamento do perímetro da praça, que constituía uma forma de limitação e controle do acesso. Para quem conhece apenas a versão contemporânea da Praça Coronel Pedro Osório, é difícil imaginar que ela já tenha sido fechada. No entanto, ainda que a imagem da década de 1980 da Praça possa causar espanto atualmente, identificamos diversos outros espaços que apresentam uma condição semelhante hoje, como o Parque da Baronesa e a Praça Modelo.

Figura 48 – Imagens da Praça Coronel Pedro Osório (Pelotas, RS), na década de 1980 (a) e em 2024 (b).



Fonte: Autor desconhecido. Acervo MMPB nº 2160, in: Montone (2018) (a) Google Street View (b).

Outra situação, mais recente, é mostrada na figura 49, que retrata um dos raros casos de demolição de ocupação por construções em espaços livres públicos em Pelotas. A remoção dos *trailers* e quiosques que ocupavam irregularmente espaços livres públicos da cidade foi normatizada em 2014 por um decreto da Prefeitura Municipal de Pelotas de modo a atender às exigências do Ministério Público (Ascom, 2014). No Laranjal, todos os quiosques da orla foram removidos em 2014, melhorando as condições sanitárias do local e eliminando a barreira visual imposta pelas edificações na paisagem da Laguna dos Patos (Tomiello, 2015).

Hoje, 10 anos após as remoções, é possível identificar que muitos dos estabelecimentos que ocupavam os quiosques se reestabeleceram em áreas próximas. De modo semelhante, é possível observar hoje na cidade que os *trailers* existentes são efetivamente móveis, ocupando o espaço público apenas enquanto estão em uso, sendo que anteriormente a grande maioria era fixa, possuindo instalações irregulares e significativo impacto visual.

Figura 49 – Fotografias de antes, durante e depois da demolição de construções na orla do Laranjal, Pelotas/RS.



Fonte: Tomiello (2015).

Aos observar os espaços livres públicos de Pelotas com o olhar atento às suas temporalidades, percebemos ao menos duas rupturas com relação à sua criação e implementação. Nos primeiros loteamentos de Pelotas, as praças eram locais centrais, estruturantes e qualificados. Mais tarde, estes espaços parecem ter perdido importância, sendo que em muitos loteamentos as reservas de áreas verdes acabaram sendo espaços relativamente amplos, mas sem qualificação. Espaços livres públicos que caracterizam uma área verde sem mobiliário, equipamentos e infraestrutura podem comprimir uma função ecológica, mas não estimulam ou possibilitam sua apropriação pelas pessoas para lazer e recreação. Na prática, com o passar do tempo parte deles tem sido ocupada por construções, conforme demonstrado nesse trabalho.

Já no crescimento urbano recente, o modelo de urbanização fechada ganha força, tanto através de condomínios com edificações integradas quanto de lotes, voltados a públicos com variado poder aquisitivo, implicando a incorporação dos espaços livres ao espaço condominial, impossibilitando o uso comum. Nos loteamentos mais recentes, observamos através dos levantamentos realizados para a tese, a implementação de parte significativa das reservas de áreas verdes juntamente com o parcelamento do solo. São praças, “miniparques” ou canteiros com intervenção paisagística, mobiliário e infraestrutura de iluminação. No entanto, isso parece ser mais uma estratégia comercial de valorização dos novos empreendimentos, cujo *marketing* passou a vender um estilo de vida por meio do produto, comumente associado aos espaços livres e àquilo que eles proporcionam.

Ainda que os espaços livres públicos produzidos nos últimos anos sejam voltados para o consumo e tenham tamanho, proporções e qualidade de intervenções questionáveis, acabam por se destacar em contraste com sua inexistência em urbanizações fechadas. Também é pertinente mencionar o contraste com as ocupações

informais, entendidas aqui como produto do modo de (re)produção capitalista do espaço, que tampouco possuem reservas de áreas verdes.

Buscamos identificar exigências com relação à implementação de áreas verdes em novos loteamentos na legislação do Município, através das leis dos três Planos Diretores que já vigoraram. O primeiro Plano Diretor do município de Pelotas foi elaborado em 1963 (Prefeitura Municipal de Pelotas, 1963) e o segundo em 1980 (Prefeitura Municipal de Pelotas, 1980). Em 2008 foi finalizado a lei nº 5.502 que estabelece o III Plano Diretor (Prefeitura Municipal de Pelotas, 2008), vigente até hoje.

Na lei do I Plano Diretor do município de Pelotas não foram encontradas menções à reservas de áreas verdes em novos loteamentos. Ainda assim, é possível observar que alguns loteamentos da época, como o Pestano (1979) e o Navegantes 1 (1975) (Xavier; Silva, 2015), possuem áreas verdes. Já o II Plano Diretor, passa a exigir, no artigo 32, 15% da área a parcelar, para espaços livres destinados a áreas verdes de uso público e 5% da área a parcelar, para áreas de uso comunitário.

O II Plano Diretor Menciona também, no artigo 30, que o Município poderá “exigir áreas verdes e de uso institucional em percentuais superiores ao estabelecido no artigo 32, desta lei, para preservação das florestas e outras formas de vegetação, nas Zonas de Preservação Ambiental” e “pavimentação dos passeios das áreas verdes e institucionais, assim como equipamento esportivo para no mínimo, 3 (três) modalidades de esporte”. Complementarmente, exigia dimensões mínimas de 2.500m² de superfície e lado menor com, no mínimo, 30m, além de “localização aproximada dos espaços livres destinados a áreas verdes de uso públicos, de forma a preservar as belezas naturais e o patrimônio cultural” (Prefeitura Municipal de Pelotas, 1980, p. única).

O III Plano Diretor, na sessão referente a novos parcelamentos do solo, passa a dividir a exigência de áreas verdes em três tipos, sendo 5% da área a parcelar para espaços de uso público com finalidade de lazer ativo; 5% para espaços de uso público com finalidade de implantação de área verde arborizada para lazer passivo; e 5% para espaços de uso público, representado por arborização de passeios.

A sessão possui inúmeras alterações de diversas datas, prioritariamente na direção de flexibilizar a legislação e permitir exceções, condicionadas a análise do Conselho Municipal de Proteção Ambiental (COMPAM), da Comissão Técnica do Plano Diretor – (CTPD) e do Conselho do Plano Diretor (CONPLAD) (Prefeitura Municipal de Pelotas, 2008, p. única). Um exemplo disso ocorre no artigo 187, com redação acrescida pela Lei nº 6636/2018, conforme segue: “As áreas verdes de lazer ativo deverão permitir

a inscrição de um círculo com no mínimo 8m (oito metros) de diâmetro, admitindo-se valores inferiores desde que analisadas e autorizadas pela CTPD. Outro exemplo, é parte da redação original do artigo 144, que foi alterada em 2018, de modo que o texto que previa inicialmente que “toda área de praça, canteiro central de avenidas e largos passam a ser classificadas como áreas verdes e, conseqüentemente, todo uso comercial fixo passa a ser proibido”, passou a permitir exceções (Prefeitura Municipal de Pelotas, 2008, p. única). Foi observada, ainda, a possibilidade de limitação de acesso prevista em lei, conforme aparece no artigo 189, que menciona a concessão de autorização municipal para a utilização de portaria de controle nas ruas (Prefeitura Municipal de Pelotas, 2008).

Assim, o III Plano Diretor acaba por constituir um conjunto de retrocessos com relação à implementação e manutenção de espaços livres públicos, especialmente pelas alterações posteriores à lei original. Os impactos desse plano e das suas sucessivas alterações são difíceis de mensurar, já que variadas exceções passam a ser aceitas, condicionadas à aprovação em conselhos de composição e atuação questionáveis. Ainda que este trabalho não tenha como objetivo o estudo do caso específico do Arroio Pelotas ou do Recanto de Portugal, que constituem manifestações do problema estudado, é pertinente uma breve contextualização histórica sobre esse território. A historicidade de cada local fornece pistas para o entendimento de sua configuração socioespacial e é capaz de explicar questões que podem se generalizar ou não, dependendo do contexto de outros casos.

A cidade de Pelotas, localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul, tem suas origens vinculadas ao processo de ocupação territorial promovido pela Coroa Portuguesa no século XVIII. A concessão de sesmarias na região, a partir de 1758, foi o ponto inicial para o estabelecimento de atividades econômicas baseadas na pecuária e na produção de charque (Arriada, 1994). A localização estratégica, próxima à Lagoa dos Patos e com acesso facilitado ao mercado consumidor interno e externo, favoreceu o desenvolvimento da região como um polo econômico relevante.

O ciclo do charque foi o principal motor econômico de Pelotas entre os séculos XVIII e XIX. As charqueadas, estabelecimentos dedicados à produção de carne salgada e seca, foram fundamentais para atender à demanda alimentar das regiões mineradoras do Brasil e do mercado internacional. Essa atividade consolidou Pelotas como um dos principais centros produtores de charque no país, atraindo investimentos e promovendo

a urbanização da cidade (Magalhães, 1993). O crescimento econômico gerado pelo charque permitiu o surgimento de uma elite local que acumulava riqueza e poder político.

No entanto, a produção de charque estava profundamente ligada ao trabalho escravo. As charqueadas empregavam milhares de negros escravizados em condições extremamente precárias e insalubres. Esses trabalhadores eram responsáveis por todas as etapas da produção, desde o abate do gado até o preparo final do produto (Gutierrez, 2001). A população escravizada desempenhou um papel central na formação social da cidade, que apresentava uma estrutura hierárquica marcada por profundas desigualdades.

Além dos negros escravizados, os povos indígenas também tiveram sua história entrelaçada com a formação inicial da região. Antes da chegada dos colonizadores portugueses, os indígenas habitavam o território que hoje corresponde a Pelotas. Contudo, com a expansão das atividades econômicas e a ocupação territorial pelos europeus, essas populações foram deslocadas ou exterminadas (Arriada, 1994). A marginalização dos indígenas e a exploração dos negros escravizados são aspectos centrais para compreender as bases sociais sobre as quais Pelotas foi construída.

A riqueza gerada pelo ciclo do charque refletiu-se na urbanização e na cultura local. Durante o século XIX, Pelotas tornou-se conhecida por sua arquitetura sofisticada, com casarões e palacetes que simbolizavam a opulência da elite charqueadora (Magalhães, 1993). Além disso, a cidade desenvolveu uma vida cultural intensa, marcada pela criação de instituições educacionais e artísticas que buscavam replicar os padrões europeus (Pesavento, 1988).

Com o declínio do ciclo do charque no final do século XIX, provocado pela concorrência dos frigoríficos uruguaios e argentinos e pela abolição da escravidão em 1888, Pelotas passou por uma reestruturação econômica. A cidade diversificou suas atividades produtivas, investindo em indústrias como a têxtil e alimentícia. Esse processo foi acompanhado por mudanças sociais significativas, com a inserção de imigrantes europeus no mercado de trabalho local (Vieira, 2005).

Apesar das transformações econômicas e sociais ocorridas após o declínio das charqueadas, as desigualdades herdadas desse período permaneceram evidentes. A segregação socioespacial tornou-se uma característica marcante da cidade durante o século XX. Enquanto as elites continuaram ocupando áreas nobres bem estruturadas, as populações mais pobres foram relegadas às periferias sem infraestrutura adequada (Vieira, 2005).

Assim, a história de Pelotas é marcada por ciclos econômicos que moldaram sua estrutura social e urbana. Desde suas origens ligadas ao sistema escravista até sua transição para uma economia diversificada no século XX, a cidade passou por transformações cuja compreensão contribui para analisar os desafios contemporâneos enfrentados em termos de inclusão social e com relação ao direito à cidade.

A história do Loteamento Recanto de Portugal é relativamente recente, tendo início na década de 1960. Na área adquirida para o loteamento, fica a edificação de uma das charqueadas de Pelotas, de Antônio José de Oliveira Castro, que passou a integrar o inventário do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Pelotas em 2017 (Diário da Manhã, 2017). A edificação localiza-se na interface com o Arroio Pelotas, entre os trechos 4 e 5 Figura 26 da área estudada na escala do lugar. No *site* do Centro Português (Centro Português, [s. d.]), há um breve histórico do Clube e do Loteamento Recanto de Portugal, cujas existências se associam.

Em 1926 foi fundado o Clube Centro Português, no centro da Cidade de Pelotas, que teve a primeira sede própria foi inaugurada em 1930. Em 1966, o Clube adquiriu uma área de 75 hectares no caminho para o Laranjal. O Centro Português loteou a área, criou o Loteamento Recanto de Portugal e passou a vender terrenos residenciais. Às margens do Arroio Pelotas, entre os trechos 4 e 5 (figura 26) da área estudada na escala do lugar, se estabeleceu a primeira sede campestre, hoje conhecida como Sede Aníbal Vidal e onde são desenvolvidas atividades de remo. Segundo o Centro Português (s.d.), todo o recurso adquirido com a venda das terras era destinado à infraestrutura do Clube. A atual sede campestre, que fica numa área central do Recanto de Portugal com, 6,5 hectares, começou a ser planejada em 1977.

A figura 50 mostra algumas das imagens da série histórica disponibilizada no GeoPelotas (Xavier; Silva, 2019), destacando a área do Recanto de Portugal e seu entorno, mostrando as relações com o Arroio Pelotas, a via que conecta o Laranjal às demais regiões administrativas da cidade de Pelotas e o Loteamento Marina Ilha Verde, no lado oposto do Arroio. Na primeira imagem (50a), de 1975, é possível observar a abertura das primeiras vias do loteamento e as primeiras edificações, dentre as quais destacamos com o contorno amarelo a primeira sede campestre, às margens do Arroio. Em 1995 (50b) já é possível observar o avanço dos loteamentos Recanto de Portugal e Marina Ilha Verde. Demarcado em amarelo na imagem 50b está a sede campestre atual, mencionada no breve histórico do parágrafo anterior. As figuras 50c e 50d mostram o

avanço das ocupações em 2006 e 2013, respectivamente, com densificação e avanço na direção de áreas mais baixas.

Figura 50 – Imagens aéreas da evolução da ocupação das margens do Arroio Pelotas nas imediações do Recanto de Portugal em 1975 (a), 1995 (b), 2006 (c) e 2013 (d).



Fonte: Série Histórica de Imagens Aéreas (Xavier; Silva, 2019).

No caso da interface entre o Arroio Pelotas e o Recanto de Portugal, também foi possível identificar algumas continuidades e rupturas com relação à carência, precarização e limitação de acesso aos espaços livres públicos através de registros do *Google Street View*.

A figura 51 mostra o trecho 2 em 2011 (51a) e em 2018 (51b). Nessas imagens, é possível observar que os pilares que constituem uma delimitação simbólica foram implementados nesse intervalo temporal, o que sugere o avanço do processo de limitação de acesso. Também é possível observar nas imagens abaixo que o espaço ficou mais fechado pela vegetação, o que atribuímos a três razões principais: o crescimento natural da vegetação no período; a diferença de estações do ano em que as imagens foram capturadas (outono ou inverno e primavera ou verão, respectivamente); e a falta de manejo e manutenção na vegetação. De 2018 até 2024 não observamos mudanças significativas, exceto pelo acirramento da falta de manutenção e incremento do caráter de abandono do espaço.

Figura 51 – Imagens do trecho 2 em 2011 (a) e 2018 (b).



Fonte: *Street View – Google Maps*, 2011 e 2018.

A figura 52 mostra os trechos 5 e 6 em 2011 (não há imagens de 2018 para este trecho). A demarcação em amarelo no trecho 5 mostra o local onde foi construído um galpão para guardar as embarcações e equipamentos utilizados nas atividades de remo. É possível constatar que os trechos 5 e 6 já estavam fechados com grade em 2011, mas que a construção no trecho 5 é posterior à esta data. A Rua Cidade de Braga e a Praça Armando da Silva Marques não possuem imagens do *Street View* que permitam observar e datar as dinâmicas de fechamento.

Figura 52 – Imagem dos trechos 5 e 6 em 2011.



Fonte: *Street View – Google Maps*, 2011.

Durante o processo cartográfico, uma das pessoas com as quais conversamos, nos contou que prestou serviços no Recanto de Portugal por 30 anos, entre 1975 e 2005, aproximadamente. Ele relatou que no início do Loteamento, havia uma cerca que tangenciava o Arroio, com fios de arame muito próximos uns dos outros, impedindo o acesso. O fechamento, segundo ele, ficava próximo à via demarcada em amarelo na figura 53a, mas sua extensão é desconhecida. Relatou, ainda, que a viga longitudinal existente hoje na interface do Arroio com o Loteamento (figura 53b) seria um resquício deste fechamento, mas não soube informar até quando ele existiu ou o que motivou sua remoção.

Figura 53 – Imagem aérea de 1975 com demarcação da via com fechamento, em amarelo (a) fotografia onde se vê a viga longitudinal paralela ao Arroio, suposto resquício de fechamento do local (b).



Fonte: a) Série Histórica de Imagens Aéreas (Xavier; Silva, 2019). b) Fonte: acervo da autora, 2024.

Os processos de apropriação e intervenção no ambiente natural pelas pessoas evoca novamente as reflexões de Krenak (2020), que em *Ideias para adiar o fim do mundo* evidencia o distanciamento crescente entre a humanidade e a Terra. Ele associa esse distanciamento à ascensão do modo de produção capitalista, que nos induz a viver em ambientes artificiais produzidos pelas mesmas corporações que “devoram florestas, montanhas e rios” (Krenak, 2020, p. 20). O modo de ocupação humana das margens do Arroio Pelotas, contextualizado brevemente neste capítulo, revela um misto de desconhecimento de suas dinâmicas naturais e de um desejo de controle e dominação: do Arroio, do espaço, das pessoas.

Ailton explica que para os Krenak, o Rio Doce não é um recurso como dizem os economistas: “chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa” (Krenak, 2020, p. 40). A visão do Rio Doce como parte da construção de um coletivo que habita um lugar, em detrimento de algo que se possa apropriar, é um entendimento que compartilhamos quando relacionamos a reflexão com o contexto do Arroio Pelotas. Mas, no caso da interface do Recanto de Portugal com o Arroio Pelotas, observamos que as pessoas que nadavam ou pescavam nele não eram moradores do entorno, mas pessoas que vinham de outras regiões da cidade. Assim, percebemos um descolamento entre a comunidade que tem uma relação de pertencimento com o Arroio e a possibilidade de habitar seu entorno, acirrada pelas escassas possibilidades de acesso a ele.

A dicotomia entre as pessoas e a natureza também se expressa com intensidade nas interfaces do Arroio Pelotas com a cidade, onde linhas de ocupação são evidenciadas pelo contraste com a sinuosidade dos meandros do Arroio. Ingold (2022/2007) conceitua o andarilhar e o deslocar, associando o primeiro à apreciação do caminho e o segundo à busca pelo destino, diferenciando os caminhos que surgem através da prática do andarilhar das conexões que ele nomeia como linhas de ocupação.

As linhas de ocupação são tipicamente retas e regulares, sendo criadas não em decorrência de um fluxo, mas para recebe-lo depois. Essas linhas não apenas conectam, mas também dividem, compartimentando o território em blocos e cortando pequenas vias frequentadas por humanos e animais. Divisão e compartimentação são palavras que descrevem de forma pertinente o que observamos às margens do Arroio.

As rupturas e continuidades associadas ao problema estudado também permitiram observar um duplo movimento com relação aos fechamentos e construções em espaços livres públicos. Por um lado, fechamentos como o da Praça Coronel Pedro Osório e do próprio Arroio Pelotas na interface com o Recanto de Portugal foram removidos, assim como as construções na orla da Lagoa dos Patos, no Laranjal. Por outro lado, novos fechamentos e construções em espaços livres públicos surgiram, como é o caso do galpão do remo e fechamentos nos trechos 1, 2 e 4 da área estudada.

Foram observadas algumas diferenças que fornecem pistas sobre as dinâmicas de ocupação e limitação de acesso aos espaços supostamente livres e públicos. A primeira é que fechamentos como o da Praça Coronel Pedro Osório e construções como da Orla da Lagoa dos Patos provavelmente foram feitos e posteriormente removidos pelo poder público ou com sua anuência. Além disso, tratam-se de lugares centrais, turísticos e que concentram fluxos, ficando em evidência.

A análise da evolução dos espaços livres públicos em Pelotas revelou que eles eram concebidos como elementos centrais e estruturantes nos primeiros loteamentos, e, posteriormente, passaram por um período de desvalorização, resultando em áreas verdes sem qualificação adequada. O crescimento urbano recente trouxe novos desafios, com a proliferação de condomínios fechados e a incorporação de espaços livres ao domínio privado. Os três Planos Diretores de Pelotas apresentam mudanças nas exigências relacionadas às áreas verdes, passando da ausência de menções específicas no primeiro plano para requisitos mais detalhados nos planos subsequentes. No entanto, o III Plano Diretor, apesar de inicialmente mais específico, sofreu alterações que flexibilizaram as normas, permitindo exceções e potencialmente comprometendo a qualidade e acessibilidade dos espaços públicos.

Essa trajetória evidencia uma tensão contínua entre a necessidade de espaços públicos de qualidade e as pressões do desenvolvimento urbano orientado pelo mercado. Enquanto a carência de espaços livres públicos é potencializada pelo modelo de urbanização fechada e pelas ocupações informais, os novos espaços são insuficientes, possuem qualidade questionável e se distribuem de forma irregular na

malha urbana. Concomitantemente, parte dos espaços livres públicos mais antigos sofre com o abandono e precarização, que oportunizam e favorecem a sua ocupação e limitação de acesso.

4.2 Possibilidades e virtualidades

Durante a elaboração da tese, imaginar o futuro foi um movimento inevitável. Assim como o passado e presente influenciam na definição do futuro, pensar em como será a cidade e o cotidiano das pessoas nela nos anos vindouros é um exercício que pode contribuir para a interpretação do presente. Inspirados pela ideia de que “se existe um futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral” (Krenak, 2022, p. 11), recorreremos novamente às tríades lefebvrianas para buscar entender as inter-relações temporais, complementando a discussão com a ideia da transição de uma racionalidade econômica para uma racionalidade ambiental (Leff, 2006).

Para Lefèbvre (1976/1973), apenas um projeto global seria capaz de garantir o direito à cidade e o direito a ser diferente, tanto de modo individual quanto coletivo. Tais necessidades sociais associam-se diretamente ao urbano, incluindo assim os espaços livres públicos que discutimos aqui. A ideia central deste projeto consiste em priorizar as necessidades sociais coletivas em detrimento dos interesses individuais, superando os projetos em que a burguesia impera como classe dominante, implicando na reprodução das relações, sem avanço ou evolução na direção de uma sociedade mais justa.

O que está em pauta é a busca de uma maneira de viver que seja significativamente diferente de como vivemos hoje. Para Lefèbvre (1976/1973, p. 36, tradução nossa), esse projeto mostra-nos o horizonte e o caminho em direção a ele, e complementa: “para viabilizar o possível, é necessário enunciar e desejar o impossível”. Para Vieira (2020, p. 25), “trata-se de um caminho difícil de ser vencido, mas que vale a pena ser percorrido” – e complementa: “não valeria a pena se não houvesse esperança.” Acreditamos que esse caminho e o modo de percorrê-lo precisam ser adaptados à realidade de cada lugar, de modo que cada grupo social possa traçar sua rota culturalmente enraizada na direção de um horizonte comum.

Para facilitar o entendimento do que segue, explicitamos o ensejo de apontar o espaço diferencial como uma utopia possível no enfrentamento do problema da carência, precarização e limitação de acesso aos espaços livres públicos. O espaço diferencial integra mais uma das tríades de Lefèbvre, que ao propor uma divisão da história da humanidade em três grandes eras, associa a era agrária ao espaço absoluto, a era

industrial ao espaço abstrato e a era urbana ao espaço diferencial (Lefèbvre, 2013/1974). O espaço absoluto pode ser associado às representações do espaço e ao espaço vivido, o espaço abstrato corresponde aos espaços de representação e ao concebido, enquanto o espaço diferencial se relaciona à prática espacial ou ao espaço percebido (Matias, 2021).

Lefèbvre (2013/1974) destaca que não há uma separação plena entre os espaços absoluto, abstrato e diferencial, visto que espaço algum desaparece sem deixar rastros, mas vão sendo superpostos sucessivamente. Assim, admitimos as sobreposições e reconhecemos que as eras e os espaços correspondentes não se manifestam necessariamente de maneira plena, mas com intensidades variadas. Dito isso, o espaço absoluto pode ser entendido como um espaço teopolítico, que aparece essencialmente na Antiguidade, associado a era agrária. Ele é produzido mediante a realização do que é imaginado, através da ação humana. Enquanto na Era Agrária o valor de uso predomina sobre o valor de troca, essa relação se inverte na Era Industrial. O espaço abstrato, vinculado à Era Industrial, é aquele produzido pelo sistema capitalista. É um espaço que almeja e tenta impor a homogeneidade, mas que na prática implica em um espaço plural e desigual.

Em Lefèbvre (2013/1974), o espaço abstrato é, aparentemente, o esvaziamento completo da criatividade e Matias (2021) alerta que a reprodução das relações de produção e a ausência da criatividade contribuem para a perpetuação do capitalismo. Na Era Urbana, as práticas espaciais, que se associam ao espaço percebido, correspondem a tudo com o que lidamos em nossas vidas cotidianas. Nesse espaço, o capitalismo faz com que tudo o que é material passe a ser objeto de prazer, constituindo uma mercantilização integral da vida, assegurada pela ostentação e pelas propagandas (Matias, 2021). Assim, a contemporaneidade se associa ao espaço diferencial, por integrar a Era Urbana, na qual a prática espacial e o espaço percebido prevalecem.

No entanto, Matias (2021) também alerta que o espaço percebido não é necessariamente ruim, pois com ele é que se pode lutar contra a alienação, na medida em que nos recusamos a integrar a sociedade da forma como ela se apresenta. Assim, mediante a superação do espaço abstrato pelo espaço diferencial, o lúdico e a criatividade adquirem potencial sobrevida por meio das práticas espaciais. Daí emerge a possibilidade de superação das homogeneidades do espaço abstrato e pelo direito à heterogeneidade, onde o direito à igualdade dá lugar ao direito à diversidade.

Em *A Revolução Urbana*, Lefèbvre (2004/1970) propõe o entendimento da sociedade urbana como uma virtualidade, relacionada a um processo e a uma práxis, sendo concomitantemente causa e consequência da superação da cidade industrial, através do que ele denomina revolução urbana. Ainda que o espaço diferencial seja utópico, essa utopia pode constituir um objetivo possível, sendo que a apropriação é o que pode nos conduzir à revolução, em contraponto à dominação.

Nossa discussão se concentra na possibilidade de superar a lógica imposta pela dominação existente na sociedade, priorizando o sentido mais amplo de uso do espaço, caracterizado pela apropriação. Assim, exploramos alternativas às ações instituídas, permitindo uma forma mais justa de produzir o espaço e (re)produzir as condições da existência humana. O foco não está apenas na reprodutibilidade do capital dentro das relações sociais de produção, mas principalmente na reprodução da vida como um conjunto de relações. Essa abordagem visa transcender as limitações impostas pelas estruturas dominantes, promovendo uma apropriação do espaço que reflita as verdadeiras necessidades e aspirações da sociedade. Ao priorizar o valor de uso sobre o valor de troca, acreditamos que possa ser criado um ambiente urbano mais equitativo e alinhado com os princípios do direito à cidade.

A dominação está garantida para parte dos grupos dominantes por intermédio da propriedade privada que procura legitimar este processo pela institucionalização do domínio. Mas este processo não é o único possível, conforme pode ser visto em Alves (1999), que nos mostra que a apropriação de um espaço público ocorre quando o utilizamos e reconhecemos seu valor coletivo, não como propriedade privada, mas como um local compartilhado. Esse processo cria uma conexão única entre o indivíduo e o espaço, tornando-o simultaneamente pessoal e comunitário. Ao nos apropriarmos de um espaço público, desenvolvemos uma relação singular com ele, diferenciando-o de outros locais. No entanto, essa individualização não o torna propriedade privada; pelo contrário, reforça seu caráter de uso comum. Essa dualidade entre o individual e o coletivo é evidente em espaços públicos como ruas e praças. Nesses ambientes, somos parte de uma multidão diversificada que se unifica temporariamente por um propósito comum, criando uma experiência ao mesmo tempo compartilhada e única para cada indivíduo.

O que está posto por Alves, acima, contrasta com os casos em que a apropriação está associada à limitação de acesso, impedindo o uso comum, conforme identificamos neste trabalho. Assim, percebemos no caso estudado, que a redução da influência do estado sobre os espaços (manifestada pela falta de manutenção, por exemplo), pode

favorecer a limitação de acesso. No processo de reprodução do espaço urbano a lógica da reprodução do capital impõe sua racionalidade pelo triunfo do valor de troca, sobre o valor de uso. Assim, a cidade, lugar do encontro, do uso, perde esses atributos que sempre lhe marcaram. Mas, para além do embate que surge da contradição dominação/apropriação, experienciamos no caso estudado, uma apropriação excludente, que impede o uso comum, limitando o acesso e se aproximando da dominação.

É necessário aprofundar estudos sobre as tensões entre o espaço formal e o diferencial nas formas espaciais urbanas. Essas interações nem sempre resultam em uma verdadeira apropriação ou transformação capaz de promover mudanças radicais. No cotidiano, seja em seus deslocamentos ou atividades diárias, as pessoas interagem com um espaço que foi concebido por planejadores e é regido por normas estabelecidas pelos que detêm o poder na sociedade. Contudo, nessa interação diária, as pessoas buscam exercer sua liberdade e expressar sua vontade, vivenciando o espaço de maneira própria, independentemente de como ele foi originalmente concebido. Surge assim um espaço de liberdade, criatividade e apropriação para a vida cotidiana, sobrevivência e produção social. O espaço diferencial emerge do espaço abstrato planejado, mas aponta para sua superação, indicando possibilidades de transformação e novas formas de uso e ocupação urbana.

Vieira (2020) explicita a contradição entre a apropriação do espaço pelas pessoas que querem vivê-lo de forma plena, exercendo o valor de uso nos espaços públicos em detrimento do consumo de espaços privatizados pelo capitalismo e garantidos pelo estado. O autor também evidencia a necessidade de entender as metamorfoses do capital para entender as formas disfarçadas pelas quais ele se mostra.

Para Lefèbvre (2013/1974), a real apropriação do espaço envolve uma invenção morfológica, isto é, uma nova forma intimamente ligada às novas funções e às estruturas do prazer, da alegria e da *festa*. O espaço será realmente apropriado quando realizar outras formas e estruturas arquitetônicas, urbanísticas e territoriais. As novas ideias e representações, bem como os valores e interesses novos, precisam vir inscritos com um processo criativo total, da criação de um espaço inteiro. O espaço diferencial requer a organização, a disposição dos elementos essenciais que compõem um corpo de outra maneira, tanto quanto necessita de outras estéticas.

As buscas pela apropriação do espaço tendem a ocorrer em variações que combinam elementos ligados a dois formatos de ação política espacial: ou por meio de métodos autonomistas, em fuga de espacialidades sociopolíticas abstratas e

hegemônicas; ou por meio do confronto em busca de alterações nas instituições estabelecidas. A produção do espaço é social e depende, portanto, das pessoas em suas diversas configurações de grupos societários. Não é uma produção abstrata, posto que as pessoas que compõem a sociedade são, de fato, concretas, vivem em um mundo real e têm uma existência real. São pessoas que vivem um cotidiano de trabalho, produzindo e sendo produzidas pelas relações que estabelecem entre si e com os meios que dispõem.

Portanto, resta abordar justamente os processos nos quais diversos indivíduos estão envolvidos buscando maneiras de produção que respeitem as condições ambientais, que permitam a própria sustentabilidade do processo de modo que possa ser usado de maneira contínua sem riscos para a existência humana e ambiental. Isso implica em mudanças nas formas de relacionamento entre as pessoas e, no mesmo sentido, nas formas materiais e concretas nas quais se ampara essa produção, distribuição e comercialização.

Enrique Leff (2006) aponta a necessidade de um conjunto de mudanças institucionais e sociais para conter os efeitos ecodestrutivos da racionalidade econômica e assegurar um desenvolvimento sustentável, propondo a construção do conceito de racionalidade ambiental. Essa racionalidade questiona, sobretudo, a possibilidade de alcançar a sustentabilidade dentro da racionalidade econômica vigente, a qual induziu um processo global de degradação ambiental. A racionalidade ambiental pressupõe um encontro de racionalidades, integrando teoria e prática, através da articulação de quatro níveis de racionalidade: material ou substantiva, teórica, técnica ou instrumental e cultural.

Na dimensão material ou substantiva, Leff (2006) indica um conjunto de valores norteadores para a construção de uma racionalidade social fundada nos princípios teóricos, materiais e éticos da sustentabilidade. A racionalidade teórica visa orientar a ação prática, através de conceitos que articulem os valores da racionalidade substantiva com os processos materiais que a sustentam. A racionalidade técnica ou instrumental, por sua vez, constitui as relações funcionais e operacionais entre os objetivos sociais e a dimensão substantiva do desenvolvimento sustentável. Por fim, a racionalidade cultural garante a singularidade de racionalidades ambientais heterogêneas, alimentando a constituição de seres culturais diversos através de um sistema de significações que conforma as identidades diferenciadas de formações culturais diversas.

Um exemplo no qual as relações sociais representam a busca por essas alternativas é a agricultura urbana. Este uso parece desafiar a lógica de produção do espaço urbano para aqueles que o reconhecem apenas como o espaço concebido pelo modo de produção capitalista. Ainda que essa possibilidade não represente exatamente a apropriação do espaço, na medida em que a transformação completa das estruturas e das próprias formas nem sempre se viabiliza, ele aponta um caminho de um possível. É um *detour* (desvio) do espaço abstrato em direção ao diferencial.

O verdadeiro exercício do direito à cidade, como ensina Lefèbvre (2001/1968), nos põe diante de uma proposta política de apropriação da cidade na sua totalidade, para todos os momentos da vida. É o que nos mostra, por exemplo, o estudo de Fernandez e Filho (2019) ao analisarem o processo de agricultura familiar urbana na cidade do Rio de Janeiro. É um exemplo de como a agricultura familiar em meio urbano é uma existência real, difícil de ser entendida, haja vista que não compõe a realidade espacial urbana recorrente. Os autores demonstram que houve um processo crescente de invisibilização da atividade agrícola no município que, mesmo assim, persiste.

Segundo os autores, nos anos 2000, os agricultores do Maciço passaram por um processo de conversão à produção orgânica/agroecológica. Isso se deu em decorrência da atuação de mediadores e inserção em projetos, resultando também na entrada em mercados alternativos e fóruns de participação política (Fernandez; Filho, 2019). A experiência mostra que houve mobilização de grupos em torno da agricultura familiar e agroecológica e que, com isso, conseguiram conquistar mercados alternativos e institucionais para agricultores. Resultado desse processo foi que, em 2010, houve o acesso desses grupos às feiras do Rio de Janeiro, com a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas por parte da Prefeitura Municipal.

O exemplo demonstra a possibilidade de pensar a agricultura, inclusive a familiar, como uma possibilidade da cidade, não como um elemento residual ou estranho à lógica do espaço urbano. Essa noção se aproxima ao pensamento de Lefèbvre (2001/1968), mostrando o caráter político da agricultura urbana que se contrapõe à hegemonia do modo de produção capitalista dominante. A agricultura urbana constitui uma alternativa emblemática, ainda que não seja o único exemplo ou possibilidade, pela relação com a soberania alimentar, com movimentos de luta e resistência. Se estamos na era urbana, a agricultura urbana pode constituir uma rememoração da era agrária, trazendo consigo o devir das representações do espaço e do espaço vivido. Se os processos associados

à era industrial afastaram a humanidade da terra, a agricultura urbana, orgânica e agroecológica parece constituir um dos caminhos de (re)conexão.

Além da agricultura urbana e periurbana, como usos alternativos e de apropriação de áreas verdes livres, outras possibilidades são colocadas para a gestão do espaço e para o efetivo acesso ao direito à cidade. Inúmeras áreas ignoradas pelo poder público são usadas por moradores como campos de futebol, locais de encontro e reunião familiar e de grupos, ocupando espaços que estariam abandonados não fosse a apropriação popular. A experiência do cotidiano, de um espaço verdadeiramente vivido, definindo os usos, é mais importante do que a norma do espaço concebido, que o cria, mas não o torna efetivo. O verdadeiro sentido do espaço social está na possibilidade de apropriação e na definição do seu uso em função das necessidades sociais.

No caso que foi estudado, na interface do Recanto de Portugal com o Arroio Pelotas, o pescar, o nadar, o remar e o contemplar se revelaram como alguns dos usos consolidados, que refletem as múltiplas necessidades sociais naquele contexto. O reconhecimento desses usos, do espírito do lugar e das inter-relações socioespaciais constitui um caminho a ser explorado na direção de um espaço diferencial.

As propostas de mudança discutidas aqui enfatizam a urgência de um novo olhar sobre o espaço urbano, reconhecendo a importância da apropriação coletiva como um direito fundamental e não apenas um privilégio. É imprescindível que as políticas públicas garantam o acesso e a utilização dos espaços de maneira equitativa, permitindo a apropriação coletiva e promovendo a socialização. Essa transformação não se dará de forma espontânea; requer um esforço conjunto que desafie as estruturas de poder vigentes e promova uma nova racionalidade que considere as necessidades humanas em sua totalidade, ao invés de se restringir aos interesses econômicos.

Portanto, é necessária a mudança no modo como se entende a função do espaço, buscando o seu uso tradicional que é o de satisfazer as necessidades de reprodução da vida social. A superação da racionalidade exclusivamente econômica e a ascensão de racionalidades ambientais, sociais, teóricas, técnicas e culturais constitui um caminho na direção da apropriação cotidiana dos espaços.

Por fim, é fundamental reimaginar nossas cidades como lugares de convivência, criatividade e liberdade, onde a apropriação do espaço, como um ato político e social, se torne um passo essencial para a construção de um espaço diferencial. A luta pela apropriação do espaço deve ser encarada como um imperativo político e social, envolvendo a mobilização da sociedade civil para reivindicar o direito à cidade, onde

cada cidadão possa se sentir pertencente e ativo na construção do seu ambiente. Somente assim poderemos avançar em direção a um modelo de cidade que não apenas atenda às demandas do capital, mas que também promova a dignidade humana e a qualidade de vida para todos os seus habitantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios postos pelo delineamento da tese implicaram a necessidade de uma investigação em múltiplas escalas, diversos tempos e múltiplas dimensões espaciais. Assim, partimos da discussão do problema na escala global, com ênfase no contexto latino-americano e passamos para a escala da cidade e do lugar, abordando espaços livres públicos em Pelotas e na interface do Arroio Pelotas com o Loteamento Recanto de Portugal. Através do método regressivo-progressivo de Henri Lefèbvre, abordamos o tema na dimensão horizontal e vertical, incluindo passado, presente e futuro. A tríade do espaço vivido, concebido e percebido contribuiu para o delineamento da tese e a compreensão do problema e seus impactos, permitindo contemplar os objetivos propostos. Assim, tendo a dialética como instrumento de análise e o estudo de caso como método de investigação e incluindo procedimentos de cartografia e história oral foi possível avançar na compreensão do processo de (re)produção dos espaços livres públicos.

O problema da carência, precarização e limitação de acesso a esses espaços na contemporaneidade e seus impactos no cotidiano das pessoas direcionaram as discussões. Através da articulação entre a dimensão teórico-conceitual do problema e da realidade apropriada através do caso da cidade de Pelotas/RS, explicitamos problemas e apontamos caminhos na direção do direito à cidade e à vida urbana. Os resultados e conclusões do trabalho estão postos a seguir através do cruzamento entre o espaço vivido, concebido e percebido com as escalas e tempos abordados, organizados a partir dos capítulos e, posteriormente, uma síntese final.

No capítulo *Espaços livres públicos: conceitos, delimitações e interfaces*, abordamos o *Espaço social e interfaces com a memória e identidade* e *O direito à cidade e os espaços livres públicos*. Assim, discutimos a problemática da tese em escala global, com ênfase no contexto latino-americano contemporâneo, explicitando a base teórica do estudo e facilitando sua compreensão.

Partimos do compartilhamento de nosso entendimento dos espaços livres públicos como um patrimônio comunitário essencial para a memória social e a identidade coletiva. A seguir, enfatizamos a relação intrínseca entre os contextos sociais, a materialidade dos espaços e a conservação da memória, reforçando a importância desses lugares para a sociedade. A dicotomia entre público e privado revela-se complexa e multifacetada, demandando um urbanismo inclusivo e sem hierarquias de gênero, de modo que o

planejamento urbano e as políticas públicas não reflitam a segregação, o patriarcado e o racismo, que implicam em acesso desigual à cidade para grupos marginalizados.

Pesquisas recentes evidenciam a insuficiência e má distribuição de áreas públicas de lazer nas cidades brasileiras, relacionando essas deficiências à visão do lazer como mercadoria. Assim, questionamos se as necessidades sociais não estariam mais ligadas a espaços de encontro e troca do que ao comércio, propondo a apropriação da cidade como bem comum. Também vinculamos a disponibilidade e a acessibilidade física e simbólica dos espaços livres públicos à construção da cultura e da identidade contemporâneas. Por fim, evidenciamos a importância de buscar instrumentos que auxiliem na democratização e ampliação dos espaços livres públicos e que possibilitem sua ocupação de forma consciente e participativa, com envolvimento do poder municipal e da comunidade.

No capítulo seguinte, intitulado *A complexidade horizontal dos espaços livres públicos em Pelotas/RS*, abordamos: *Os espaços livres públicos em Pelotas e o recorte do estudo*; *as Condições de acesso, infraestrutura e manutenção dos espaços livres públicos destinados à recreação em Pelotas/RS*; e *o Índice de Área Verde como instrumento de quantificação e diferenciação*.

O estudo de caso desenvolvido na escala da cidade, em Pelotas/RS, permitiu a confirmação e quantificação do problema da carência, precarização e limitação de acesso aos espaços livres públicos, indicando que 26% destes são totalmente ou parcialmente inacessíveis. Os levantamentos também diferenciaram espaços livres de ocupados, indicando, ainda, os tipos de ocupações. Apontamos que 24% dos espaços possuem ocupação total ou parcial, sendo que as mais recorrentes são as ocupações por posseiros (60%) e que os demais 40% possuem ocupações de caráter institucional, comunitário, religioso ou misto.

A investigação permitiu associar as ocupações de espaços livres públicos à precariedade das suas condições, indicando que o abandono dos espaços pelo poder público é um dos fatores que favorece sua ocupação e limitação de acesso. Assim, acreditamos que a identificação das condições de manutenção e qualificação dos espaços livres públicos contribui para a diferenciação entre os que são mais ou menos vulneráveis ao problema da limitação de acesso, especialmente em função de ocupações.

O mapeamento que diferencia as condições de manutenção e existência de mobiliário indica que 65% dos espaços possuem algum tipo de manutenção, em

21% a manutenção é feita de forma privada (quando ocorre) e em 14% não foi identificado qualquer tipo de manutenção. Por fim, apontamos que mais da metade dos espaços livres públicos (54%) não possui qualquer tipo de mobiliário. Observamos também que a falta de manutenção pode constituir um tipo de limitação de acesso, visto que os espaços livres públicos abandonados, com vegetação densa e/ou lixo são lugares que não cumprem a função de recreação.

A análise do Índice de Área Verde demonstra que Pelotas apresenta um déficit considerável de áreas verdes em relação ao recomendado. Com apenas 4,92m² de área verde acessível por habitante, a cidade está muito aquém do índice mínimo de 15m²/habitante preconizado pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU). A situação se agrava quando se consideram apenas as áreas verdes com acesso efetivamente livre e com mobiliário, reduzindo o índice para meros 3,35m²/habitante. Além disso, a distribuição dessas áreas verdes é notadamente irregular entre as regiões administrativas da cidade.

Além disso, o estudo revelou disparidades significativas entre as diferentes regiões de Pelotas. Enquanto algumas áreas, como o Laranjal, apresentam índices mais elevados (embora ainda abaixo do recomendado), outras, como o Fragata e o São Gonçalo, possuem os menores Índices de Área Verde (IAVs) da cidade.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de criação de novos espaços e de estratégias para promover a apropriação efetiva dos existentes pela população. Apontamos, ainda, que uma análise mais detalhada na escala de microrregiões administrativas poderia subsidiar tomadas de decisão por parte do poder público, identificando áreas prioritárias para intervenção e qualificação da infraestrutura verde. Conhecer melhor essa realidade na microescala urbana é fundamental para orientar ações que visem reduzir as desigualdades no acesso a espaços livres públicos de qualidade.

O estudo da relação entre os espaços livres públicos de Pelotas e a tríade Lefebvriana (espaço concebido, percebido e vivido) revela uma discrepância significativa entre o espaço concebido e o espaço efetivamente apropriado pela população, tanto através das de espaços de representação (espaço vivido) quanto das práticas espaciais (espaço percebido).

Assim, concluímos através do estudo de caso na escala da cidade, que a carência, precarização e limitação de acesso aos espaços que deveriam ser livres e públicos não é um problema pontual ou isolado em Pelotas, mas ocorre de forma recorrente e

expressiva, com diferenças significativas entre as regiões administrativas. Com relação aos objetivos específicos, conseguimos avaliar usos e características dos espaços livres públicos de Pelotas, através da delimitação do objeto de estudo, dos mapeamentos apresentados e da discussão realizada. A respeito de sua distribuição na malha urbana, diferenciamos as Regiões Administrativas através do Índice de Área Verde e apontamos a análise através de Microrregiões como uma continuidade relevante do estudo.

Enquanto a análise do problema na escala da cidade, nos mostra que a limitação de acesso acontece de forma recorrente, diversa e significativa, o estudo das áreas adjacentes ao Arroio Pelotas, contribui para o entendimento dos impactos do problema no cotidiano das pessoas. Assim, passamos para o Capítulo *Arroio Pelotas: patrimônio cultural de quem?*, o qual apresentou três subcapítulos, intitulados: *(Re)conhecendo o novo recorte: espaços públicos livres na interface do Arroio Pelotas com áreas urbanizadas*; *Buscando apreender as dimensões do espaço através da cartografia e da história oral*; e *As contribuições da cartografia e da história oral*.

A imersão cartográfica e as entrevistas realizadas em 2024 na escala do lugar preencheram lacunas importantes da investigação. Nessa escala, a investigação foi guiada pelos objetivos de entender como o comportamento das pessoas pode ser influenciado pelas condições dos espaços livres públicos e avaliar o impacto da limitação de acesso no cotidiano de uso. Embora não haja uma resposta única ou definitiva, alcançamos resultados expressivos, avançando com relação aos objetivos específicos. Inicialmente, percebemos que na maioria dos poucos espaços (supostamente) livres públicos que configuram uma interface entre áreas urbanizadas de Pelotas com o Arroio Pelotas, o acesso é limitado de forma parcial ou total. Apenas 0,12% da interface do Arroio Pelotas com o perímetro urbano de Pelotas possui acesso livre, evidenciando as escassas possibilidades de apropriação. Esta carência e limitação de acesso parece contribuir para o acirramento de conflitos entre grupos sociais, devido à concentração de pessoas, atividades e usos em espaços insuficientes.

No caso da interface do Recanto de Portugal com o Arroio Pelotas, observamos alguns desses conflitos: na água, é difícil a compatibilização entre remadores, embarcações motorizadas e aqueles que querem pescar ou nadar; nas margens, enquanto alguns usuários associam o lazer à música alta e ingestão de bebidas alcoólicas, outros desejam silêncio e contemplação.

Outros impactos identificados incluem: a necessidade de maiores deslocamentos para acessar locais acessíveis e minimamente qualificados; a redução do tempo de

permanência em espaços livres públicos; o empobrecimento das relações sociais; o abandono pelo poder público como fator que favorece a limitação de acesso; e a diferença do impacto do problema para diferentes grupos sociais.

A carência de espaços livres públicos qualificados e acessíveis próximos às residências é potencializada pela identificação cultural com atividades relacionadas ao Arroio. Diferente de outros espaços estruturados em função do consumo, nas margens do Arroio o valor de uso, a apropriação e as vivências ainda parecem ser protagonistas.

O empobrecimento das relações sociais pode ser observado através dos processos de exclusão e auto exclusão, alimentados por uma configuração socioespacial associada à segregação, ao patriarcado, ao machismo e ao racismo historicamente hegemônicos. O abandono pelo poder público favorece a limitação de acesso, à medida que os espaços deixam de ser reconhecidos como públicos e passam a ser vistos como lugares abandonados, passíveis de apropriação privada e limitação de acesso.

A tríade Lefebvrina do espaço concebido, vivido e percebido se apresenta como uma possibilidade de mensurar as limitações impostas à apropriação dos espaços livres públicos. Ao investigarmos a prática social nesses espaços, percebemos uma ruptura entre o espaço concebido e o percebido, minimizando as possibilidades de manifestação de um espaço vivido.

Os trechos da interface entre o Arroio Pelotas e o Recanto de Portugal que permanecem livres parecem ser uma exceção à regra. A suposta ausência do poder público, se por um lado implica em precarização do espaço, por outro possibilita que o espaço seja vivido. O distanciamento entre o espaço concebido e o vivido constitui uma potência se pensarmos em um espaço que se propõe a abraçar a diversidade e se adaptar às dinâmicas de uso e apropriação. Assim, o desafio parece ser conceber espaços que não sejam limitantes ou doutrinadores, reconhecendo que a concepção é o processo em si e não o seu produto.

Observamos nas interfaces do Arroio Pelotas grupos sociais confinados em lugares cercados por linhas de contenção, sejam físicas ou simbólicas. O confinamento se dá tanto pelo isolamento proposital em espaços inacessíveis quanto pela limitação de possibilidades dos grupos sociais menos favorecidos. A distribuição desigual das terras e a criação de enclaves homogêneos e isolados comprometem o reconhecimento do outro como cidadão e impedem que todos possam usufruir plenamente do cotidiano urbano. O Arroio Pelotas, uma linha pré-colonial que conviveu com povos indígenas em uma época sem fronteiras, hoje é aprisionado por linhas que segregam e oprimem.

É preciso reconhecer as individualidades e as diferenças entre os grupos sociais, avançando de um ideal de igualdade na direção de uma equidade que acolha múltiplas narrativas e modos de existir. As cidades hoje não toleram o comum, o hostilizam, pois se existem corpos que não encontram seu lugar na cidade, ela não é o lugar do comum. Por fim, no capítulo *O passado e o futuro: a complexidade vertical dos espaços livres públicos em Pelotas/RS*, abordamos as múltiplas temporalidades do tema, através dos subcapítulos *O passado no presente* e *Possibilidades e virtualidades*.

Este capítulo da tese apresenta uma análise que explora as dimensões temporais do passado e do futuro e as complexas dinâmicas que moldam sua evolução e percepção na sociedade. Inicialmente concebidos como elementos centrais e estruturantes nos primeiros loteamentos, os espaços livres públicos passaram por um período de desvalorização, resultando em áreas verdes sem qualificação adequada. O crescimento urbano recente trouxe novos desafios, com a proliferação de condomínios fechados e a incorporação de espaços livres ao domínio privado. Esta evolução reflete uma tensão contínua entre a necessidade de espaços públicos de qualidade e as pressões do desenvolvimento urbano orientado pelo mercado.

A legislação municipal, refletida nos três Planos Diretores de Pelotas, demonstra mudanças nas exigências relacionadas às áreas verdes. O III Plano Diretor sofreu alterações no texto original que flexibilizaram as normas, permitindo exceções e potencialmente comprometendo a qualidade e acessibilidade dos espaços livres públicos.

Ao olhar para o futuro, no capítulo que explora possibilidades e virtualidades, apontamos a necessidade da transição de uma racionalidade puramente econômica para uma racionalidade ambiental mais abrangente. A ideia de um espaço diferencial, que supera as homogeneidades do espaço abstrato e promove o direito à diversidade, é apresentada como uma utopia possível. Adicionalmente, exemplos como a agricultura urbana são discutidos como formas de apropriação do espaço que desafiam a lógica dominante de produção do espaço urbano.

A decomposição vertical da realidade, na direção do passado e do futuro, aponta a necessidade de reimaginar nossas cidades como lugares de convivência, criatividade e liberdade. A necessidade de construção de um ambiente urbano mais inclusivo e equitativo se manifesta na possibilidade de apropriação do espaço como um ato político e social.

A tese escancarou a dualidade entre norma e apropriação com relação aos espaços livres públicos, da qual emergem conflitos e contradições entre os espaços concebido, percebido e vivido. A carência, a precarização e a limitação de acesso aos espaços livres públicos na contemporaneidade são manifestações desse conflito, cujos impactos no cotidiano de uso das pessoas são significativos e diferentes para os diversos grupos sociais. Através da investigação, entendemos que os espaços concebidos como livres públicos com limitação de acesso, deixam de existir para a sociedade. São espaços concebidos que não podem ser vividos e sequer percebidos pelas pessoas. Por outro lado, ainda que com pouca frequência, espaços privados podem ser vividos ou percebidos como espaços de uso comum, por possuírem características que se assemelham aos espaços efetivamente livres públicos. Por fim, entendemos que o espaço livre público é aquele que pode ser apropriado pelas pessoas, ou seja, torna-se livre o espaço que permite a apropriação social.

6. Referências

ALVES, Glória Da Anunciação. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. *GEOUSP Espaço e Tempo* (Online), vol. 23, no 3, p. 551–563, 18 out. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163307>. Acessado em: 4 ago. 2022.

ALVES, Glória Da Anunciação. *O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação*. 1999. Tese de doutorado – DG/ FFLCH, São Paulo, 1999.

AMIGOS DA TERRA. Não à privatização da Redenção, em Porto Alegre (RS)! O parque é bem comum. 18 nov. 2022. *Amigos da terra Brasil*. Disponível em: <http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/2022/11/18/nao-a-privatizacao-da-redencao-em-porto-alegre-rs-o-parque-e-bem-comum/>. Acessado em: 19 jan. 2023.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 13o ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Original publicado em 1958).

ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

ASCOM. Prefeitura Municipal de Pelotas. 2014. *Decreto que normatiza o uso de trailers e quiosques é sancionado*. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxNC0wMS0wMg==&cod-noticia=35864>. Acessado em: 29 jan. 2015.

BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BUCCHERI FILHO, Alexandre Theobaldo; NUCCI, João Carlos. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV, Curitiba/PR. *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo, p. 48–59, 2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rdg/article/view/47264>. Acessado em: 22 fev. 2024.

CASTELLO, Lineu. *Repensando o Lugar no projeto urbano. Variações na percepção de Lugar na virada do milênio (1985-2004)*. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5112>. Acessado em: 02 jun. 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, Michel. Remar para o Futuro conquista 13 medalhas em campeonato nacional. 3 jul. 2023. *Prefeitura Municipal de Pelotas*. Disponível em:

<https://www.pelotas.com.br/noticia/remar-para-o-futuro-conquista-13-medalhas-em-campeonato-nacional>. Acessado em: 4 fev. 2024.

CAVALHEIRO, Felisberto; DEL PICCHIA, Paulo Celso Dornelles. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. 1992. *Anais do 1o Congresso Brasileiro Sobre Arborização Urbana e 4º Encontro Nacional Sobre Arborização Urbana*. Vitória, 1992. p. 29–38. Disponível em: <https://www.erambiental.com.br/var/userfiles/arquivos69/documentos/12924/CavalheiroDelPicchia-AreasVerdesConceitosObjDiretrizesPlanejamento.pdf>. Acessado em: 6 dez. 2022.

CAVALHEIRO, Felisberto; NUCCI, João Carlos; GUZZO, Perci; ROCHA, Yuri Tavares. Proposição de terminologia para o verde urbano. 1999. *Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana*. Rio de Janeiro: Órgão Oficial de Divulgação da SBAU, 1999. Disponível em: <https://tgpusp.files.wordpress.com/2018/05/cavalheiro-et-al-1999.pdf>. Acessado em: 1 nov. 2023.

CENTRO PORTUGUÊS. História. *Centro Português*. [s. d.]. Disponível em: <https://www.centroportugues.com.br/historia/>. Acessado em: 30 dez. 2024.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1997. (Original publicado em 1965).

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Relatório sobre segurança cidadã e direitos humanos*. 2009. Disponível em: <https://cidh.oas.org/pdf%20files/seguridad%20ciudadana%202009%20port.pdf>. Acessado em: 5 dez. 2024.

COSTA, Renata Geryani S.; FERREIRA, Cácia Castro M. Análise do Índice de Áreas Verdes (IAV) na área central da cidade de Juiz de Fora, MG. *Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana*, vol. 4, no 1, p. 39–57, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revsbau/article/view/66240>. Acessado em: 24 out. 2023.

DIÁRIO DA MANHÃ. PATRIMÔNIO: Charqueadas são inventariadas. *Diário da Manhã*, 29 jun. 2017. Disponível em: <https://diariodamanhapelotas.com.br/site/patrimonio-charqueadas-sao-inventariadas/>. Acessado em: 27 jan. 2025.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. PORTARIA No 375, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018: *Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências*. Brasil: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 20 set. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41601273/do1-2018-09-20-portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031. Acessado em: 14 ago. 2022.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga; FILHO, Almir Cezar Baptista. Agricultura familiar urbana. *Cidades*, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cidades/1825>. Acessado em: 18 jan. 2025.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Iphan: antecedentes, realizações e desafios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, p. 158–170, 2017. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acessado em: 21 abr. 2024.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Planejamento urbano. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.

GEOPELOTAS. *Dados do Censo 2010*. 2011. Moradores. Disponível em: <https://pmpel.maps.arcgis.com/apps/MapSeries/index.html?appid=375bcd87cba64a238e58053ac55afd75>. Acessado em: 13 nov. 2023.

GOOGLE. *Google Maps*. 2022. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-31.7328373,-52.30098,14662m/data=!3m1!1e3>. Acessado em: 13 dez. 2022.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 2o ed. Pelotas: Editora Universitária / UFPel, 2001.

GUZZO, Perci; CAVALHEIRO, Felisberto. Disponibilidade de espaços livres de uso público em Ribeirão Preto/SP. 2000. *I Fórum de Debates: Ecologia da Paisagem e Planejamento Ambiental*. Disponível em: <https://seb-ecologia.org.br/revistas/indexar/anais/2000/art21.htm>. Acessado em: 22 jan. 2024.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2o ed. São Paulo: Centauro, 2013. (Original publicado em 1950).

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Downloads de cartas e mapas*. 2020. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acessado em: 17 abr. 2022.

INGOLD, Tim. *Fazer: antropologia, arqueologia, arte e arquitetura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. (Original publicado em 2013).

INGOLD, Tim. *Linhas: uma breve história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. (Original publicado em 2007).

INMET, Instituto Nacional de Meteorologia. Inundação histórica no Rio Grande do Sul completa um ano. 2025. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/noticias/inunda%C3%A7%C3%A3o-hist%C3%B3rica-no-rio-grande-do-sul-completa-um-ano>. Acessado em: 20 jun. 2025.

KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEFÈBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. (Original publicado em 1970).

LEFÈBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013. (Original publicado em 1974).

LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. (Original publicado em 1968).

LEFÈBVRE, Henri. *The survival of capitalism: reproduction of the relations of production*. New York: St. Martin's Press, 1976. (Original publicado em 1973).

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental e a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Ana Maria Liner Pereira; CAVALHEIRO, Felisberto; NUCCI JOÃO CARLOS SOUSA; MARIA ALICE DE LOURDES BUENO; FIALHO, Nilva de Oliveira; DEL PICCHIA, Paulo Celso Dornelles. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. 1994. *Anais do II Congresso Brasileiro de Arborização Urbana*. São Luís: II Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, 1994. p. 539-553. Disponível em: <https://www.erambiental.com.br/var/userfiles/arquivos69/documentos/12925/LimaEtAl-AreasVerdes-1994.pdf>. Acessado em: 22 out. 2023.

MACEDO, Silvio Soares; QUEIROGA, Eugenio Fernandes; CAMPOS, Ana Cecília de Arruda; GALENDER, Fany; CUSTÓDIO, Vanderli. *Os Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

MAGALHÃES, Mario Osorio. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora Universitária / UFPel. Co-edição Livraria Mundial, 1993.

MATIAS, Keidy Narely Costa. A tríade dialética espacial de Henri Lefèbvre. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, vol. 34, no 1, p. 80–103, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/download/61954/32058/>. Acessado em: 16 jan. 2025.

MELO, Sebastião. Conceder não é privatizar. *Zero Hora*, 13 out. 2022. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/gp/noticias/artigo-conceder-nao-e-privatizar>. Acessado em: 19 jan. 2023.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MONTONE, Annelise Costa. *Memórias de uma forma de morar: a Chácara da Baronesa, Pelotas, RS, BR. (1863-1985)*. 2018. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/6185>. Acessado em: 15 fev. 2023.

NUCCI, João Carlos. *Qualidade Ambiental e Adensamento: um estudo de planejamento da paisagem do distrito de Santa Cecília (MSP)*. 1996. USP, São Paulo, 1996.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 207(207).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS:1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. *LEI No 1.672. I Plano Diretor de Pelotas. 1963*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/1968/168/1672/lei-ordinaria-n-1672-1968-aprova-o-plano-diretor-e-suas-diretrizes-gerais-e-da-outras-providencias>. Acessado em: 30 dez. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. *LEI No 2.565/80 (PDN). II Plano Diretor de Pelotas. 1980*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/1980/257/2565/lei-ordinaria-n-2565-1980-institui-o-ii-plano-diretor-de-pelotas>. Acessado em: 30 dez. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. *LEI No 5.502, DE 11 DE SETEMBRO DE 2008. III Plano Diretor de Pelotas. 2008*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-pelotas-rs>.

QGIS. *QGIS Desktop. 2022*. Disponível em: https://www.qgis.org/pt_BR/site/forusers/download.html. Acessado em: 17 abr. 2022.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. Da relevância pública dos espaços livres um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 58, 2014.

REMO BRASIL. Projeto Remar para o Futuro: O trabalho de base de olho no futuro com resultados no presente. 26 dez. 2022. *Site Oficial da Confederação Brasileira de Remo*. Disponível em: <https://www.remobrasil.com/noticias/remo-estadual/2353-projeto-remar-para-o-futuro-o-trabalho-de-base-de-olho-no-futuro-com-resultados-no-presente>. Acessado em: 4 fev. 2024.

RESENDE, Lorena Maia; PINHO, Rafaela Barros de; ROCHA, Eduardo. Travessias na Linha de Fronteira Brasil-Uruguay: pistas cartográficas do lugar público. *Cadernos PROARQ: Revista de Arquitetura e Urbanismo do ProArq*, vol. 1, no 3, p. 160–177, 2021. Disponível em: http://cadernos.proarq.fau.ufrj.br/public/docs/Proarq37_Vol%201_TEXTO%209_Travessias.pdf. Acessado em: 21 ago. 2022.

ROCHA, Eduardo; AZEVEDO, Laura Novo de; HYPÓLITO, Bárbara de Bárbara; ALLEMAND, Débora Souto; TOMIELLO, Fernanda. *Cross-Cult: desenho urbano / urban design*. Pelotas: PROGRAU, 2017.

ROCHA, Mariane Félix da; NUCCI, João Carlos. Índices de vegetação e competitividade entre cidades. *GEOUSP Espaço e Tempo* (Online), vol. 22, no 3, p. 641–655, 12 dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/133554>. Acessado em: 7 nov. 2023.

SABOYA, Renato. Condomínios fechados. *URBANIDADES: Urbanismo, Planejamento Urbano e Planos Diretores. 2007*. Disponível em: <https://urbanidades.arq.br/2007/07/19/condominios-fechados/>. Acessado em: 4 ago. 2022.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Hucitec. São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCIFONI, Simone. Paisagem Cultural. In: *Dicionário do Patrimônio Cultural*, 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>. Acessado em: 16 ago. 2022.

SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. 2o ed. São Paulo: Contexto, 2020. (Original publicado em 2007).

SILVA, Geusiani Pereira; VERSIANI, Isabela Veloso Lopes. Revista Latinoamericana de Desarrollo Humano. *Brasil: Espaço público de lazer no ambiente urbano: ampliação das possibilidades de convivência, socialização e mudança de cenários violentos*, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7372313-Brasil-espaco-publico-de-lazer-no-ambiente-urbano-ampliacao-das-possibilidades-de-convivencia-socializacao-e-mudanca-de-cenarios-violentos.html>. Acessado em: 16 ago. 2022.

SOUZA, Bernardo de. *DECLARA INTEGRANTE DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO ESTADO O ARROIO PELOTAS*. 2003. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-11895-2003-rio-grande-do-sul-declara-integrante-do-patrimonio-cultural-do-estado-o-arroio-pelotas>. Acessado em: 5 nov. 2024.

SOUZA, Bernardo de. *PROJETO DE LEI Nº 265/2002. Declara integrante do patrimônio cultural do Estado o Arroio Pelotas*. 2002. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/Diario/Proposicoes/PROP1036.HTM>. Acessado em: 5 nov. 2024.

STIGGER, Marco Paulo. O direito ao lazer e a privatização de parques e praças em Porto Alegre. *Sul 21*, 7 dez. 2022. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniaio/2022/12/o-direito-ao-lazer-e-a-privatizacao-de-parques-e-pracas-em-porto-alegre-por-marco-paulo-stigger/>. Acessado em: 19 jan. 2023.

TOMIELLO, Fernanda. *Fotografia sequencial e fotomontagem. Alternativas para o estudo da dinâmica da paisagem urbana*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pelotas., Pelotas, 2015. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5208>. Acessado em: 27 maio 2022.

TOMIELLO, Fernanda; BEHLING LUCKOW, Daniele; PATZLAFF BOSENBECKER, Vanessa; DUTRA QUEVEDO, Gisele; FALCÃO, Carolina Magalhães. LIVRO ESPAÇOS PÚBLICOS DE PELOTAS: desenhos e histórias - Uma experiência de educação para o patrimônio e democratização do conhecimento científico. *Projectare: Revista de Arquitetura e Urbanismo*, vol. 1, no 15, p. 110–124, 29 ago. 2024.

TOMIELLO, Fernanda; LUCKOW, Daniele Behling. *Espaços públicos de Pelotas: desenhos e histórias*. 1ª ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2023. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/xmlui/handle/prefix/9973>. Acessado em: 21 abr. 2024.

TOMIELLO, Fernanda; LUCKOW, Daniele Behling. *Espaços públicos de Pelotas: desenhos e histórias*. Pelotas: Editora da UFPel, 2024.

TOMIELLO, Fernanda; POLIDORI, Maurício. *CICLO UFPEL, uma ciclorede para integrar a cidade e a universidade*. 2012. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/fertomiello/ciclo-ufpel-uma-ciclorede-para-integrar-a-cidade-e-a-universidade>. Acessado em: 16 out. 2022.

TUAN, Yi-fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. REMAR PARA O FUTURO. 15 dez. 2019. *Portal Institucional da UFPel*. Disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/u1517>. Acessado em: 4 fev. 2024.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. *A cidade e seu centro*. Curitiba: Appris, 2020.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. *A cidade fragmentada: O planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas*. Pelotas: Editora da UFPel, 2005.

XAVIER, Sinval Cantarelli; SILVA, Mariana Estima. *GeoPelotas: Portal de Informações Geográficas da Prefeitura de Pelotas*. 2022. Disponível em: <https://geopelotas-pmpel.hub.arcgis.com/>. Acessado em: 17 abr. 2022.

XAVIER, Sinval Cantarelli; SILVA, Mariana Estima. *Imagens Aéreas - Série Histórica*. 2019. GeoPelotas. Disponível em: <https://pmpel.maps.arcgis.com/apps/MapSeries/index.html?appid=7652a22029684b0e8d9c34f487886acd>. Acessado em: 10 maio 2024.

XAVIER, Sinval Cantarelli; SILVA, Mariana Estima. *Pelotas - Crescimento espacial urbano*. 2015. GeoPelotas. Disponível em: <https://pmpel.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=93ce517da77d4aca7449f8cea8dc49b>. Acessado em: 5 fev. 2024.

YIN, Robert Kuo-zuir. *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. (Original publicado em 1984).

7. Fontes Orais (entrevistas realizadas durante a elaboração da tese)

RODRIGUES, Pedro. [54] [07/2024] Entrevistadoras: FERNANDA TOMIELLO e VANESSA PATZLAFF BOSENBECKER. Pelotas, RS 08/07/2024.

MACHADO, Aline. [37] [07/2024] Entrevistadora: FERNANDA TOMIELLO. Pelotas, RS 11/07/2024.

COSTA, Raul. [71] [09/2024] Entrevistadora: FERNANDA TOMIELLO. Pelotas, RS 27/09/2024.

LIMA, Carlos. [70] [10/2024] Entrevistadora: FERNANDA TOMIELLO. Pelotas, RS 04/10/2024.